



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS:
ESTUDOS DA LINGUAGEM

LUCIANA DE SOUZA PEREIRA

***DAS VARIAÇÕES ETHICAS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: UMA ANÁLISE
RETÓRICO-DISCURSIVA***

Mariana/MG
Maio de 2016

LUCIANA DE SOUZA PEREIRA

***DAS VARIAÇÕES ETHICAS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: UMA ANÁLISE
RETÓRICO-DISCURSIVA***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem, da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras: Estudos da Linguagem.

Linha de Pesquisa: Tradução e Práticas Discursivas

Orientador: Prof. Dr. Melliandro Mendes Galinari

**Mariana/MG
Maio de 2016**

P436d

Pereira, Luciana de Souza.

Das variações éticas do Partido dos Trabalhadores [manuscrito]: uma análise retórico-discursiva / Luciana de Souza Pereira. - 2016.
152f.: il.: color.

Orientador: Prof. Dr. Melliandro Mendes Galinari.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Letras. Pós-Graduação em Letras: Estudos da Linguagem.

1. Retórica. 2. Argumentação. 3. Ethos. 4. Partidos políticos. 5. Partido dos trabalhadores. I. Galinari, Melliandro Mendes. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

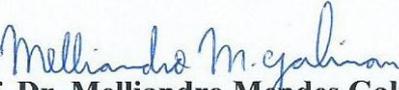
CDU: 329



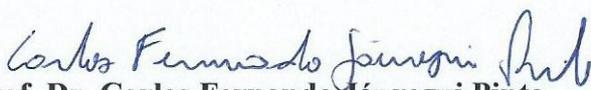
Luciana de Souza Pereira

DAS VARIAÇÕES ETHICAS DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: UMA ANÁLISE RETÓRICO-DISCURSIVA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras: Estudos da Linguagem da UFOP como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras. Aprovada em 19 de maio de 2016 pela Comissão Examinadora constituída pelos membros:


Prof. Dr. Melliandro Mendes Galinari
(Orientador da pesquisa)
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP


Prof. Dr. Adail Sebastião Rodrigues Júnior
Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP


Prof. Dr. Carlos Fernando Jáuregui Pinto
Centro Universitário UNA - MG

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a Deus por ser minha fonte de energia.

Dedico à pessoa meiga, carinhosa, sensível, que me ensinou a construir minhas relações com respeito ao próximo, embasada na confiança e na compreensão das diversidades: meu Pai Celso, ou melhor, “Papito”.

Dedico à pessoa forte, guerreira, determinada, incansável que me ensinou a construir a vida com muito trabalho, dedicação, esforço e luta: minha Mãe Maura, ou melhor, “Dona M”.

Dedico à pessoa que está sempre presente na minha vida, nos momentos bons e nos nem tão bons assim, que me incentiva sempre a dar mais um passo e que me ensinou que a amizade é um sentimento eterno e inabalável, quando se trata da nossa:

minha melhor amiga que, coincidentemente, é também minha irmã Andréia, ou melhor, “Deia” ou melhor ainda, “Maria Est(r)ela”.

Dedico à pessoa que me ensinou (empiricamente) que era necessário que eu aprendesse a me defender na vida, meu irmão, Celso Rafael, ou melhor, “Caçapoldes”.

Dedico à pessoa que me ensinou a não gostar de “leite com toddy” e também me ensinou que a vida é mais leve quando se sabe cantar e assoviar e que é necessário conduzi-la assim: meu irmão Denilson, ou melhor “Setembrino”.

Dedico à pessoa que me ensinou a ser mãe, ainda que eu não seja mãe, que me ensinou que a doçura, a calma, a serenidade, o carinho são características capazes de unir fortemente as pessoas: minha irmã Karina, ou melhor, “Thutis Bolinha”.

Dedico à pessoa mais simples em sua essência que já pude conhecer, bem humorada, companheira, gentil (e mimada), que me ensinou que um relacionamento deve ser pautado em carinho e gentilezas, e que boas ações geram boas ações, e que o amor gera mais amor, e que nossas atitudes formam sempre “uma bola de neve” e que devemos cuidar para que essa bola seja sempre de coisas boas, meu marido: Christiam, ou melhor, “amor”.

Sem vocês este projeto jamais se concretizaria. Sou grata a vocês por serem a melhor parte da minha vida... E, portanto, dedico este estudo a vocês e ao que cada um contribui/contribuiu para eu me formar mais humana.

AGRADECIMENTO

Em primeiro lugar a Deus, por ter me concedido a capacidade e a determinação necessárias para eu concretizar este projeto.

Ao professor Melliandro, pela paciência e disponibilidade incondicionais em me orientar nesta trajetória, pelos ensinamentos e discussões sobre política, argumentação e discurso e, mais que isso, por confiar na minha capacidade e compreender minhas limitações: muito obrigada!

Ao professor José Luiz Vila Real pela acolhida no programa, enquanto Coordenador e, acima de tudo, por não ter permitido a minha desistência num momento em que eu não conseguia seguir em frente: lembrarei sempre daquela nossa reunião...

Ao professor Adail por me proporcionar ideias e sugestões na qualificação, que resultaram no aperfeiçoamento deste trabalho.

A todo o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFOP que, além do conhecimento transmitido, muitas vezes, serviram-me de inspiração. À UFOP, especialmente aos professores Marcone, Célia e José Armando por compreenderem, possibilitarem e por me proporcionarem condições de cursar este programa de mestrado.

À amiga Beatriz que segurou todas as pontas e desatou todos os nós na minha ausência no trabalho.

Aos amigos da turma do POSLETRAS 2014, especialmente à Luciana Nascimento e ao Leandro Moura, e aos outros amigos da UFOP com os quais convivi no decorrer dessa trajetória e que tornaram mais leve a minha caminhada.

A todos: Muito Obrigada!!!

O conflito de duas almas num mesmo peito provavelmente não era fácil para nenhum de nós.

Konrad Haenisch, sobre o Partido Social-Democrata da Alemanha

Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas.

Pessoas transformam o mundo.

Paulo Freire

RESUMO

Em 1979, foi criado o Partido dos Trabalhadores (PT), com o objetivo de atuar como um instrumento de luta de classes dos menos favorecidos, conforme aponta a sua Carta de Princípios. No entanto, diferentes segmentos sociais vêm discutindo acerca de uma possível traição (ou não) do partido aos princípios originais que nortearam a sua fundação, principalmente após a eleição de Lula em 2002 e das mudanças de “tom” na oratória do PT. A partir disso, esta dissertação tem o objetivo de analisar como os índices linguísticos de modalização contribuem, discursiva e retoricamente, para a apreensão das diferentes imagens enunciativas/institucionais do Partido dos Trabalhadores (seus discrepantes *ethè*), a partir da comparação entre discursos de momentos políticos distintos (entre 1979 e 2010), numa tentativa de assimilar os tipos de adesão que tais *ethè* partidários poderiam provocar junto à sociedade. No plano teórico, o trabalho enquadra-se nos estudos retórico-discursivos e, portanto, engloba as reflexões da Retórica Aristotélica somadas a algumas Teorias da Argumentação contemporâneas (principalmente Ruth Amossy), buscando articular esses domínios para a compreensão da persuasão. Além disso, embasa-se também em estudos das Ciências Políticas e da História, no sentido de contextualizar a situação do Brasil do ponto de vista econômico, político e social, com a finalidade de ancorar as análises discursivas empreendidas. Nas análises, observamos que os discursos da primeira fase do PT (1979-1987) apontam para um *ethos* edificado na necessidade de apresentar-se como um novo partido, voltado exclusivamente aos interesses populares dos trabalhadores e explorados. Nota-se a predominância de um *ethos* militante, combativo e dedicado à luta e à defesa dos direitos desse segmento social, caracterizando uma imagem acentuadamente classista. Já os discursos da segunda fase (2002-2010), apontam para um *ethos* que se volta para o realce das conquistas partidárias, com destaque para o campo econômico e mercadológico, sem perder de vista o foco na questão social. Nesse arco de tempo, percebe-se uma imagem em que predomina um viés de nacionalismo e de união entre as classes, contraditória com o *ethos* classista que se extrai da fase anterior. Ressalta-se, por fim, que tanto as imagens partidárias analisadas, quanto seus efeitos prováveis na esfera pública, se tratam de *possibilidades* ressaltadas por este trabalho, pois um mesmo *ethos* poderia desencadear reações diversas (positivas ou negativas) diante das características e crenças políticas do auditório, ou seja, de sua vinculação à *doxa*.

Palavras-Chave: Retórica. Argumentação. *Ethos*. Modalização. Partido dos Trabalhadores.

ABSTRACT

The Workers Party (PT) was founded in 1979 and according to its Charter of Principles it should act as an instrument of fight for the less privileged class people. However, different social sectors have been discussing about a possible Party betrayal, (or not) to its own principles which guided the foundation of the Party mainly after the election of Lula in 2002, another topic of the discussion these social sectors have been having is concerned to some changes in the “tones” of the Workers Party’s speech. Thus, this essay aims to analyze how the linguistics indexes of modality contribute, discursively and rhetorically to the understanding of the different institutional/enunciates of the Workers Party (its discrepant *ethé*), by a comparison between the discourses of distinctive political moments (from 1979 to 2010), in an attempt to assimilate the types of accession that such partisans *ethé* could incite within the society. Regarding the theoretical background, this study relies on discursive-rhetorical, therefore, it encompasses Aristotelian Rhetoric reflections in addition to some contemporary Argumentation Theories (namely Ruth Amossy), searching an articulation of these domains in order to understand persuasion. Furthermore, this study also underlies on studies of political sciences and history. It was observed in the analyses that the discourses of the first period of the Party PT (1979-1987) show an ethos based on the necessity of the party presenting itself as a new party, concerned exclusively with the exploited workers’ popular interests. The prominence of a militant *ethos*, engaged and dedicated to the fight and defense of the Rights of this social sector is noted, thus characterizing an accentuated classist image. On the second period (2002-2010) the discourses show an ethos that highlighted the party’s own achievements, emphasizing the market and economical fields without losing focus at the social issues. During this time it is noted an image where prevails a bias of nationalism and union between the classes, contradictory to the classist ethos which was present in the previous period. Finally, it is observed that the partisan images analyzed as well as its probable effects in the public sphere are the *possibilities* estimated by this study, for a same *ethos* could initiate several reactions (positive or negative) against the characteristics and political beliefs of the audience, that is, its linking to the *doxa*.

Key-words: Rhetoric. Argumentation. Ethos. Modality (Mode). Workers Party.

LISTA DE SIGLAS

ABI – Associação Brasileira de Imprensa
AD – Análise do Discurso
AI – Ato Institucional
ALA-PC do B – Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil
ALN – Ação Libertadora Nacional
AP-ML – Ação Popular – Marxista-Leninista
ARENA – Aliança Renovadora Nacional
CLT – Consolidação das Leis do Trabalho
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito
CUT – Central Única de Trabalhadores
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FMI – Fundo Monetário Internacional
MDB – Movimento Democrático Brasileiro
MEP – Movimento de Emancipação do Proletariado
PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
PFL – Partido da Frente Liberal
PIB – Produto Interno Bruto
PL – Partido Liberal
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN – Partido da Mobilização Nacional
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PDS – Partido Democrático Social
PP – Partido Progressista
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PSD – Partido Social Democrata
PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

STF – Supremo Tribunal Federal

UDN – União Democrática Nacional

URV - Unidade de Referência de Valor

LISTA DE ANEXOS

Anexo I – Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores – 1º de maio de 1979

Anexo II – Manifesto Aprovado pelo Movimento Pró-PT – 10 de fevereiro de 1980

Anexo III – Carta Aberta ao Povo Brasileiro – 04 a 06 de dezembro de 1987

Anexo IV – Carta ao Povo Brasileiro – 22 de junho de 2002

Anexo V – Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e televisão, por ocasião do Dia do Trabalhador – 30 de abril de 2006

Anexo VI – Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e televisão, por ocasião do Dia do Trabalhador – 29 de abril de 2010

SUMÁRIO

Introdução.....	12
1 – O Contexto Político, Econômico e Social do País e o PT: das Bases à Presidência	21
1.1 – Os cenários de surgimento e evolução do PT: aspectos políticos, econômicos e sociais ..	22
1.1.1 – Vieses da Ditadura Militar: 1964 - 1985	22
1.1.2 – O Contexto do Governo Sarney: 1985 – 1989.....	30
1.1.3 – A Década de 1990 – Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.....	33
1.1.4 – Os anos 2000: A chegada do PT à Presidência.....	36
1.2 – Das Críticas ao PT: <i>uma visão geral</i>	41
1.2.1 – A Evolução Política do PT em números	41
1.2.2 – O PT e “um” viés de esquerda	43
1.2.3 – Avaliações sobre o PT nos estudos políticos	45
2 – Retórica, Discurso e <i>Ethos</i>	52
2.1 -A Retórica Aristotélica e algumas releituras modernas no quadro da AD	52
2.1.1 - As provas retóricas	54
2.1.2 - A Construção do <i>ETHOS</i>	57
2.1.3 - Os Gêneros	63
2.2 – Argumentação e Análise do Discurso.....	65
2.2.1 – A materialização do <i>ethos</i> : os índices de modalização.....	67
2.2.2 – Discurso e Identidade Políticos.....	71
3 – Análise da Materialização dos <i>Ethè</i> do PT.....	75
3.1 – Análise da Denominada 1ª fase do PT	76
3.1.1 – <i>Eúnoia</i> – <i>Ethos</i> de benevolente, amável e solidário.....	76
3.1.2 – <i>Phrónesis</i> - <i>Ethos</i> de competente, razoável e com conhecimento aprofundado	86
3.1.3 – <i>Areté</i> – <i>Ethos</i> de honesto, virtuoso e sincero	92
3.2 – Análise da Denominada 2ª fase do PT	98
3.2.1 – <i>Eúnoia</i> – <i>Ethos</i> de benevolente, amável e solidário.....	98
3.2.2 – <i>Phrónesis</i> - <i>Ethos</i> de competente, razoável e com conhecimento aprofundado ..	108
3.2.3 – <i>Areté</i> – <i>Ethos</i> de honesto, virtuoso e sincero	114
Considerações Finais.....	123
Referências.....	126
Anexos	129

INTRODUÇÃO

Em 1965, o Regime Militar brasileiro, por meio do art. 18 do Ato Institucional nº 2¹, extinguiu todos os partidos políticos existentes no país e os restringiu a apenas dois: surgiu então o bipartidarismo brasileiro composto pela ARENA – base de sustentação do Regime Militar, em sua maioria membros da UDN e do PSD – e pelo MDB – oposição ao Regime, com maioria filiada ao PTB. Em 1968, é editado o AI-5, considerado o mais autoritário ato institucional baixado durante o Regime Militar, pois dentre outros procedimentos, esse Ato concedia poderes ao Presidente da República para decretar recesso para a Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores e, durante os recessos, o executivo federal era quem assumiria as funções dessas instâncias. Como não tinha prazo de vigência e não era tido como transitório, seus efeitos vieram a perdurar até 1979. Com isso, era concedido ao governo o poder de intervir nos estados e nos municípios, sem o respeito às limitações da Constituição que vigorava. O Presidente também acumulava, a partir do AI-5, poderes para suspender, arbitrariamente ou na medida em que julgasse ser em nome da ordem, os direitos políticos, pelo período de 10 anos, de qualquer cidadão brasileiro, além de proibir qualquer manifestação popular de caráter político.

Assim, a década de 1970, no Brasil, é marcada com registro de grande insatisfação nacional, que alimentava movimentos políticos e sociais. É nesse conhecido contexto da história brasileira que surgem as demandas para a criação do Partido dos Trabalhadores/PT. O bipartidarismo brasileiro, no fim da década de 70, já vinha sendo abalado por demandas sociais diversas. Algumas lideranças, ainda que silenciadas, já se articulavam contra o Regime Militar e o Partido dos Trabalhadores era arquetizado como uma terceira via. O Regime entrava em sua fase de declínio, de forma que até mesmo alguns setores das elites gritavam por democracia. Internamente, o país assistia, assim, a movimentos que propiciavam a confluência de articulações políticas, sindicais e sociais, que dariam origem ao PT. Essas articulações deflagraram, em meio a sinais de uma crise político-econômica, greves de operários e metalúrgicos, numa atitude ousada que desafiava os padrões e toda a legislação autoritária em vigor.

Para exemplificar os movimentos que se articulavam e que viriam a contribuir para a origem do Partido dos Trabalhadores (PT), podemos falar da inquietação de eclesiásticos de

¹ Os Atos Institucionais podem ser acessados na íntegra no sítio do Governo Federal: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao/legislacao-historica/atos-institucionais>

esquerda da Igreja Católica quanto ao modelo econômico vigente, acrescentando-se a liderança do Movimento Revolucionário Trotskista², extinto oficialmente pelo Regime Militar, e representações de grupos que participaram ativamente da luta contra o Regime, como a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil/Ala-PC do B, a Ação Libertadora Nacional/ALN, a Ação Popular Marxista-Leninista/AP-ML, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário/PCBR, o Movimento de Emancipação do Proletariado/MEP. Assim, pressionado politicamente, percebendo o crescimento do MDB (e com o objetivo de enfraquecer a oposição), o governo finalmente envia para o Congresso a Lei Orgânica dos Partidos Políticos que, sancionada no final de 1979, reestabelecia o pluripartidarismo no Brasil.

É nesse contexto que se cria um partido novo: o Partido dos Trabalhadores (PT). De acordo com os seus documentos de fundação, foi a partir da desigualdade entre as classes, da necessidade da classe explorada oferecer resistência e se defender, de forma organizada, da opressão e dos privilégios das classes dominantes, da carência de oferecer aos trabalhadores uma expressão política unitária, que se solidificou fortemente a ideia de se instituir e construir o Partido dos Trabalhadores. Isso porque o MDB, partido que se opunha ao regime militar, já não cumpria, aos olhos da base idealizadora do PT, o papel de funcionar autenticamente como um instrumento de luta dos trabalhadores, em função de sua composição heterogênea e contraditória, composta por setores empresariais e trabalhistas a um só tempo. Nessa direção, em 1º de maio de 1979, no dia do Trabalhador, foi tornada pública a Carta de Princípios do PT³, no sentido de conduzir o movimento de consolidação e legalização do partido, que traz a seguinte consideração:

o MDB, por sua origem, por sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo por sua composição social essencialmente contraditória, em que se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e nas quais, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes. Aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de elites liberais conservadoras, o MDB tem-se

² O trotskismo é uma doutrina marxista que se baseia nas escritas políticas e revolucionárias de Leon Trótski. É formulada como teoria política e ideológica e apresentada como uma vertente do comunismo por oposição ao stalinismo e procura defender o marxismo em sua versão "ortodoxa", contra a burocratização do Estado Operário e política nacionalista.

³ A Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores faz parte dos Anexos desta pesquisa e foi extraída do sítio: <https://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/03/cartadepincipios.pdf>.

revelado, num passado recente, um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras. (Anexo I, linhas 116-128)

Na direção de oficializar a criação desse novo partido, foi aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion/SP, o lançamento oficial da legenda. O Partido dos Trabalhadores nasce, então, como sugere o próprio manifesto de criação,

da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la, (...) da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados. (Anexo II, linhas 4-5, 31-33)

Em 1982, com sua primeira experiência eleitoral, o partido demonstrou que já alcançara um reconhecimento expressivo, dada a sua falta de recursos para campanha e toda a sua inexperiência política. Candidatos ao governo de quase todos os Estados conquistaram assentos nas esferas municipal, estadual e federal, tendo inclusive Luís Inácio Lula da Silva sido candidato ao Governo de São Paulo, alcançando o quarto lugar no processo eleitoral. Com isso, o PT elegeu 08 deputados federais, 12 estaduais e 117 vereadores em toda a federação⁴. Em 1985, a legenda consegue eleger a primeira prefeita de uma capital, a saber, Fortaleza. Em 1986, nas eleições da Constituinte⁵, o número de deputados federais eleitos sobe de 08 para 16. No final da década de 80, o PT lança sua primeira candidatura à presidência da república com o nome, naturalmente, de seu maior líder: Luiz Inácio Lula da Silva. Surpreendentemente, o partido alcança o 2º turno da referida eleição, em disputa com o candidato Fernando Collor de Melo.

O PT não venceu as eleições, mas a derrota do partido fortaleceu a posição de esquerda no país e alimentou sua popularidade. Na década de 1990, concomitante ao *impeachment* de Collor (1992), o PT foi se estabilizando e consolidando seu espaço, já com a administração de importantes capitais, como Belo Horizonte, Porto Alegre, Rio Branco, Belém e Goiânia, além de outra meia centena de cidades pelo país. Conquistou, em 1998, 3 governos estaduais, 3 cadeiras no senado, além de números expressivos de deputados federais e estaduais. Lula

⁴ Os números de candidatos eleitos, bem como dados estatísticos citados nesta introdução foram extraídos do artigo “O Partido dos Trabalhadores – trajetória, metamorfoses, perspectivas”, de Daniel Aarão Reis, com as referências disponíveis ao final desta pesquisa.

⁵ A Constituinte ou Nova Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em 5 de outubro de 1988, revogando a Constituição de 1967 e é a lei fundamental e suprema do país, que serve de parâmetro de validade a todas as demais espécies normativas, situando-se no topo do ordenamento jurídico. A nova versão foi elaborada pelo Congresso Constituinte que era composto por deputados e senadores eleitos democraticamente nas eleições de 1986 e empossados em fevereiro de 1987. O trabalho foi concluído em um ano e oito meses.

atinge então 31,7% dos votos válidos nas disputas presidenciais, caracterizando a credibilidade do partido, o que culminou com o alcance da presidência do país pelo PT nas eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014.

Durante essa trajetória, muito se fala em mudanças e reconstrução de identidades do Partido e, nessa perspectiva, cientistas políticos como Fausto (2012), Vianna (2006), Sader (2005), Reis (2007), Petit (2006) e Mattoso (2013) apontam variações de perspectivas no discurso petista, com argumentos que indicam transformações discursivas no decorrer dos anos, ao sabor das circunstâncias e da realidade do país⁶. O PT teria passado de partido de militantes a partido de funcionários: os que antes eram líderes de movimentos sociais agora eram prefeitos, assessores ou deputados; os que antes alimentavam esses movimentos, agora eram articuladores. Segundo Reis (2007, p. 16),

não se quer afirmar que estas metamorfoses tivessem se realizado de forma integral. Que características presentes na gênese do PT tivessem se dissolvido no ar. Mas é como se as novas referências (...) estivessem agora predominando, conferindo à dinâmica do Partido um rumo distinto, diferentes e imprevistos horizontes. Eram elas, de fato, que davam o tom e a cor do Partido.

Petit (2006) também faz reflexões na direção da cobrança de coerência partidária quando fala sobre os encontros em que Lula e seus assessores tiveram, após ocupar a Presidência da República, com representantes de setores da elite econômica, tais como empresários, banqueiros e tantos outros, no sentido de sinalizar que o Governo do PT se esforçaria para controlar a inflação, acalmar os mercados e/ou garantir a governabilidade.

Podemos levantar outras ações importantes que eram esperadas pelas gestões do Partido dos Trabalhadores e que não aconteceram efetivamente, suscitando críticas da sociedade civil e/ou movimentos sociais. Dentre elas, podemos mencionar as Reformas Política, Agrária e Tributária, típicas promessas eleitorais do partido. O descontentamento e as críticas, que foram se acentuando pouco a pouco após a eleição de Lula em 2002, são também frutos da apregoada baixa qualidade dos serviços públicos, tais como saúde, educação e transporte. Além disso, alianças petistas foram vistas, por Fausto (2012) e Petit (2006), como oportunistas, tais como alianças com o PMDB ou concessões políticas feitas às bancadas Evangélica e Ruralista nas casas legislativas, ou mesmo alianças de cunho econômico. Isso levaria à percepção de que o PT teria modificado as teses que outrora eram defendidas, assim

⁶ Os dados constantes nesta Introdução, no que diz respeito ao contexto histórico, social e político do Partido dos Trabalhadores encontram-se mais aprofundadas no Capítulo 2 desta pesquisa.

como o seu discurso. Ao mesmo tempo, muitas das críticas não se abstiveram em admitir, sem alguma polêmica, os avanços dos governos Lula no plano da política social, a partir de programas como o Bolsa Família, o Fome Zero, a expansão do crédito, a política de cotas, a construção de novas universidades etc., que, dentre outras coisas, foram responsáveis por retirar milhões de pessoas da linha da pobreza.

Sendo assim, muito se tem discutido sobre o fato de o partido ter (ou não ter) “traído” a sociedade brasileira e os trabalhadores, se perdera ou não a ética apregoada em tempos iniciais, se agira por conveniência ou se, um pouco diferentemente, tivera que recuar de forma estratégica para conseguir alguma melhoria (possível) para a sociedade etc., melhorias que não teriam sido possíveis sem as alianças acima criticadas (que garantissem a “governabilidade”), sem o recuo em determinadas reformas e sem os acenos ao mercado empresarial. Diante desse quadro, deve-se alertar que este trabalho não se preocupa em afirmar e discutir tais questões (embora elas sejam aqui tangenciadas), no sentido de sustentar/defender uma das teses expostas e/ou assumir um posicionamento. Nossa preocupação é perceber *como* a linguagem aponta, por meio dos modalizadores, possíveis mudanças no *ethos* do partido ao longo dos tempos. Trata-se, assim, tendo-se as questões históricas e os debates aludidos como contexto, de tentar mostrar o que nos diz sobre o assunto os próprios discursos do PT analisados.

Assim, apresenta-se o problema desta pesquisa: como os modalizadores apontam para a construção dos diferentes *ethè* partidário ou as suas diferentes imagens de si, se comparados discursos de momentos políticos distintos? Quais mudanças registradas no discurso do Partido dos Trabalhadores podem propiciar diferentes imagens do partido e que podem ser destacadas em nosso *corpus*? Diante desses problemas específicos, nosso objetivo é analisar como os índices de modalização contribuem para a construção da imagem desse partido em seus discursos entre os anos de 1979 e 2010, isto é, suas possíveis mutações e posições identitárias, além do tipo de adesão que os diferentes *ethè* partidários poderiam provocar junto à sociedade como um todo. Em outras palavras, este trabalho se propõe, portanto, a analisar *como* se dá discursiva e retoricamente a mudança da imagem do partido ao longo dos anos.

Uma maneira encontrada para nos aproximarmos desses problemas é proceder a uma análise de discursos do PT que pretendem sinalizar, direta ou indiretamente, as diretrizes do Partido. Tais discursos constituem o *corpus* desta dissertação, e se encontram nos seus anexos numerados de I a VI. Embora muitos deles tenham assinatura “pessoal” (Lula, por exemplo), nos interessa notar como tais textos repercutem no *ethos* institucional do Partido, e não de um personagem ou outro em particular. Nesse sentido, buscamos um recorte que abrangesse

discursos da fundação do partido e outros discursos mais recentes, direcionados à população em geral. Adotamos referenciais teóricos e metodológicos, no campo da Análise do Discurso e da Argumentação, que nos permitam uma análise por amostragem de *como* os discursos do PT sofreram mudanças ao longo dos anos. Portanto, o caráter da pesquisa é de abordagem de *corpus* voltada para a análise de como os modalizadores podem propiciar a criação de imagens do partido em seus contextos de produção. Trata-se, assim, de uma análise qualitativa de discursos e comparativa.

Neste ponto, é importante falar que o conceito de *corpus* usado em nosso estudo é consoante com o que propõe Barthes, isto é, “uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar” (BARTHES, 1967 *apud* BAUER & GASKELL, 2004, p. 44). Assim, esclarecemos que o critério para a seleção do *corpus* foi uma escolha, por meio de um recorte, de discursos que fossem de conteúdos que buscassem orientar as diretrizes partidárias e que fossem publicamente veiculados, divulgados e direcionados à população de um modo geral, ou seja, pessoas com valores e crenças variados e que partilham de diferentes contextos e princípios. Ressaltamos, ademais, que tivemos o cuidado com o que Amossy (2008) considera como uma adaptação do orador ao seu auditório que, construindo uma imagem desse auditório, possa construir de forma mais efetiva uma imagem confiável de si, em função dos valores, das crenças – *doxa* – que esse orador atribui a um determinado público. Assim, obedeceu-se ao fundamento de selecionar textos que fossem de amplo acesso a brasileiros e eleitores de forma geral, e não uma busca por discursos do mesmo gênero.

Nota-se que, para Reboul (2004, p.152), “a escolha de um gênero não é apenas a escolha de um estilo e de uma argumentação. É necessariamente uma escolha ideológica, que acarreta certa visão do mundo e do homem”. Consideramos, nesta perspectiva, que o *corpus* selecionado é composto por textos que pretendem fazer a defesa de pontos de vista do partido. Os discursos, além de explicitar o enfoque do PT, também visam à persuasão do interlocutor, com o objetivo de convencê-lo de algo, no caso, votar ou filiar-se ao partido, por meio de suas ideias e ideais. Contudo, já partimos do princípio de que os textos não dizem a mesma coisa, ou que não dizem do mesmo jeito, não apenas pelo motivo de pertencerem a gêneros textuais distintos, mas sobretudo por sofrerem pressões *ethicas* de contextos distintos e de estratégias políticas diferentes. A seleção objetiva, portanto, comparar discursos não sincrônicos e pretende fazer uma leitura representativa dos *ethè* do partido ao longo de sua história. Seu foco é a análise comparativa de elementos linguísticos presentes nos discursos, que atuam

como mediadores da construção das imagens partidárias, principalmente os índices de modalização.

Selecionamos, então, discursos destinados à população em geral, sendo, dois discursos oriundos da fundação do Partido dos Trabalhadores: a “Carta de Princípios” (Anexo I), lançada publicamente em 1º de maio de 1979, e o “Manifesto Aprovado pelo Movimento Pró-PT” (Anexo II), aprovado em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no Diário Oficial da União em 21 de outubro de 1980. Além desses, selecionamos também a carta "Brasil, Urgente! Lula Presidente! Carta aberta ao povo brasileiro" (Anexo III), lançada no V Encontro Nacional do PT, entre os dias 4 e 6 de dezembro de 1987. Todos esses são discursos do Partido antes de sua chegada ao ápice do poder: a Presidência do Brasil, e representam a sua atuação na primeira década de existência.

Além desses, para fins de comparação, selecionamos discursos mais recentes, como a "Carta ao povo brasileiro" (Anexo IV), publicada em 22 de junho de 2002 – ano de disputa eleitoral e de conquista do pleito presidencial – e os discursos proferidos por ocasião do Dia do Trabalhador (1º de Maio), veiculados em cadeia nacional de rádio e televisão nos anos de 2006 e 2010, anos também eleitorais (Anexos V e VI). A opção pelo discurso de 2002 justifica-se numa tentativa de apreender o que alguns cientistas alegam: que o ano de 2002 teria sido um marco na materialização dessa possível mudança identitária do PT.

Segundo Petit (2006), vários foram os motivos para que os brasileiros optassem por uma mudança nos rumos da política do país. Entretanto, “decisivo também foi a mudança na estratégia e discurso eleitoral do PT, que se materializou em 2002, numa aliança politicamente de centro-esquerda e num programa economicamente desenvolvimentista e com grande apelo nacionalista” (PETIT, 2006, p. 181). Vianna (2006), na mesma direção, afirma que foi nas disputas eleitorais de 2002 que o PT deixou de lado os temas clássicos da esquerda e buscou o centro, numa atitude típica da social-democracia. Já a seleção dos discursos do Dia do Trabalhador se deu pelo fato de esta data ser um marco importante para o PT – já que, além de comemorar o dia do Trabalhador, esta é a data de lançamento de sua Carta de Princípios (1979). Os anos de 2006 e 2010 foram escolhidos por serem anos eleitorais e anos em que o partido buscava a reeleição, o que poderia favorecer a apreensão do *ethos* em contraste com discursos anteriores.

Partindo do pressuposto de que as diferentes imagens partidárias foram sendo construídas ao longo da história (e por razões políticas e econômicas diversas), em um primeiro momento voltar-nos-emos para a análise do período em que denominamos como sendo a “1ª fase do PT”, composta pelos Anexos I, II e III; no segundo momento, repetiremos

a análise com foco no *corpus* que denominamos pertencente à “2ª fase do PT”, a saber, os Anexos IV, V e VI. Organizamos as análises, didaticamente, por cada uma das fases como um todo, abordando cada modalidade tratada em nosso referencial teórico, em cada uma das dimensões do *ethos* (*eúnoia*, *phrónesis* e *areté*).

Como veremos adiante, buscamos ancoragem nas concepções de Discurso Político de Charaudeau e Lamizet e, para entendermos as estratégias argumentativas e discursivas, dialogaremos com a Retórica Clássica, de Aristóteles, e com a Análise do Discurso, de Amossy (dentre outros). Nessa perspectiva, procuraremos apreender como se dá o processo persuasivo em torno da construção das imagens do Partido dos Trabalhadores, com vistas a entender melhor as suas “apregoadas metamorfoses” (REIS, 2007, p. 16), não tanto diante do que nos dizem as críticas e observações já conhecidas socialmente, mas pelo que nos mostra o próprio *corpus*.

Dito isso, podemos expressar que os nossos objetivos se justificam a partir de duas frentes. Uma delas é a sua pertinência em relação ao quadro teórico adotado e a outra é a sua relevância sócio-política, já que aborda temas em discussão na esfera cidadã e pública do país, tais como os questionamentos sobre a identidade de partidos de esquerda e as ditas “infidelidades”, conforme Iasi (2006), aos ideais partidários. Esses pontos nos motivam fortemente a refletir sobre as possíveis variáveis da identidade político-discursiva do PT.

No âmbito teórico, percebemos que este trabalho se enquadra nos problemas e objetivos da análise retórico-discursiva, pertinentes à linha Tradução e Práticas Discursivas do POSLETRAS, que engloba desde as reflexões da retórica clássica até as teorias da argumentação modernas, como as de Ruth Amossy. O filósofo Aristóteles (1998), por exemplo, já nos alertava que se persuade pelo caráter quando um discurso é proferido de determinada forma que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Isso atribui ao caráter moral – *ethos* – uma dimensão importante do poder de persuasão dos discursos. Nesse sentido, podemos refletir sobre tal questão transferindo-a para uma instância oratória *partidária*, ou seja, para o âmbito de uma instituição política vista, aqui, como uma instância de produção do discurso.

É importante considerar que, para Amossy (2008), sempre que o locutor toma a palavra, constrói-se linguisticamente uma imagem de si, por meio de suas competências enciclopédicas, das suas crenças implícitas e de seu comportamento linguístico. Assim, esses elementos são capazes de projetar uma representação do *ethos*, seja de uma pessoa singular, seja de uma instituição como um partido político, o que mostra a pertinência do estudo proposto com o referencial teórico mencionado. Por meio de recursos e comportamentos

linguístico-discursivos, o orador ou instância oratória direciona a sua fala para o seu auditório, e, segundo Amossy (2011), o faz numa tentativa, consciente ou não, de reorientar ou, mesmo, reforçar, modos de pensar, de ver e de sentir no mundo ou numa determinada conjuntura social.

No âmbito sócio-político e no caso de nosso *corpus*, várias são as especulações sobre o Partido dos Trabalhadores, sobre suas possíveis mudanças discursivas, inclusive sobre a sua pretensa infidelidade aos ideais partidários originais. Áreas como a sociologia, a história e a política em si, vêm discutindo sobre essas transformações, como podemos observar em algumas publicações, tais como: “Brasil: A esquerda e o governo Lula”, de Emir Sader (2005), “Esquerda brasileira e tradição republicana – Estudos de conjuntura sobre a era FHC – Lula”, de Luís Werneck Vianna (2006), As metamorfoses da consciência de classe – o PT entre a negação e o consentimento, de Mauro Luís Iasi (2006), “O Partido dos Trabalhadores – trajetória, metamorfoses, perspectivas”, de Daniel A. Reis (2007), “Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma”, de Marcos Nobre (2012), “A esquerda que não teme dizer seu nome”, de Vladimir Safatle (2013), “Dez anos depois”, de Jorge Mattoso (2013). A tese de Lessa, por exemplo, traz apontamentos importantes nessa direção, ao afirmar que

(...) o dinamismo histórico, além de apontar para a possibilidade de uma constante reconfiguração conceitual, sinaliza também o caráter construcionista e reflexivo das identidades político-discursivas. Os estudos de Pere Petit (2006) e de Mauro Iasi (2006) (...) explicam que a mudança de prática e de discurso do Partido dos Trabalhadores deu-se ao longo de um processo histórico, foi determinado por fatores contextuais mundiais e nacionais, pela atuação das lideranças que se posicionaram para conquistar cargos eletivos, pela mudança dos quadros partidários, entre outros. (2009, p. 239).

Por fim, para cumprirmos os objetivos elencados, organizamos esta dissertação em três capítulos: nos dois primeiros, estão os aportes teóricos da pesquisa, sendo que o Capítulo 1 – O Contexto Político, Econômico e Social do País e o PT: das Bases à Presidência –, ocupa-se dos apontamentos teóricos oriundos das Ciências Políticas, no sentido de contextualizar a questão e oferecer diferentes pontos de vista (avaliações) sobre a mudança de postura do PT ao longo de sua existência. Já o Capítulo 2 – Retórica, Discurso e Ethos –, refere-se às teorias da Retórica, da Argumentação e do Discurso, que funcionarão como pressupostos, em conjunto com o primeiro capítulo, para a análise dos documentos em anexo. No Capítulo 3, procedemos à análise do nosso *corpus*, fundamentada nos referenciais teóricos apresentados. Dito isso, passemos ao primeiro capítulo deste trabalho.

1 – O CONTEXTO POLÍTICO, ECONÔMICO E SOCIAL DO PAÍS E O PT: DAS BASES À PRESIDÊNCIA

Com o objetivo de melhor ancorarmos as condições do país nos diferentes momentos históricos em que foram enunciados nossos *corpora*, traremos, a seguir, panoramicamente, uma contextualização econômica, política e social do Brasil, que compreende o período do Regime Militar até o final do segundo mandato do PT na Presidência do país - 1964 a 2010. Nosso recorte não compreende a administração do PT sob a gestão da Presidenta Dilma, pois nosso *corpus* foi construído com limite até o ano de 2010, último ano do Presidente Lula na direção do país. Este capítulo nos servirá, portanto, como pano de fundo para compreendermos melhor as nuances políticas e históricas dos discursos que compreendem nosso estudo.

Na primeira parte do capítulo, faremos a contextualização histórica e social do país, com o objetivo de trazermos à tona uma ideia geral da conjuntura política brasileira, do momento em que o PT foi criado até o final de seu segundo mandato (2010). Isso, de alguma maneira, ajuda-nos a compreender quais eram os argumentos motivadores da criação de um novo partido e, conseqüentemente, contribuirá no processo de apreensão das imagens desse partido ao longo dos anos. Já na segunda parte, apontaremos alguns números que traduzem a evolução e o aumento do espaço conquistado pelo PT, mostrando sua representatividade enquanto partido de oposição. Em seguida, conceituaremos brevemente a esquerda política do Brasil, de forma que possamos aumentar nossa compreensão em torno da figura e do papel da “oposição política”.

Finalizaremos o capítulo trazendo algumas críticas ao Partido dos Trabalhadores, sob a perspectiva de cientistas políticos, atores sociais e pesquisadores afins, uma vez que essas “vozes” integram os contextos políticos capazes de afetar os efeitos dos discursos aqui analisados. Em toda essa ancoragem contextual, buscamos nos aproximarmos do percurso trilhado pelo Partido dos Trabalhadores ao longo dessas três décadas de existência, para que possamos identificar suas possíveis metamorfoses, seus avanços e suas contradições. Dessa forma, o estudo realizado neste capítulo é de fundamental importância para o desenvolvimento da pesquisa, pois nos serve como subsídios conjunturais, históricos, políticos e sociais para a apreensão do *ethos* no *corpus* construído por este trabalho.

1.1 – OS CENÁRIOS DE SURGIMENTO E EVOLUÇÃO DO PT: ASPECTOS POLÍTICOS, ECONÔMICOS E SOCIAIS

Como dissemos, dedicaremos esta primeira parte do capítulo para apresentar um recorte da contextualização política, histórica e social, com o objetivo de nortear a situação geral do Brasil, desde o momento em que o PT fora criado até o final de seu segundo mandato na presidência do Brasil. Este estudo nos servirá para a compreensão dos argumentos motivadores da criação de um novo partido e, conseqüentemente, contribuirá no processo de apreensão das imagens desse partido ao longo dos anos.

1.1.1 – Vieses da Ditadura Militar: 1964 - 1985

É importante frisarmos que o recorte da Ditadura Militar trazido por esta pesquisa serve apenas como uma alusão à moldura histórica de surgimento do PT. É importante na medida em que nos ajuda a compreender a criação do partido, em prol de quem ele atuava e contra quem ele investia seus argumentos, no período que compreende os discursos da 1ª parte do nosso *corpus*. Dessa maneira, não temos a pretensão de - e nem os meios para - tratar em detalhes o Regime Militar do Brasil. Assim, daremos enfoque apenas aos pontos relacionados ao cerceamento das liberdades, à questão econômica e aos movimentos sociais.

No final de março de 1964 foi lançado um movimento que tinha o aparente propósito de salvar o país da corrupção e reestabelecer a democracia. Esse movimento desencadeou o denominado Golpe de Estado e instaurou o Regime Militar no país. Foi nesse Regime que os denominados Atos Institucionais (AI) começaram a surgir, alterando as instituições e normas, com a justificativa de serem decorrentes do “exército do Poder Constituinte, inerente a toda as revoluções” (FAUSTO, 2012, p. 397).

O AI-1, editado em 9 de abril de 1964, com vigência até 31 de janeiro de 1965, reforçava a atuação do Poder Executivo, em detrimento da atuação do Congresso. Autorizava o comando supremo a cassar os mandatos de políticos municipais, estaduais e federais, além de suspender as imunidades parlamentares e os direitos políticos por 10 anos, no “interesse da paz e da honra nacional”. Essa abertura de poder era uma clara “ameaça” aos políticos e aos movimentos sociais que pretendiam, de alguma maneira, opor-se ao governo e/ou clamar por melhorias sociais de base (trabalhistas, agrárias etc.). Assim, o governo buscava se blindar, efetivamente, dos movimentos sociais, que eram obrigados a atuarem clandestinamente e de forma independente do Estado. Aqueles que se atreviam a romper com essa clandestinidade eram perseguidos, torturados e violentados. Dessa forma, os trabalhadores se organizavam,

improvisadamente, no interior das fábricas e formavam comissões articuladoras, sendo as mais atuantes as oriundas da indústria automobilística.

O AI-1 determinava, ainda, que as eleições para a Presidência da República, no Congresso Nacional, fossem indiretas, de maneira que, para o período de 15 de abril de 1964 a 31 de janeiro de 1966, foi eleito o general Humberto de Alencar Castelo Branco. Segundo Fausto (2012), a equipe de Castelo Branco objetivava colocar em prática uma espécie de “democracia restringida”, reformar o aparelho do Estado, modernizar o sistema econômico capitalista, enfrentando, assim, a crise econômico-financeira que se arrastava desde o governo de Goulart. Os ministros do Planejamento e da Fazenda lançaram, então, o Programa de Ação Econômica do Governo/PAEG que, ainda conforme o pesquisador, propiciou a redução do déficit público e dos gastos do Estado. O reequilíbrio das finanças do governo se concretizou com o aumento da tributação, a correção monetária para impostos atrasados, a compressão de salários com reajustes abaixo da inflação. Todas essas ações repercutiam negativamente na vida do trabalhador que era sempre sacrificado com mais impostos, menores salários e repreendido no aumento da desigualdade social, de forma que a classe operária estava cada vez mais comprimida pela afirmação das elites e pela concentração de renda nas mãos de uma minoria elitizada.

Vale ressaltar que essa compressão de salários veio concomitante à Lei da Greve, medida que impedia a realização de paralisações, pois aumentava sua burocratização, apelidada de lei antigreve e, concomitante também, à perda da estabilidade dos trabalhadores após 10 anos de trabalho, assegurada pela CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Tal medida facilitava para as empresas a escolha dos seus empregados, aumentando a rotatividades dos trabalhadores. Em setembro de 1966, em contrapartida à perda da estabilidade, foi criado o FGTS, como forma de compensar os trabalhadores. Essa compensação não era tida como efetiva, pois as perdas causadas pela inflação e pela ressecção econômica viriam para demonstrar que a perda foi significativa para os trabalhadores. O PAEG atingiu suas metas, o PIB voltou a crescer em 1966, mas a massa trabalhadora foi a classe que se viu obrigada a passar pelos maiores sacrifícios, sem condição de reação devido ao regime autoritário.

Nesse contexto, a oposição crescia e com o impacto negativo da repressão, membros da Igreja se articulavam contra o governo, com destaque para as articulações do arcebispo de Olinda, Dom Hélder Câmara. Os estudantes, por meio da UNE, também iniciavam suas mobilizações, e o governo se viu obrigado a baixar o AI-2, que estabelecia eleição nominal pela maioria absoluta do Congresso, de forma que, abolindo o voto secreto, diminuiriam as

surpresas. O AI-2 reforçou os poderes do Presidente, além de extinguir os partidos existentes, já que os militares acreditavam que o multipartidarismo propiciava a crise política, pois exprimiam distintas opiniões sobre política e economia. O Ato (AI-2) permitia a fundação de novos partidos políticos, no entanto, estipulava pré-requisitos (como a exigência de 20 senadores e 120 deputados federais) que, na realidade, acabava impedindo a existência de mais de duas legendas. Assim, os partidos extintos foram obrigados a se organizarem em dois grupos: um alinhado à base do governo (a ARENA) e outro na oposição ao regime (o MDB), instituindo-se, então, a ARENA, com remanescentes da UDN e PSD, e o MDB, com filiados dos extintos PTB e também PSD.

Assim, segundo Reis (2000), o governo de Castelo Branco encerrou-se num contexto de descrédito e insatisfação, em que poucos brasileiros ainda acreditavam nos compromissos com a democracia. O general não conseguiu ‘fazer eleger’ seu sucessor e o novo presidente escolhido era o general Artur da Costa e Silva, que tomou posse em março de 1967. Para Fausto (2012), embora tenha sido ministro da Guerra de Castelo Branco, Costa e Silva estava mais voltado para a política da linha-dura e dos nacionalistas autoritários das Forças Armadas, que estavam insatisfeitos com a política de Castelo Branco. Contudo, o que se viu foi Costa e Silva ceder às pressões feitas pela sociedade, estabelecer diálogos com a oposição moderada e interferir nas condições trabalhistas por meio do incentivo de organizações sindicais.

Em 1968, as mobilizações tiveram outro impulso. Militantes da esquerda católica, que haviam sido importantes na consolidação de uma posição favorável, ou neutra, ao Regime de 64, evoluíram para uma dura crítica e, conseqüentemente, para o confronto ao governo militar. A igreja articulava-se em suas bases e multiplicava os formadores de opinião, aproveitando-se da sua credibilidade, autoridade e poder de influência para desconstruir, com argumentos fortes, o modelo econômico imposto pelo Regime militar, caracterizado como desumano, opressivo, injusto e desigual. No plano cultural brasileiro, a arte, por meio da música popular brasileira, também impulsionava a mobilização da nação.

Assim, ganhou força a chamada passeata dos 100 mil, mobilizada pela Igreja, por estudantes, intelectuais, artistas, políticos e pela sociedade civil como um todo, em prol da redemocratização do país, realizada em junho de 1968, no Rio de Janeiro. Em São Paulo e em Minas teve início a agressiva greve dos operários metalúrgicos, que culminou com intervenção do Ministério do Trabalho e a violenta desocupação dos operários por meio da tropa de choque, de lutas corporais e bombas de gás lacrimogênio. Muitos sindicatos sofreram intervenções do Estado, vários dirigentes sindicais tiveram seus mandatos cassados e inúmeros militantes foram presos.

O deputado Márcio Moreira Alves/MDB, segundo Fausto (2012), discursou influenciando as pessoas a boicotarem o desfile de 7 de setembro, e as mulheres a se afastarem dos oficiais que silenciavam diante das violências alimentadas pelos militares brasileiros, como torturas, sequestros de líderes de oposição e de movimentos progressistas, espancamento de estudantes e de cidadãos que saíam às ruas gritando pela volta da democracia. Tal discurso fez com que as Forças Armadas pedissem ao STF que abrisse um processo contra o deputado, mas a Constituição de 1967 garantia imunidade aos parlamentares e era necessária a aprovação do Congresso. Para surpresa, o Congresso não aprovou a quebra de imunidade, com ampla vantagem na votação. No dia seguinte (13/12/1968), Costa e Silva baixou o AI-5 fechando o Congresso, restabelecendo os poderes do presidente para suspender direitos políticos, cassar mandatos, demitir ou aposentar servidores públicos, entre eles muitos professores universitários. A tortura era a forma mais eficiente de governar, a tese da luta armada era fortalecida e a censura aos meios de comunicação foi imposta na prática pela força do mais forte.

Fruto de toda a arbitrariedade do Regime, em 1969, quando Costa e Silva sofreu um derrame, os ministros militares optaram por violar a constituição que determinava o vice-presidente como substituto e, por meio do AI-12, Lira Tavares, Augusto Rademaker e Márcio de Souza, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, respectivamente, assumiram o governo. Essa junta militar só fez atuar com mais medidas repressivas como banir do país os cidadãos que fossem inconvenientes ou oferecessem perigo à segurança nacional. Segundo Fausto (2002, p. 410), “a pena de morte nunca foi aplicada formalmente, preferindo-se a ela as execuções sumárias ou no correr de torturas, apresentadas como resultantes de choques entre subversivos e as forças da ordem ou como desaparecimentos misteriosos”.

Em outubro de 1969, a junta militar, percebendo que Costa e Silva não teria mais condições de recuperação física para o cargo, declarou vagos os cargos de presidente e vice, convocando as eleições para o dia 25 de outubro, para um mandato no período de 30 de outubro de 1969 a 15 de março de 1974. Foi escolhido o general Emílio Garrastazu Médici que, segundo Fausto (2012), conduziu o Brasil ao período histórico mais repressivo da história. Com tanta repressão e tortura, grupos armados que vinham desestabilizando o Regime acabaram perdendo seu vigor, a oposição assumida encolhia-se, embora ainda buscasse unir forças para uma campanha pelo voto nulo ou branco, mesmo que claramente limitada e restrita aos panfletos e às pichações de muros. E assim, o Regime, mesmo que alimentando repressões ameaçadoras, não enfrentava dificuldades sérias, pois o enfraquecimento arbitrário da esquerda, alinhado ao crescimento econômico do país de mais

de 10% ao ano e à vitória do Brasil na Copa do Mundo de 1970 configuravam, apesar de tudo, um cenário momentaneamente favorável aos militares.

No período denominado ‘milagre brasileiro’ – 1969 a 1973 –, o PIB brasileiro cresceu em média 11,2 % ao ano, cresceram os investimentos estrangeiros no país e também a captação de recursos do governo com os tributos, mas o país destacava-se também pela desproporção entre o avanço econômico e a falta de programas e de política social. Dessa maneira, os indicadores de educação, habitação e saúde apontavam a baixa qualidade de vida dos brasileiros. Os salários dos trabalhadores de baixa qualificação teve perda significativa, enquanto os de área técnica foram muito valorizados, acentuando a concentração de renda prototípica do assim chamado “milagre econômico”. O impacto social dessa concentração de renda era alto: havia mais pessoas de cada família trabalhando, pois aumentara a oferta de trabalho, mas o valor individual recebido por cada trabalhador era reduzido. Dessa maneira, o Brasil apresentava destaque internacional por seu potencial industrial e levava ao lado o destaque negativo dos indicadores de saúde, habitação e educação.

Nesse contexto, segundo Reis (2000), desbobravam-se alguns movimentos de guerrilha urbana, como expropriações de armas, sequestros, mas esses revolucionários, embora alcançassem alguma notoriedade, foram aniquilados pelo Regime. A política econômica, de acordo com Fausto (2012, p. 415), era centrada em “fazer crescer o bolo para só depois pensar em distribuí-lo”. Nessa direção, o país vivia em uma situação em que os ricos se tornavam mais ricos, e a riqueza nacional não era dividida entre a base carente da população, a tortura era acentuada diante dos movimentos sociais dissidentes da política oficial.

Médici também não conseguiu eleger seu sucessor, de maneira que as forças armadas acabaram escolhendo o nome do general Ernesto Geisel para sua sucessão. Como Geisel possuía ligações com o grupo de Castelo Branco, a sua escolha à presidência consagrou a derrota da linha-dura do regime. Porém, ele não foi eleito por essa característica e sim por sua capacidade administrativa e, também, pelo fato de seu irmão ser ministro do Exército. Podemos associar o governo Geisel ao início da abertura política, ainda que lenta, gradual e cheia de recuos. Também podemos apontar que em 1973 a oposição voltara a dar sinais de independência. O conflito entre a Igreja Católica e o Estado era forte e Geisel tratou logo de se articular contra a tortura, num ponto de acordo com a Igreja, como forma de abrandar os conflitos. No entanto, o poder vinha sendo tomado pela repressão gerando conflitos hierárquicos nas Forças Armadas. Os mais envolvidos na repressão tomavam decisões de tirar a vida ou controlar informações sem que seu superior fosse consultado. Isso acabou gerando distorções aos valores e princípios das Forças Armadas.

Segundo Reis (2000, p. 8-9), de 1974 em diante, “haveria um reflorescimento das esquerdas moderadas e democráticas na sociedade. Na segunda metade dos anos 70 – sobretudo após a revogação do Ato Institucional nº 5 – (...) lideranças e partidos, embora ainda minoritários, voltariam a desempenhar papéis importantes na cena política”. Assim, o governo permitiu certa liberdade nas eleições legislativas de 1974, de maneira que os partidos tiveram acesso à televisão e ao rádio, travando oficialmente uma luta contra a linha-dura. O que se esperava era o triunfo da ARENA, mas o que se viu foi um forte avanço do MDB, inclusive superando a ARENA nas votações para o Senado. O MDB só não foi maioria porque o senado se renovava parcialmente e, nas eleições de 1970, a ARENA adquirira ampla vantagem.

No ano seguinte, 1975, o governo agiu com algumas medidas repressivas e outras liberais, com a finalidade de atender às Forças Armadas e à população: suspendeu a censura ao jornal Folha de São Paulo e acusou o PCB de articular-se com o MDB para que esse saísse vitorioso nas eleições de 74. Intensificou a luta contra a “linha-dura”, mas ainda não impedia as torturas seguidas de morte. No início de 1976, Geisel iniciou uma tomada de medidas mais severas contra a linha-dura e nomeou um comandante para o II Exército que fosse de sua inteira confiança, com a finalidade de cessarem as torturas. Contudo, isso não impediu que universidades, em São Paulo, fossem invadidas para impedir a articulação silenciada da União Nacional dos Estudantes/UNE. A Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros/CNBB expressava, de maneira organizada, críticas contundentes ao modelo econômico implantado pelo Estado, durante o Regime Militar, e denunciava-o como desigual, injusto, opressor e desumano. A ARENA, em 1978, ainda continuava com maioria no Congresso. O governo estabeleceu encontros com o MDB, a Associação Brasileira de Imprensa/ABI e a CNBB com a finalidade de iniciar a reestruturação das liberdades civis e de expressão no país. E foi somente no fim de 1978 que o Congresso aprovou a emenda constitucional nº 11, que tinha o objetivo principal de revogar o AI-5.

Embora seja sabido que o Regime Militar tenha reprimido os dirigentes sindicais e feito com que o Ministério do Trabalho intervisse nos sindicatos, ele não conseguiu extingui-los. Segundo Fausto (2012), em 1968, eram 625 sindicatos rurais, 1745 em 1976 e 2144 em 1980. Esse ressurgimento se deu no governo Geisel, momento em que também se estruturava o movimento operário. Assim, em 1978 e 1979, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema iniciou, liderado por Luiz Inácio da Silva (o Lula) grandes greves e assembleias. A força sindical estava consolidada devido à sua organização e, dentre as principais reivindicações, estavam a reposição salarial, as garantias de emprego e as liberdades

democráticas, embaladas pelo novo sindicalismo. Nesse mesmo período é que Fernando Henrique Cardoso se filiara ao MDB para disputar as eleições ao Senado, apoiado pelas frentes de esquerda.

Geisel conseguiu eleger um sucessor e, assim, tomou posse, em março de 1979, o general Figueiredo, Chefe do Gabinete Militar de Médici e Chefe do Serviço Nacional de Informações do governo Geisel. Dessa maneira, o militar escolhido para dar sequência ao processo de abertura política e neutralização da linha-dura, era o homem responsável pela chefia de um órgão repressivo. E, dessa maneira, Figueiredo seguiu com a abertura política mesmo que em um cenário econômico desfavorável. Em agosto de 1979, Figueiredo conseguiu com que o Congresso aprovasse a Lei da Anistia para crimes políticos ou de motivação política, caracterizando um passo importante rumo às liberdades públicas, mas a chamada linha-dura não esmorecia, e atos como cartas-bomba, sequestros de sujeitos ligados à Igreja, tentativas de fazer explodir bombas no Riocentro⁷ continuavam a assustar o país.

Dessa forma, à medida que o Regime Militar foi se abrindo às liberdades públicas, a oposição, que abrigava diferentes ideologias e descontentamentos por razões diversas, foi se fortalecendo. Com o objetivo de quebrar o “voto dicotômico” contra ou a favor do governo – MDB x ARENA – em dezembro de 1979, o Congresso aprovou a Lei Orgânica dos Partidos, extinguindo as duas representações supracitadas e obrigando as novas frentes a colocarem a palavra “partido” em suas nomenclaturas. Com a falta de popularidade da ARENA, essa logo transformou-se em Partido Democrático Social/PDS. O MDB apenas acrescentou o P, transformando-se em Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Nesse cenário, pode-se afirmar que movimentos já se articulavam para a criação do Partido dos Trabalhadores, como o movimento do sindicalismo urbano e rural, que teve um papel fundamental na articulação do PT, e outras frentes de grande importância se uniam também para a consolidação desse novo partido, como eclesiásticos de esquerda da Igreja Católica incomodados com a política econômica, organizados em Comunidades Eclesiais de Base, além de lideranças dos Movimentos Revolucionários Trotskistas e representações de grupos que participaram ativamente da luta contra o Regime Militar, como a Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil/Ala-PC do B, a Ação Libertadora Nacional/ALN, a Ação

⁷ Segundo Fausto (2012), bombas explodiam na Câmara Municipal do Rio de Janeiro e em sedes de jornais de oposição, com o objetivo de ameaçar qualquer tentativa de oposição do governo; grupos extremistas que atuavam contra a abertura política enviaram uma carta-bomba ao então presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, matando a sua secretária; o jurista Dalmo Dallari, o Bispo Dom Adriano Hypólito e outras figuras ligadas à Igreja Católica foram sequestrados; uma bomba que seria colocada no Centro de Convenções do Riocentro, onde havia um evento com grande concentração de jovens, foi detonada antes de seu depósito e a outra teria explodido na Casa de Força do Riocentro.

Popular Marxista-Leninista/AP-ML, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário/PCBR, o Movimento de Emancipação do Proletariado/MEP. Petit (2006, p. 193) esclarece que essas organizações tinham seus próprios argumentos para contribuir com a solidificação do PT, pois haviam concepções político-ideológicas distintas, mas “todas consideravam o PT como um *partido tático* ou uma espécie de *PMDB das esquerdas*”. Segundo Reis (2007, p. 2-3), essas frentes acreditavam que

a fundação de um partido de trabalhadores pelos próprios trabalhadores representava a atualização de uma antiga utopia revolucionária, enunciada, e anunciada, desde o Manifesto Comunista de K. Marx, de 1848: a emancipação do proletariado haveria de acontecer por obra e graça dos próprios proletários. Um partido *independente* do jogo e das instituições legais, livre da tutela do Estado e das lideranças *burguesas*, que sempre haviam dominado o jogo político nacional, distinto também das principais tradições que haviam animado as lutas sociais e políticas dos trabalhadores brasileiros: o trabalhismo e o comunismo, acusados de serem artífices de derrotas e, principalmente, de terem atrelado os trabalhadores a causas e a propósitos *populistas* e *burgueses*. (grifos do autor)

Assim, em 1º de maio de 1979, como já dito em nossa introdução, torna-se pública a “Carta de Princípios” do PT (em anexo) e, alguns meses após, foi constituído oficialmente o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, ou, como também era conhecido, o Movimento Pró-PT, que viria a conduzir o processo de constituição e legalização da legenda. Em fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, foi lançada oficialmente a criação do Partido dos Trabalhadores, com lideranças oriundas de diferentes frentes de esquerda, como os cristãos Paulo Freire e Plínio de Arruda, o socialista Antônio Cândido, os trotskistas Mario Pedrosa e Lelia Abramo, o comunista Apolônio de Carvalho e lideranças sindicais, reconhecidas por suas tradições revolucionárias.

Ainda no contexto de surgimento do PT, o PIB tinha um grande declínio, entre 1981 e 1983, fechando negativamente no ano de 1981. O desemprego aumentou, principalmente na área mais afetada pela recessão: indústria de bens de consumo durável – eletrodomésticos e bens de capital. Segundo Fausto (2012), a inflação era de 110,2% em 1980, 95,2% em 1981 e 99,7% em 1982. Contudo, o Brasil alavancou uma sutil reação com o crescimento das exportações, e a queda do preço do petróleo facilitou a importação. Assim, no final da gestão de Figueiredo, a economia voltara a dar uma respirada e o país voltara a crescer, mas no balanço geral o saldo de Figueiredo foi negativo.

Nesse cenário, em 1983, o PT, o PMDB, o PDT, a CUT – criada nesse mesmo ano – e a Conferência Nacional da Classe Trabalhadora se articulavam em um movimento pelas eleições diretas para presidência do país. Esse movimento estendeu-se pelo Brasil e esta foi a

esperança do povo de que a representação do Presidente fosse autêntica. A aprovação das eleições diretas dependia de alteração na Constituição e a maioria do Congresso era do PDS – antiga ARENA. Dessa forma, a Emenda não foi aprovada e sucedeu a eleição indireta em 1985. Foi eleito Tancredo Neves, Presidente, e José Sarney, Vice-Presidente, numa disputa folgada com Paulo Maluf. Contudo, o PT foi o único partido que se absteve de votar num protesto contra as eleições indiretas. Tem-se, então, o fechamento da transição e o fim do Regime Militar.

Dessa maneira, podemos depreender que as consequências negativas do Regime Militar brasileiro para os trabalhadores e para os movimentos e indicadores sociais impulsionaram a fundação do Partido dos Trabalhadores, como expresso na Carta de Princípios do PT. Estimulados pela repressão aos sindicatos – expressão maior dos trabalhadores –, pela desigualdade entre as classes, por não acreditarem que “partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política a nosso povo” (CARTA DE PRINCÍPIOS, 1979), os seus idealizadores vão formulando e consolidando a ideia de formação do PT, ao mesmo tempo em que reafirma a impossibilidade de o MDB e, ainda mais, a ARENA, representarem os interesses dos trabalhadores. Vale ressaltar que o PT, nesse contexto, considerava o MDB – que seria a oposição ao governo – um “conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas” por acreditar que o partido era heterogêneo e controlado pelas elites “liberais conservadoras”, além de classificá-lo como “partido de exclusiva atuação parlamentar”. Passemos, então, ao contexto da governança de Sarney, eleito indiretamente, pelo Colégio Eleitoral, numa coligação com Tancredo Neves, chamada de Aliança Democrática – PMBD e PFL.

1.1.2 – O Contexto do Governo Sarney: 1985 – 1989

Tancredo Neves não chegou a tomar posse, por causa de sua doença. Sarney, seu Vice-Presidente, subiu ao Planalto, em 15 de março de 1985, e tomou posse em seu lugar, acreditando que, em breve, Tancredo assumiria seu posto. No entanto, um mês depois, em 21 de abril de 1985, Tancredo veio a falecer.

O que sobressaiu no período em que Sarney esteve no governo foi o início do respeito às liberdades públicas. Ainda em 1985, foi aprovada a eleição direta para a presidência, o direito de voto aos analfabetos e a legalização de todos os partidos políticos, mesmo de

organizações minoritárias, que se encolhiam frente à popularidade que o PT vinha alcançando nas frentes de esquerda. Quando Sarney assumiu a presidência, a inflação continuava a subir, chegando a 17,5% em janeiro de 1986. A hiperinflação era temida pela população. A medida econômica do governo para a contenção do aumento era a recessão que, por sua vez, era criticada por economistas da PUC do Rio de Janeiro. Segundo Fausto (2012, p. 443), o argumento dos economistas era que

uma economia indexada como a do Brasil, a inflação passada ficava embutida na futura, como “inflação inercial”. A indexação da economia significa que os preços das mercadorias e dos serviços variam de acordo com um índice de inflação e não segundo as regras da oferta e da procura... Estaria assim formando um círculo vicioso, do qual só seria possível sair quebrando-se o mecanismo da indexação. A quebra só poderia ser eficaz através de uma terapia de choque, que acabaria com a correção monetária e estabeleceria uma nova moeda forte, em substituição ao desmoralizado cruzeiro.

Nesse cenário, as disputas partidárias cresciam, as acusações de favoritismo voltavam-se contra o presidente e a sua imagem era desgastada. As eleições para prefeitos, em 1985, foram realizadas com tranquilidade e tiveram alguns realces como a vitória de Jânio Quadros/PTB sobre Fernando Henrique Cardoso/PMDB, em São Paulo, e a eclosão eleitoral do PT, que alcançou uma votação considerável tanto em São Paulo como em Goiânia – onde teria perdido com pequena margem, com denúncias de fraude. O PMDB sobressaiu-se numericamente nas capitais, elegendo-se em 19 das 25. No entanto, começara a ser traduzido o descontentamento da população com o partido em grandes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Recife, que não elegeram prefeitos do PMDB. O PT elegeu, em Fortaleza, sua primeira prefeita de capital.

Em fevereiro de 1986, Sarney anuncia o Plano Cruzado que substituiria o Cruzeiro na proporção de 1000 por 1. Assim, a indexação era extinta, os preços foram congelados por tempo indeterminado, os aluguéis foram congelados pelo prazo de um ano, o salário mínimo foi reajustado com base no valor médio dos seis meses anteriores, com a intenção de melhorar a condição da classe trabalhadora. Essas ações propiciaram à população mais pobre algum poder de compra, amentando o consumo de leite e de carne, mas, passado o impacto da exaltação, surgiu a cobrança do “ágil”, que era um adicional fora da tabela de preço. Portanto, o Plano de Sarney traduziu-se em fracasso por causa da falta de produtos nas prateleiras, da pressão por aumentos e cobrança abusiva do ágil. Instalou-se um desequilíbrio das contas externas devido ao aumento das exportações. Tudo isso contribuía para o crescimento da oposição, representada fortemente pelo Partido dos Trabalhadores.

Em novembro de 1986, aconteceram as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. O PMDB mostrara que ainda tinha prestígio, pois elegeu maioria no Senado e na Câmara dos Deputados, além de todos os governadores, com exceção do estado de Sergipe. Após as eleições, permitiu-se o aumento das tarifas públicas e dos impostos, trazendo, novamente, a inflação de forma impactante. Os trabalhos da Constituinte aconteceram de fevereiro de 1987 a outubro de 1988 e, com todas as suas insuficiências, a Constituição avançou nos quesitos de direitos sociais e políticos dos cidadãos. No entanto, refletiu interesses individuais de alguns grupos e o próprio sistema presidencialista e republicano foi sujeito a plebiscito. A Constituição atuava como um marco para o fim no regime autoritário e início do regime democrático e representantes do PT atuarem em defesa da reforma agrária e dos direitos dos trabalhadores, principalmente.

Neste contexto, em 1988, fora criado o Partido da Social Democracia Brasileira/PSDB, conduzido pelos ex-PMDB Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, José Serra e Franco Montoro. Segundo Fausto (2012, p. 475), esse partido surgiu como

um partido de centro-esquerda (suas principais lideranças, oriundas do Estado de São Paulo, se haviam destacado na luta contra a ditadura e o modelo de desenvolvimento centrado na renda) com o propósito de representar uma ‘renovação no campo progressista’. Sem o enraizamento do PT no mundo sindical e nos movimentos sociais, o PSDB apareceu como um partido de classes sociais médias ilustradas com boa aceitação entre o empresariado mais moderno.

Podemos dizer que o governo de Sarney encerrou-se com o insucesso dos planos econômicos, e os juros da dívida externa deixavam o Brasil em uma situação instável e vulnerável. Fatos como esses, contribuíram para o engrandecimento da candidatura à presidência, em 1989, de Fernando Collor, que se lançou, segundo Fausto (2012, p.473), como “combatente destemido da corrupção”, apresentando um programa de reformas econômicas e do Estado. Fernando Collor não atraiu apoio de grandes partidos e se candidatou pelo Partido da Reconstrução Nacional/PRN. Para Vianna (2006, p. 93), a disputa eleitoral de 1989, a primeira com votação direta,

transcorreu em um contexto radicalizado em que se contrapunham abertamente propostas divergentes para o encaminhamento da transição política então em curso. A decisão dos partidos de esquerda de não buscar alianças com o centro no primeiro turno durante aquele pleito foi a causa principal da vitória da candidatura de Collor, que soube combinar um discurso em favor de uma via de reforma de sentido neoliberal, dirigido às elites econômicas, com uma marca popular de combate à corrupção.

Em sua primeira candidatura à presidência, o PT, representado por Lula, foi o maior adversário de Collor/PRN, disputando o segundo turno das eleições. Aproveitando-se do receio que a população tinha de que o PT tomasse medidas radicais, Collor venceu a disputa com aproximadamente 43% dos votos contra 38% de Lula/PT. Assim, entendemos que estes foram números bastante expressivos para uma primeira disputa presidencial do Partido dos Trabalhadores, ou seja, um reconhecimento da população que pode ser atribuído às posições contrárias e críticas do PT à gestão de Sarney e às suas políticas econômicas que afetavam diretamente a vida dos trabalhadores. Tais posições podem ser vistas em parte do nosso *corpus*, sobretudo no Anexo III, como também na Seção 1.1.1, evidenciadas pelas críticas do PT ao PMDB e conseqüentemente ao governo do Sarney⁸. Adiante, passaremos a contextualizar a década de 1990, iniciando com o cenário de Collor/PRN, primeiro presidente eleito por votos diretos no país. Em seguida, contextualizaremos o governo de Itamar Franco/PTB e encerraremos com o Governo de FHC/PSDB.

1.1.3 – A Década de 1990 – Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso

Logo após tomar posse em março de 1990, Fernando Collor de Melo anunciou medidas financeiras enérgicas de estabilização monetária, como o bloqueio de recursos financeiros acima de 50 mil cruzeiros novos, congelamento de preços e salários, corte de gastos públicos, elevação de alguns impostos, com o objetivo de conter a inflação que chegara a 80% ao mês. Assim, entre 1989 e 1990, o rendimento médio dos trabalhadores com carteira assinada caiu, segundo Fausto (2012), 19,7%, o salário mínimo de setembro de 1990 era 35,7% menor que no mesmo mês do ano anterior e o que expandiu foi o mercado informal, constituído de vendedores de rua e trabalhadores sem carteira assinada. Esse governo foi marcado por fortes rupturas como a abertura comercial devido a redução marcante de impostos sobre importações e por um grande número de privatizações de empresas estatais de grande porte, nas áreas siderúrgica e petroquímica. A partir de então, o presidente se empenhou em conquistar o apoio do PSDB, já que este concordava com a abertura e desestatização da economia, ações que o PT era contrário.

Em meados de 1992, o irmão do presidente apresentou graves denúncias de corrupção que afetavam o tesoureiro da campanha e o próprio presidente. Dessa forma, foi criada uma

⁸ As críticas do PT ao PMDB já apareceram superficialmente como parte do contexto histórico, mas serão exploradas com mais detalhes na análise do nosso *corpus*, no Capítulo 3 desta pesquisa.

Comissão Parlamentar de Inquérito/CPI, que logo apresentou conteúdo sólido para fazer surgir um movimento popular de *impeachment* do presidente. Tal movimento era composto majoritariamente por jovens de classe média, denominados “caras pintadas”, devido às cores verde e amarelo que pintavam seus rostos em menção à bandeira do Brasil. O parlamento votou a aprovação do *impeachment* e a suspensão dos direitos políticos pelo período de oito anos. Em dezembro de 1992, Fernando Collor decidiu renunciar ao cargo.

O Vice-Presidente, Itamar Franco, assumiu a presidência atribuindo ao PSDB e ao PMDB as posições de maior destaque na gestão do país. O PT se recusou a apoiá-lo. Seu governo teve como fator marcante o lançamento do Plano Real, articulado pelo então Senador e Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso. Não havia muita credibilidade em torno do novo plano de estabilização econômica, pois a inflação chegara a 2000% em 1993. O governo não contava com a maioria no Congresso e já havia trocado o Ministro da Fazenda por três vezes, de forma que o atual Ministro, Fernando Henrique Cardoso, não acreditava que outro plano de choque pudesse reverter o cenário econômico brasileiro. Sendo assim, ele apostou em um modelo em que a população tivesse conhecimento de antemão e que sua incorporação fosse voluntária, de forma que permitisse conquistar a confiança no governo.

A Unidade de Referência de Valor/URV, ajustada diariamente pela taxa do câmbio, foi responsável pela contenção da inflação, sem o congelamento dos preços nem rupturas contratuais. Dessa forma, foi possível restabelecer a confiança no governo com o novo plano de estabilização econômica – Plano Real –, o que fez produzir frutos para seu maior articulador: Fernando Henrique Cardoso. Segundo Vianna (2006), a esquerda, novamente, optou por não se aproximar do centro e fracassou por meio de seu discurso. Assim, o PT, que se declarara oposição ao Plano Real, declinou-se de favorito às eleições à presidência de 1994, logo depois da implantação do Plano Real, possibilitando o avanço de Fernando Henrique Cardoso, que venceu em primeiro turno e assumiu a presidência em janeiro do ano seguinte, 1995. A coalisão de FHC era constituída pelo PSDB, PFL, PTB, unindo-se também ao PMDB e PP. O PP e o PFL remontavam à Arena, nos tempos do Regime Militar.

Uma das dificuldades do Governo FHC era manter o apoio da bancada do PMDB, que era a maior no Senado e a segunda maior na Câmara. O PT e frentes pequenas de esquerda não hesitaram em declarar ampla oposição ao governo. Apesar disso, o governo conseguiu aprovar emendas de cunho econômico, dentre elas as que abriam para empresas de capital privados as concessões das estatais na área de telecomunicações, petróleo, gás, portos e energia elétrica. O governo apresentava inicialmente uma grande expectativa de que, com a

estabilidade da moeda, haveria um crescimento econômico. No entanto houve indícios de alguma solidez fiscal e econômica, mas o crescimento não acompanhou.

Era necessário gerir os efeitos da queda da inflação, como a quebra de bancos privados e estatais. Assim, Petit (2006) aponta que o governo se viu obrigado a conter o déficit público, vendendo bancos e empresas do estado, diminuindo salários e o número de servidores, reduzindo os investimentos nos serviços públicos, numa tentativa de amortizar seu endividamento. Por outro lado, com a abertura ao mercado externo, montadoras de veículos internacionais se instalavam no país e movimentavam a cadeia de suprimentos automobilísticos. Ressaltamos que o governo Collor foi marcado pelas primeiras privatizações de empresas estatais de grande porte, em áreas como as de siderurgia, petroquímica e aérea. Collor foi o presidente que instituiu o PND – Programa Nacional de Desestatização, em 1990, mas FHC deu continuidade à política de privatizações, especialmente no setor siderúrgico, petroquímico e de fertilizantes.

Nas eleições de 1998, o PSDB conseguiu se reeleger devido à estabilização da economia, e ao apoio do Congresso na aprovação da Emenda que firmava a reeleição. A esquerda, segundo Vianna (2006), mais uma vez, se recusara a consolidar alianças com o centro político. Assim, a “Era FHC” (1995-2002), segundo Petit (2006), logrou alguns êxitos ao país como a redução da mortalidade infantil, a diminuição do analfabetismo, alguma distribuição de terras para camponeses, mas a economia do país atravessava um período bastante conturbado, pois o número de desempregados era crescente, saltando de 4,5 milhões em 1995 para 11,5 milhões em 2002. A taxa de crescimento média do país era uma das piores da história, apenas 2,4 % do Produto Interno Bruto/PIB, ao passo que a década considerada perdida – 1980 – teve uma taxa média de 3,4%. As contas fiscais e externas do Brasil haviam melhorado, mas ainda dificultavam a gestão, levando o presidente a pedir, em seu último ano de gestão, um empréstimo ao FMI no valor de 30 bilhões de dólares.

Contudo, pode-se dizer que o governo do PSDB propiciou um modelo econômico que, segundo Fausto (2012), veio a colher os frutos mais adiante, consolidando a autonomia do Banco Central. No entanto, aos olhos do PT, a herança que FHC deixou ao país é chamada de “maldita”. No campo social, o governo do PSDB reconheceu crimes cometidos pelo Estado no Regime Militar e subordinou as Forças Armadas ao poder civil, com a criação do Ministério da Defesa. No entanto, a classe dos trabalhadores sofreu com a imposição de novos impostos como a CPMF, por exemplo, e a taxa alta de juros. Como o governo teve de recorrer ao FMI, era obrigado a adotar os rígidos padrões impostos pelo Fundo. Foi necessário taxar altamente os juros e reduzir os gastos públicos, o que impactou na baixa qualidade da

educação e outros serviços públicos, devido aos baixos investimentos. Assim se encerra o ciclo do PSDB e, neste cenário, o PT alcança a presidência da república.

1.1.4 – Os anos 2000: A chegada do PT à Presidência

Nesse contexto é que se iniciavam os anos 2000: em um quadro de vulnerabilidades, o Partido dos Trabalhadores lançava, em 2002, sua quarta campanha às Eleições Presidenciais do país, apoiado pelos partidos PL, PC do B, PCB e PMN, além de alguns candidatos vinculados ao PMDB – que estava oficialmente apoiando o PSDB –, e dos ex-presidentes José Sarney e Itamar Franco. Como já dissemos, cientistas políticos como Petit (2006) e Vianna (2006) apontam que a materialização discursiva da guinada do PT ao centro tenha se concretizado nas eleições de 2002, e que o partido que vencera as eleições presidenciais desse ano não era o mesmo que disputara as eleições presidências imediatamente anteriores, em termo de quadros e atitudes políticas. Os argumentos que apontam para a concretização dessas mudanças são muitos e vão desde a busca de conciliação de classes protagonizada pelo PT no ano de 2002 (e que se estendeu durante os próximos anos, resultando numa despolitização das lutas de classes), até as alianças com representantes do empresariado, como José de Alencar, e outros setores conservadores, em geral, com fins eleitorais. A própria Carta ao Povo Brasileiro, de 2002, já enfatizava um foco nas coalizões buscadas pelo PT, indistintamente às ideologias, aos partidos e aos ideais políticos e econômicos:

lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país. (Anexo IV, linhas 28-34)

Nota-se que o partido abria suas portas a todos os que buscavam o avanço do Brasil, independente da classe ou ideologia. Corroborando com essas críticas, Vianna (2006, p. 98) contribui com o apontamento de que, nas eleições de 2002,

na busca por representar a política da continuidade sem continuísmo, emergem dois modelos de política econômica que se tocam em muitos pontos, mas possibilitam a identificação de dois discursos sutilmente diferentes. De um lado os pronunciamentos de Lula e Serra convergem no que se refere à retomada do crescimento econômico e à ampliação da rede de seguridade social... De outro lado, os discursos de Ciro Gomes e Garotinho apontam para a defesa de um certo

desenvolvimento nacionalista, com maior presença do Estado na economia e a adoção de políticas de emprego.

Com essa guinada ao centro, Vianna considera que o PT estaria discursivamente próximo do PSDB nas disputas eleitorais de 2002. Contudo, o PT obteve 61% dos votos, enquanto o PSDB obtivera 39%. Segundo Fausto (2012, p. 522-523), o PT

conseguiu agregar um novo contingente de eleitores ao seu eleitorado fiel, que já o havia sufragado em 1989, 1994 e 1998. O novo contingente era composto por amplos setores da classe média, que se haviam mostrado receosos em votar no candidato do PT nas eleições anteriores. Lula soube atraí-los dessa vez. Além da redução do temor ao candidato do PT, pesou também, a favor de Lula, a baixa popularidade do governo de FHC ao final de seu mandato.

Já no poder, pode-se dizer que a política econômica de ajuste fiscal e monetário do PT lograram êxitos, freando a inflação e dando credibilidade ao país no mercado externo, além de contar com o apoio da oposição, que a via como continuidade da política do segundo mandato do PSDB. Para isso, segundo Petit (2006), uma das primeiras ações do governo do PT foi aumentar a meta do superávit primário para 4,25% do PIB, no governo anterior fixada em 3,75%. Em vez de aumentar a carga tributária, o governo optou por cortar 4,5 bilhões do orçamento de 2003, com o objetivo de manter o equilíbrio fiscal. Daí originou-se a estagnação econômica vivenciada pelo país no início do primeiro ano da gestão do PT.

Após um período conturbado na década de 90, a situação econômica teria retomado seus sinais vitais em 2004, quando, segundo Barbosa (2013), o PIB aumentou para 5,7%, favorecido tanto pelo aumento do saldo na balança comercial do país quanto pelo aumento do consumo e do investimento domésticos. Com a baixa inflação, a redução interna dos juros e uma melhora no indicador do “risco Brasil”, as exportações aumentaram 20% e o acesso ao crédito foi facilitado e ampliado.

Até então, as forças políticas, organizadas à esquerda do PT, não tinham conseguido, eleitoralmente, peso ou poder parlamentar expressivo para uma oposição mais à esquerda do PT, pois havia o PCB⁹, o PSTU¹⁰ e o PCO¹¹ – os dois últimos formado por remanescentes do

⁹ O PCB é um partido político brasileiro de esquerda, que se define como um partido de militantes e quadros revolucionários que se formaram na luta de classes e na organização do proletariado. O partido foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 09 de maio de 1996, conforme consultado em "TSE - Partidos políticos registrados no TSE", disponível no sítio <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Consultado em 11 de abril de 2016.

¹⁰ O PSTU foi fundado, em 1994, com a unificação de diferentes organizações, grupos e ativistas independentes. A maioria dos seus fundadores veio de uma ruptura da corrente Convergência Socialista com o Partido dos Trabalhadores (PT). O partido foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 19 de dezembro de 1995,

PT que discordavam de pontos de vista sobre as concessões que o PT fazia para agregar, à sua base, pessoas que não pertenciam à classe operária –, mas esses partidos não haviam expressão forte de atuação. Foi somente em junho de 2004 que a tentativa de firmar um partido mais sólido à esquerda do PT foi concretizada, com o surgimento do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) que desempenha uma política com uma esquerda mais atuante, com líderes oriundos da base mais radical ou mais à esquerda do PT.

Segundo Petit (2006), de janeiro de 2003 a maio de 2005, o país experimentara um saldo positivo de 72 bilhões de dólares na balança comercial. Iniciou-se uma grande ascensão social para a Classe C, pelos motivos acima, além do aumento de empregos. Da classe E para D, a ascensão foi justificada pelos motivos anteriores e pelo aumento dos investimentos do governo em programas de transferência de renda como o Bolsa Família e outros programas assistenciais. O Bolsa Família agregou os quatro programas de transferência de renda instituídos no governo anterior, mas, na gestão do PT, foi ampliado radicalmente o número de beneficiados e os valores foram reajustados. Ao se tratar de visibilidade, o Bolsa Família superou a reforma agrária, que era uma das principais bandeiras do PT. Foi criado o programa Todos Pela Educação com o objetivo de monitorar a qualidade e incentivar as políticas educacionais. Podemos acrescentar a ponderação de Barbosa (2013, p. 75), que considera que no

período de 2003 a 2005 como um todo, o crescimento da economia acelerou moderadamente e a inflação caiu. Em números: o crescimento médio do PIB passou de 2,1% ao ano, entre 1999 e 2002, para 3,3% ao ano, entre 2003 e 2005, enquanto a inflação média caiu de 8,7% para 7,5% ao ano no mesmo período. Essa combinação não usual de aceleração do crescimento com desaceleração da inflação foi possível graças basicamente à apreciação da taxa de câmbio que... estava muito depreciada no final de 2002.

O crescimento do país no último ano da 1ª gestão do PT foi superior a 6%. Assim, no final da primeira gestão do PT, a inflação fechou menor que 4%. A desvalorização do Real no final da gestão de FHC favoreceu a exportação brasileira que aumentou consideravelmente, impulsionada também pela expansão da exportação dos produtos agrícolas e minerais, devido ao crescimento da economia mundial.

conforme consultado em "TSE - Partidos políticos registrados no TSE", disponível no sítio <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Consultado em 11 de abril de 2016.

¹¹ O PCO é um partido político brasileiro de esquerda, adepto da corrente trotskista. Foi fundado em 1995 por dissidentes do Partido dos Trabalhadores (PT). O partido foi registrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 30 de setembro de 1997, conforme consultado em "TSE - Partidos políticos registrados no TSE", disponível no sítio <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Consultado em 11 de abril de 2016.

Contudo, aspectos importantes como a reforma tributária, agrária e previdenciária deixaram a desejar na gestão do PT. Barbosa (2013, p. 76-77) faz um levantamento desses aspectos e nos fornece os seguintes números: na questão tributária, em 2003, a equipe econômica do governo elevou a alíquota da Cofins sobre instituições financeiras, de 3% para 4%, e ampliou a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre empresas prestadoras de serviço, de 12% para 32% do faturamento para quem optasse pelo regime de lucro presumido. No ano seguinte, foi aprovada a proposta da pequena reforma tributária do governo federal, cujos principais pontos foram a introdução de dois regimes de arrecadação do Programa de Integração Social/PIS e da Cofins, a extensão do PIS e da Cofins às importações e a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira/CPMF por mais quatro anos. O principal efeito dessa micro-reforma tributária era elevar a arrecadação do governo nos próximos anos. Na questão previdenciária, a reforma realizada pelo governo do PT consistiu basicamente em elevar o valor teto para contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social, introduzir idade mínima para aposentadoria dos servidores públicos federais e incluir contribuição previdenciária compulsória de 11% por parte dos servidores inativos. O principal resultado era estabilizar o déficit do regime da previdência dos servidores e foi considerada por muitos cidadãos como um retrocesso no que diz respeito aos direitos sociais conquistados ao longo dos anos pelos trabalhadores. A reforma agrária aconteceu minimamente, de forma lenta e sem efetivos resultados.

O início da segunda gestão também encontrou um cenário internacional favorável e, no país, a inflação estava controlada, o quadro fiscal e as contas externas encontravam-se em equilíbrio. As importações, graças ao poder de compra dos brasileiros, estavam aquecidas. Contudo, em 2008, em consequência da crise das hipotecas imobiliárias americanas, o mundo experimentou uma contração econômica bastante séria. Seu centro era os Estados Unidos, mas, ainda assim, o Brasil sentira os efeitos da recessão externa. A indústria brasileira reduziu a produção e iniciou um ciclo de demissões. O governo se viu obrigado a agir para conter os efeitos, aumentando os gastos públicos, usando reservas internacionais para financiar o comércio exterior, reduzindo juros e oferecendo incentivos fiscais a alguns setores, como o automobilístico. Tais medidas tiveram efeitos positivos e o Brasil não imergiu nessa crise, levando o governo a optar por manter os incentivos à economia e as políticas sociais.

No entanto, escândalos de grave corrupção assolaram a gestão do PT, como o chamado “mensalão”, nos anos de 2005 e 2006, com vinculação de grandes nomes e líderes partidários, como os ministros do PT José Dirceu e Antônio Palloci. Em 2009, houve também o “mensalão do DEM”, levando à prisão o Governador de Brasília, José Roberto Arruda, eleito

pelo antigo PFL. Nas investigações, foram apontados indícios de corrupção também em Minas Gerais, por meio de pagamentos ilícitos a uma agência de publicidade para levantar recursos ilegais para custear a campanha de reeleição do governador Eduardo Azeredo, do PSDB.

Com todos esses escândalos, a sociedade civil se organizou levantando mais de dois milhões de assinaturas requerendo uma revisão na legislação, de forma a impedir a candidatura de políticos que não tivessem a ficha limpa. Após aprovação na Câmara e no Senado, foi então sancionada a Lei Complementar nº 135/2010, incluindo outras formas de inelegibilidade que visavam a proteger a probidade administrativa e a moralidade no exercício do mandato¹².

Nesse mesmo ano, 2010, a inflação voltou a subir, fechando o ano em 6%, mas o país gerou 3 milhões de empregos e seu crescimento foi de mais de 7%. O PT destacou-se por seus investimentos em educação, com a implantação do REUNI – Programa de Apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, com a criação de dezenas de novas universidades e centenas de novas escolas técnicas. Assim, nas eleições presidenciais desse ano, o PT conseguiu se reeleger, fazendo como sucessora de Lula, a atual Presidente Dilma Rousseff.

Assim, com essa breve contextualização do cenário político do país, entre os anos que compreendem o recorte do nosso *corpus*, ou seja, 1964 a 2010, podemos ter uma visão geral do Brasil, dos principais pontos negativos e favoráveis, ocorridos em paralelo à criação e consolidação do PT, à sua chegada à Presidência e à sua gestão à frente do país, com o objetivo de nos fornecer embasamentos contextuais para as análises que buscam depreender as imagens de si engendradas pelo PT nos discursos presentes em nosso *corpus* (em anexo). Na sequência, passaremos à segunda parte deste primeiro capítulo que, como dissemos anteriormente, consiste em trazer alguns números sobre a evolução do Partido dos Trabalhadores desde sua criação até o final do seu segundo mandato na administração do país e, em seguida, conceitos da esquerda política brasileira. Por fim, traremos algumas reflexões de pesquisadores sobre o processo das possíveis mudanças nos discursos partidários do Partido dos Trabalhadores.

¹² A lei complementar nº 135, sancionada pelo PT, em 04 de junho de 2010, por meio do Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, pode ser acessada na íntegra no sítio eletrônico <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp135.htm>

1.2 – DAS CRÍTICAS AO PT: UMA VISÃO GERAL

Nesta segunda parte, nos dedicaremos a falar sobre as críticas direcionadas ao PT, no sentido de o partido ter se deslocado da esquerda em direção ao centro e, até mesmo, à direita segundo alguns de seus críticos. De início, falaremos da evolução do Partido dos Trabalhadores desde sua criação até o final do seu segundo mandato na administração do país (1978 a 2010), mostrando a evolução da sua representatividade política. Em seguida, trataremos brevemente algumas considerações sobre a esquerda política no Brasil, com o objetivo de aumentarmos a nossa compreensão do papel da “oposição política” em nosso país. Por fim, em razão das críticas em torno da legenda sobre suas possíveis mudanças discursivas, de sua guinada ao centro político e, até mesmo, de sua possível guinada à direita (adotando, por exemplo, políticas neoliberais), trataremos algumas reflexões de cientistas políticos, em relação à trajetória do PT, que contribuirão para entendermos esse processo de mudança e apreendermos como se deu o processo de construção dessas possíveis e distintas imagens partidárias. Tais apontamentos muito nos auxiliarão na missão de apurarmos se as imagens apreendidas no discurso convergem para o ponto de vista dos críticos. Com o objetivo de dar equilíbrio a essas “vozes”, daremos vazão tanto a posições críticas de cientistas políticos que tendam à esquerda, quanto a reflexões críticas que tendam à direita. A seguir, trazemos alguns números de cunho eleitoral que traduzem o crescimento do PT, desde sua primeira participação eletiva até o ano de 2010.

1.2.1 – A Evolução Política do PT em números

Lançado oficialmente no final de 1980, o PT pôde disputar suas primeiras eleições em 1982. Nessa primeira experiência, o partido demonstrou toda a sua sede de conquistar seu espaço político alcançando um resultado expressivo, considerando sua inexperiência e sua falta de tradição e recursos para investir na propagação de sua campanha. Candidatos ao governo de quase todos os Estados participaram das eleições e vários militantes se candidaram e conquistaram assentos nos parlamentos tanto das esferas municipal e estadual quanto federal. Já nessa eleição, Luís Inácio Lula da Silva se candidatou ao Governo de São Paulo, alcançando o quarto lugar no processo eleitoral. Com isso, segundo Reis (2007), já nesse primeiro pleito, o PT elegeu 08 deputados federais, 12 estaduais e 117 vereadores em toda a federação. Em 1985, nas eleições municipais, a legenda consegue eleger a primeira prefeita de

uma capital – Maria Fontenelle, de Fortaleza. Em 1986, nas eleições da Constituinte, o número de deputados federais eleitos sobe de 08 para 16, e Lula se elege deputado federal pelo estado de São Paulo, com expressiva votação. Segundo Reis (2007), nas eleições municipais de 1988, o PT conquista as prefeituras de São Paulo com Luiza Erundina, de Santos com Telma de Souza, de Porto Alegre com Olívio Dutra, e de Vitória com Vitor Buaid, além de outras 33 cidades brasileiras, deixando, desde então, sua grande marca nos governos municipais. No final da década de 80, em 1989, o PT lança sua primeira candidatura à presidência da república com o nome de seu maior líder: Luiz Inácio Lula da Silva, além de eger o primeiro senador, 35 deputados federais e 81 deputados estaduais. Surpreendentemente, o partido alcança o 2º turno das eleições presidenciais, com 17,18% dos votos contra 30,47% do candidato Fernando Collor de Melo, que vencera o pleito final.

Já na primeira eleição municipal da década de 1990, em 1992, o PT não venceu em São Paulo, mas ganhara as prefeituras de outras importantes capitais, como Belém, Belo Horizonte, Goiânia, Rio Branco e outras 49 cidades do país, de maneira que esse processo vai consolidando o crescimento do partido e permitindo sua visibilidade no cenário político nacional, consubstanciada por políticas sociais democráticas como o Orçamento Participativo¹³, dentre outras.

Em sua próxima disputa presidencial, em 1994, dessa vez com o PSDB, representado por Fernando Henrique Cardoso, o PT recebera mais de 17 milhões de votos, num total de 27% dos votos válidos. Nessa disputa, o Partido elegeu 4 senadores, 50 deputados federais e 92 deputados estaduais, além de 2 governadores, sendo o Distrito Federal e o do Espírito Santo. Nas disputas municipais de 1996, o PT venceu em 116 prefeituras. Em 1998, amargou nova derrota para o PSDB nas eleições presidenciais, mas o PT alcançara agora 31,7% dos votos válidos. Elegeu os governadores do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso do Sul e do Acre, além de 3 senadores, 59 deputados federais e 90 estaduais.

Já em 2000, o PT se elegeu em 200 prefeituras no país, quase o dobro do número de cidades da eleição anterior. Finalmente, em 2002, o PT atinge o ápice do poder, elegendo o presidente da república, com 61,30% dos votos. Também foram eleitos 10 senadores, 4 governadores, 91 deputados federais – o partido que mais elegeu deputados – e 22 deputados

¹³ O orçamento participativo é um instrumento da democracia representativa que permite que o cidadão debata e defina os destinos de parte dos recursos públicos. Nele, a população decide as prioridades de investimentos em obras e serviços a serem realizados a cada ano, com os recursos do orçamento da prefeitura. Além disso, ele estimula o exercício da cidadania, o compromisso da população com o bem público e a co-responsabilização entre governo e sociedade sobre a gestão das cidades. Fonte: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/controlesocial/OrcamentoParticipativo.asp>

estaduais. Em 2006, o PT volta a vencer as disputas e reelege Lula na presidência. Como dissemos anteriormente, o crescimento previsto para o país no ano de 2006 e outras medidas populares do governo contribuíram para o alto índice de aprovação do governo e para uma imagem favorável do PT à reeleição. Assim, os números mostraram o favoritismo do PT ao vencer as eleições presidenciais com 60,83%, contra 39,17% do PSDB, além dos 2 senadores eleitos, 83 deputados federais, 20 deputados estaduais.

Em 2010, novamente o PT se reelege na presidência, desta vez representado por Dilma Rousseff, elege também 11 senadores, 5 governadores, 88 deputados federais e 24 deputados estaduais, sendo novamente o partido que mais elegeu deputados tanto na esfera estadual quanto federal, caracterizando sua credibilidade junto aos brasileiros e corroborando com os números de pesquisas¹⁴ que apontavam um alto índice de aprovação do governo do PT em suas duas primeiras gestões. Diante de toda essa expansão e chegada ao poder, não faltaram críticas e defesas às posições do partido, assim como às suas mudanças de posturas no decorrer dos anos, como veremos mais adiante.

1.2.2 – O PT e “um” viés de esquerda

Iniciamos com algumas considerações sobre a esquerda política brasileira. Para Vladimir Safatle (2013), há um esvaziamento político deliberado da divisão entre esquerda/direita que é fruto das limitadas aspirações de mudança da sociedade moderna. Para ele, a esquerda brasileira, em vez de se dedicar a questões especificamente políticas que deveriam estar em voga no debate social, dedica-se a falar que o esvaziamento político é para que a sociedade se resigne a um modelo social ultrapassado e esgotado. Para ele, a esquerda atual não se ocupa em estudar estratégias para alterar os moldes de partilha de poder, de reconhecimento social e de distribuição das riquezas.

Emir Sader (2005) considera que o PT surgiu e se constituiu como a legenda mais importante da esquerda no país. Ainda que com posições, em alguns momentos, superficiais, seus projetos e propostas se identificavam com o anticapitalismo e o socialismo, além de se qualificar como democrático. Para o cientista político, as eleições de 1989, com a ida do PT para o segundo turno, consagrou esse lugar de centro no campo da esquerda brasileira. No entanto, Sader aponta que a disputa eleitoral de 2002 e o governo Lula finalmente

¹⁴ A pesquisa realizada pelo DataFolha Instituto de Pesquisas, em dezembro de 2010, apontava que o governo do PT encerrava a atual gestão com 83% dos brasileiros avaliando a gestão como ótima ou boa. A pesquisa integral está disponível em <http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/05/02/aval_pres_20122010.pdf>.

materializaram o dilema do PT com a esquerda, pois ao manter a política econômica de FHC – contra a qual o PT já havia manifestado incisivamente as suas críticas – o partido não rompe com o modelo neoliberal, além de desafiar a esquerda a se manter com esse novo modelo de governo.

Para Safatle, o pensamento de esquerda deve se moldar aos problemas trazidos pela vida social, de forma a evitar a estagnação ou a “petrificação” do discurso político. Segundo o pesquisador, a política não pode ser somente a “arte da negociação e do consenso, mas a afirmação taxativa daquilo que não estamos dispostos a colocar na balança. O que falta hoje à esquerda é mostrar o que, segundo seu ponto de vista, é inegociável” (2013, p. 15-16). É necessário que a esquerda saiba dos problemas sociais e que tenha conhecimento técnico para minimizá-los ou resolvê-los. O pensamento mais decisivo para a esquerda deve ser, para o cientista, a “defesa radical do igualitarismo” (2013, p. 21). A sociedade deve agir sempre, segundo ele, com indiferença às diferenças, deve universalizar os direitos dos grupos minoritários, descentrando-os de suas identidades fixas, já que o sujeito político está além das diferenças sexuais, religiosas, de raça ou de gênero.

As fraquezas maiores da esquerda atual seria, para Safatle (2013), sua dificuldade em expor os problemas sociais, através da perspectiva das camadas mais vulneráveis da sociedade, conquistando a credibilidade dessas pessoas. É saber que a precariedade do trabalho, o empobrecimento e as diversas formas de exclusão causam grande sofrimento social e, ao mesmo tempo, seria governar sem gerar novas inseguranças sociais. Nessa perspectiva, entendemos que, embora o Partido dos Trabalhadores carregue a bandeira da esquerda, para Safatle, o partido não transpôs a barreira da realização de uma gestão caracterizada pelos princípios plenos de uma política de esquerda, pois apesar de apontar problemas sociais, não soube agir com eficiência política para resolvê-los tecnicamente. Assim, o pesquisador nos acrescenta que o governo de 2003 a 2010 foi regido por um bloqueio da reconstrução de novos conceitos e ações políticos, como se viver na “‘pior política’ fosse uma fatalidade intransponível” da atualidade. (SAFATLE, 2013, p. 13).

Pode-se concluir que, para o autor, o PT não teve a determinação para romper com a barreira de uma gestão caracterizada pelos princípios de uma política plena de esquerda pelo fato de o partido buscar a fundo uma coalizão forte, uma união entre todas as classes, característica que não é intrínseca às políticas de esquerda, como o próprio partido afirmara, acrescentemos, em sua Carta de Princípios (anexo I). Safatle considera que a popularidade só é alcançada, como dissemos anteriormente, quando se expõe os problemas sociais através do ponto de vista dos mais vulneráveis e quando se tem a credibilidade dessas pessoas. O PT

buscou uma estratégia eleitoral em 2002, como se vê na Carta ao Povo (anexo IV), de atuar pela inclusão, pela união dos vários segmentos da sociedade, pela coletividade, pela coalizão com outros partidos ou filiados conservadores e com princípios até então contraditórios aos do PT desde sua origem. Pode-se especular se toda essa guinada não teve um tom “eleitoreiro”, que buscava mostrar um partido mais flexível, principalmente com as políticas econômicas preferidas pelos mercados e, ainda, se o partido teria se ocupado de incentivar o consumo, de fazer a roda da economia girar, transformando o estado no centro da economia, camuflando a necessidade das reformas de base, fomentando a manutenção da política econômica anterior. Toda essa estratégia trazia mais visibilidade e não contrariava o empresariado e os conservadores. Safatle (2013) entende que o PT alimentou a qualquer custo a política da boa vizinhança, mas deixou de lado a efetiva política de esquerda que deveria se pautar nos problemas sociais, na defesa do igualitarismo, na distribuição das riquezas e nos princípios básicos como saúde, transporte e moradia, o que contribuiu para o apontamento de seu rompimento com os princípios de esquerda. Finalizando esta seção, abrimos o espaço para ecoar, um pouco mais, as vozes de cientistas que se dedicam ao estudo político do país, e que falam das mudanças ou não na gênese do PT se comparados discursos de momentos distintos. Alguns argumentos apontam para traições aos valores originários, outros para a consequência das concessões necessárias para a fluidez da governabilidade, outros para os conflitos oriundos da formação partidária com ideologias diversas e outros, ainda, para a arbitrariedade das forças que envolvem o capital econômico.

1.2.3 – Avaliações sobre o PT nos estudos políticos

Antes de partirmos para o referencial teórico sobre a Retórica, a Argumentação e Discurso, traremos alguns apontamentos críticos sobre a origem e a trajetória do Partido dos Trabalhadores. Começamos fazendo ecoar o ponto de vista de Fausto, que aponta haver correntes opostas dentro do partido, fazendo-o caminhar ora para o centro, ora para a esquerda. Segundo o autor, o PT propunha-se a

representar os interesses das amplas camadas de assalariados existentes no país, com base em um programa de direitos mínimos e transformações sociais que abrissem caminho ao socialismo. Adotando uma postura contrária ao PCB¹⁵, o PT evitou

¹⁵ Para compreendermos a referência ao PCB, buscamos outras fontes e, em Vianna (2006, p. 61), encontramos que “o caso do PCB é ilustrativo, do que foi, entre as forças da esquerda, o maior responsável pela afirmação da

definir-se sobre a natureza do socialismo. Esse fato tinha muito que ver com a existência, em seu interior, de correntes opostas. Em uma das pontas ficavam os simpatizantes da social-democracia; na outra, os partidários da ditadura do proletariado. No campo sindical, estabeleceram-se laços íntimos entre o partido e o sindicalismo do ABC. Esse movimento foi um dos centros mais importantes na constituição do PT, com destaque da crescente figura de Lula. (FAUSTO, 2012, p. 431)

Contudo, para o autor, o PT que vencera as eleições de 2002 não era o mesmo de sua origem. O partido teria deixado de lado o rótulo de “partido dos trabalhadores” e, nesse sentido, não teria hesitado em fazer alianças com outros partidos que não eram de esquerda e não teria priorizado um ideal de uma sociedade socialista, que rompesse com o capitalismo e a democracia burguesa. Na mesma direção, como já dissemos anteriormente, Sader (2005) considera que o Partido dos Trabalhadores tenha surgido como uma legenda forte de esquerda, mas rompeu essa força ao caminhar para o centro, mantendo a continuidade da política econômica neoliberal do governo anterior.

Petit (2006) pondera que, nas eleições de 1989, o PT não obtivera apoio significativo do empresariado brasileiro. No entanto, desde o início dos anos 1990, o partido iniciara uma modesta, mas contínua aproximação com a classe dos empresários do país. Dessa maneira, segundo o cientista, as eleições do PT de 1994 já foram custeadas pela metade por empresários e banqueiros, por meio de doações. Nobre (2013) afirma que, no momento em que o governo de Fernando Henrique se aliou ao PFL (hoje DEM), foi estabelecida uma corrente de forças em que, ao Partido dos Trabalhadores, só restariam duas alternativas: permanecer na oposição indefinidamente ou caminhar em direção ao centro, à maneira do PMDB. Esse caminhar ao centro é um típico movimento do sistema político brasileiro e caracterizaria, assim, para o PT, uma estratégia nova e mais flexível de alianças. Nessa perspectiva, em 1994, já havia uma sinalização de que o PT estaria prestes a tomar essa direção. Nas palavras do pesquisador

se permanecesse em oposição inflexível, o pt estaria afastado do poder, fosse por um longo período, fosse indefinidamente, mas garantindo com isso a polarização necessária para manter a estrutura fundamental do novo sistema. Se, ao contrário, o pt fizesse o movimento em direção ao pemedebismo, também a continuidade do novo arranjo deveria estar de alguma maneira garantida, já que significaria a aceitação da lógica do Plano Real e seu novo padrão de desenvolvimento econômico subordinado para o país. (NOBRE, 2013, p. 54)

estratégia da *derrota*”. Isto é, “seu êxito político na história da resistência ao autoritarismo não evitou, à medida que a democratização avançava, sua conversão em um partido minoritário na esquerda, destituído de bases na vida popular, e... no movimento operário e sindical”.

Podemos observar que este percurso de caminhar ao centro é tradicional na política brasileira. No entanto, Vianna (2006, p. 94) considera que, em 1998, a esquerda brasileira ainda se abstinha de consolidar alianças na direção do centro político. Chegando em 2002, “a esquerda busca o centro, seja em sua política de alianças, seja no discurso moderado”. Nessa mesma direção, o autor aponta a importância da articulação do PT na conquista do pleito eleitoral de 2002 ao afirmar que o “movimento de ‘ida ao centro’ por parte do PT pode credenciá-lo a estabelecer alianças com significativos setores dessa tradição republicana” (VIANNA 2006, p. 98).

Dessa maneira, podemos considerar que o PT entrou no pleito de 2002 para vencer a disputa, não se importando com os novos rumos aos quais o partido se subordinaria. Reis (2007, p. 17) acrescenta que o

PT preparou-se *profissionalmente* para a campanha de 2002. Na condição de grande partido, que já era, arrecadou finanças consideráveis. Em seguida, moderou o discurso político, um processo que já vinha se desdobrando, desde a campanha de 1994, mas que alcançaria, em 2002, com a *Carta aos Brasileiros*, um novo patamar. Finalmente, articulou assessoria de marketing que viabilizaria a proposta do candidato através dos meios de comunicação, além de tratar do seu *visual*, despindo Lula de quaisquer vestígios que o pudessem assimilar a uma liderança radical. (grifos do autor)

Assim, cientistas políticos apontam o ano de 2002 como um marco na materialização das mudanças de direção do Partido dos Trabalhadores, tanto com a moderação de defesas de cunho de radical de esquerda, quanto com a atuação de profissionais de marketing que puderam atuar na imagem e a própria campanha de um modo geral. Petit (2006) afirma que uma das conquistas do PT para caminhar na direção de uma gestão sem muitos conflitos foi a articulação de alianças com outros partidos, o que garantiu o apoio da maioria dos senadores e deputados na Câmara e no Senado. O pesquisador acrescenta que, no final da primeira gestão do PT na presidência, grande parte da esquerda petista criticava a política monetária do governo, considerando-a como continuísmo da gestão de FHC, além de questionarem a lentidão da implantação da reforma agrária. No entanto, consideravam que o governo e o PT ainda não havia se encontrado e que pretendiam “prosseguir na luta no partido e nos sindicatos e movimentos sociais para dar ‘um giro à esquerda’ ao PT e ao governo” (PETIT, 2006, p. 204).

Podemos observar que Vianna (2006) pondera que o PT ainda fizera dura oposição ao PSDB em momentos como os de privatizações, de reforma da previdência, da proposta de flexibilização da legislação trabalhista, de denúncia da dívida externa, caracterizado ainda por sua agenda de fazer prevalecer o público sobre o privado. Contudo, o PT faz contornos e, em

2002, se compromete em “dar continuidade à política macroeconômica do governo anterior, inclusive à sua política de estabilização monetária” (VIANNA, 2006, p. 205).

Para Singer (2012), o rápido declínio da pobreza e o lento declínio da desigualdade no governo do PT foi o resultado da combinação de orientações contrárias, as quais formavam o que se poderia chamar de “economia política do lulismo”. Para o pesquisador, ao longo dos oito primeiros anos de governo do PT, houve algumas modificações no peso dos fatores que compunham a fórmula do partido governar, não havendo alteração no modelo de gestão, mas sim uma alteração na hierarquia das prioridades, em conformidade com a margem de manobra política e econômica disponível.

O pesquisador defende ainda que as reformas do lulismo não é o abandono, nem a traição, mas a diluição das reformas do PT de antes. Esse novo modelo evitaria o confronto com a burguesia, optando por políticas econômicas e sociais que, na superfície, não afetariam os interesses das classes média ou alta. Para Singer (2012), a opção por esse caminho é produto, de um lado, do aprendizado de que a diluição das reformas reflete na compreensão de que o maior número de eleitores do país, que somam a classe trabalhadora assalariada, espera um governo que combata a pobreza sem colocar em risco a ordem do país e de outro que não se deve mexer com o capital. Além disso, Singer (2010) considera factível a possibilidade de o PT se transformar numa mescla de petismo com lulismo, pois o lulismo não tem a característica de esquerda do petismo, mas tem aspectos de esquerda na aspiração da intervenção do estado na redistribuição de renda, além do carisma da população.

Nesta mesma direção, Iasi (2006) considera que o poder por trás dos grandes alicerces do capital afeta a gestão, de modo que algumas forças políticas ainda são impotentes contra esse grande poder que o capital é capaz de dominar. Em suas palavras

como o PT não conseguiu mudar o mundo, o mundo mudou o PT. Ainda que neste processo possam existir, e de fato existam, pequenas e grandes traições, sua lógica deve ser buscada na incapacidade de certas forças políticas em transformar a sociedade e produzir uma ruptura que altere as bases do metabolismo social subordinado ao capital. (IASI, 2006, p. 536)

Apesar disso, Iasi (2014a) vê a gestão do PT por outro ângulo e considera que, quando o assunto era a questão social, o governo buscou proximidade com setores da grande “burguesia monopolista” e, para ele, parte da burguesia “sequestrou” a representação da classe trabalhadora. Assim, podemos dizer que a gestão do PT ofuscou a importância das lutas de classes, tão alimentada por ele em sua fundação e anos posteriores, priorizando uma administração mais preocupada com o capital. Para o cientista e político militante à esquerda

do PT, essas ações limitaram o governo do PT, que atalhou pelo caminho do “reformismo fraco” em vez do “reformismo forte”. Dessa forma, para não romper com as exigências do mundo do capital, isto é, com a burguesia monopolista, o governo petista precisou contingenciar consideravelmente as demandas dos trabalhadores. Dessa forma, o PT, arquitetado sob um viés socialista e de defesa dos direitos e dos interesses dos “oprimidos” teria se transformado no articulador da burguesia monopolista do Brasil. Iasi (2014b) afirma que na gestão do PT, o Brasil teria, finalmente, transitado do *status* da dominação burguesa, sem hegemonia, para o *status* de dominação burguesa, com hegemonia. Nas palavras do pesquisador:

... o preço da governabilidade e do aparente sucesso de governo é o desarme das condições políticas, organizativas e de consciência de classe que poderiam apontar para uma ruptura com a ordem do capital. O que presenciamos aqui é, paradoxalmente, o fato que a experiência do PT se não levou à meta socialista suposta inicialmente, cumpriu factualmente uma outra tarefa: encerrou o ciclo de consolidação da revolução burguesa no Brasil (IASI, 2014b, p. 17).

Tal consolidação da revolução burguesa no país seria tratada sob a perspectiva de que o crédito foi aumentado e a solução parcial dos problemas sociais teria caminhado mais pelo incentivo ao consumo do que propriamente pelas reformas estruturais, agrária, política, urbana, tributária e previdenciária. O governo Lula teria se dedicado, segundo Nobre (2013), a um novo modelo de governar, que considera o crescimento econômico sempre acompanhado da diminuição em maior ou menor grau das desigualdades sociais, o que seria fundido no crescimento econômico motivado pelo incentivo ao consumo. Nesse modelo, o pesquisador esclarece que o ritmo de crescimento da renda das famílias é mantido acima do crescimento do PIB. Com essa política, as duas primeiras gestões do PT na presidência não teriam encontrado obstáculos que dificultassem a governabilidade. Nobre acrescenta ainda que, desde o início da gestão do PT, “as medidas decisivas foram os aumentos reais do salário-mínimo, a criação e ampliação de programas sociais de impacto, as reformas microeconômicas do crédito” (2013, p. 80). Ele considera que tais medidas, por si mesmas, foram positivas em termos econômicos e sociais.

Segundo Safatle, o governo do PT (2003-2010) demonstrou uma evidente incapacidade de gerenciar os impasses do presidencialismo de coalizão brasileiro ao tentar centralizar a discussão política na vertente social e não dar a atenção devida ao caráter indutor do Estado no crescimento socioeconômico do país. Para ele, é como se a “governabilidade justificasse a acomodação final da esquerda nacional a uma semidemocracia imobilista, de baixa

participação popular direta e com eleições que só se ganha mobilizando, de maneira espúria, a força financeira com seus corruptores de sempre” (SAFATLE, 2013, p. 14).

Por outro lado, Mattoso (2013) considera que o que houve foi um novo modelo de política que, de maneira sutil, deixava de priorizar a indústria e o crescimento econômico sob o viés das exportações e priorizava a expansão do mercado interno, valorizando o papel do Estado, popularizando o crédito e ampliando as políticas sociais nos primeiros 10 anos em que o PT esteve à frente do país. Dessa maneira, o governo buscava mostrar o reconhecimento geral de que as políticas sociais beneficiavam além da inclusão social, a redução da desigualdade e da pobreza, além de favorecer a economia e o crescimento do PIB. Nessa direção, o pesquisador faz a seguinte consideração:

na verdade, o evidente sucesso dos governos eleitos após 2002 não se deveu exclusivamente à esfera da economia ou do social, mas ao uso de políticas inovadoras capazes de articular o econômico e o social e potencializar o crescimento, a produtividade e a institucionalidade, gerando algo inexistente ao longo das duas décadas anteriores, o desenvolvimento... Depois de anos de neoliberalismo, de subordinação aos interesses rentistas e de ausência de políticas econômicas pró-desenvolvimento, fortaleceu-se o uso de políticas desenvolvimentistas e de combate à pobreza, mais intensamente após 2006, com a mais efetiva articulação do econômico e do social e com o enfrentamento das crises internacionais com políticas inovadoras e anticíclicas. (MATTOSO, 2013, p.119-120)

Com todo o exposto, o que podemos perceber com os apontamentos dos estudiosos é que a transformação do Partido dos Trabalhadores salta aos olhos daqueles que, por diferentes motivos, acompanham o percurso da legenda que foi constituída oficialmente na década de 80 e nos últimos 13 anos em que lidera a gestão do Brasil. Na academia brasileira há cientistas voltados para a tarefa de abraçar e entender os sentidos dessas mudanças, enquanto os militantes partidários vão digerindo a constatação de que as antigas práticas já não estão na questão do dia, cedendo espaço às novas condutas, muitas vezes, até criticadas anteriormente. A mídia já habituada aos vaivéns políticos e econômicos do país sempre assinala a comparação entre o antes e o hoje do partido, de forma que chegamos ao ponto em que entender os rumos petistas tornou-se um desafio à sociedade brasileira como um todo e da própria esquerda. Podemos alegar que talvez a dificuldade esteja em compreender as direções diversas ou antagônicas tomadas pelo partido, pois quando pensamos que o partido teria se fixado de uma forma, como, por exemplo, sua vertente voltada para a convicção socialista, surge sua outra vertente, voltada para a preocupação com o viés econômico ou capitalista. Passemos, então, ao capítulo seguinte, no sentido de evidenciar nossos pressupostos teóricos

sobre Argumentação, Discurso e Retórica. Tais pressupostos, aliados à contextualização que empreendemos neste capítulo, guiarão nossa análise dos documentos em anexo.

2 – RETÓRICA, DISCURSO E *ETHOS*

Neste segundo capítulo, trazemos uma exposição sucinta dos referenciais teóricos que nos guiarão durante a realização da análise empreendida no capítulo 3, no que tange às questões de retórica, discurso e argumentação. A partir das considerações de Amossy (2008), a saber, de que sempre que o locutor toma a palavra ele (re)constrói a sua imagem, entendemos que há consideráveis elementos em torno do *ethos* institucional do PT a serem discutidos através de um estudo com base na Retórica, na Argumentação e na Análise do Discurso. O eixo central das nossas reflexões sobre o discurso e a persuasão é oriundo da antiga retórica aristotélica, assim como de teóricos mais contemporâneos como Amossy, Maingueneau e Charaudeau. Nesse sentido, estamos especificamente voltados para a apreensão do *ethos*, o que nos propicia detectar as diferentes imagens partidárias no decorrer da trajetória do PT. Dessa forma, inicialmente traremos os apontamentos da Retórica Aristotélica com algumas releituras modernas, passando pelas chamadas provas retóricas, pela construção do *ethos* e pelos *gêneros* – por Aristóteles tratados como espaços sociais e, nos estudos contemporâneos, como formas textuais. Na segunda parte deste segundo Capítulo, traremos algumas reflexões contemporâneas no quadro da Análise Argumentativa do Discurso, de Amossy, aliadas a outros autores que se fizerem pertinentes. Trataremos, ainda, da possibilidade de materialização do *ethos* por meio dos modalizadores e, por fim, com vistas a compreendermos melhor a questão da identidade política, amparamo-nos em Charaudeau e Lamizet, buscando fundamentalmente um diálogo com a Retórica Clássica, de Aristóteles.

2.1 -A RETÓRICA ARISTOTÉLICA E ALGUMAS RELEITURAS MODERNAS NO QUADRO DA AD

É sabido que a Retórica de Aristóteles foi uma das obras mais importantes da antiguidade no que tange a uma teorização acerca do discurso e, principalmente, no que diz respeito a uma especulação sobre os seus efeitos em um auditório concreto. Do ponto de vista de uma análise retórico-discursiva, é interessante atentarmos para a definição de Retórica do filósofo, erigida como “(...) a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir” (ARISTÓTELES, 1998, p. 28). Tal definição nos coloca diante de especular, teoricamente, sobre o que tornaria um discurso mais persuasivo em uma determinada situação, em termos de elementos argumentativos, e quais adesões possíveis

decorreriam de sua construção formal e circulação na esfera pública. No caso de nosso *corpus*, tal concepção do fazer persuasivo ajuda-nos a fundamentar a hipótese de que, em cada caso (ou momento particular da história do Brasil), o PT teria lançado mão de imagens de si ou *ethè* tidos como mais persuasivos ou adequados a projetos de fala e políticos específicos.

Pode-se, assim, considerar que a Retórica aristotélica é de fundamental importância para entendermos as estratégias argumentativas dos discursos, assim como para compreendermos como o orador é capaz de controlar as paixões do auditório por meio de seu raciocínio e segundo o seu caráter. Aristóteles defende que a retórica é útil e, assim, Reboul aponta os quatro argumentos que provam essa propriedade. No primeiro argumento, é posto que “o verdadeiro e o justo são por natureza mais fortes que seus contrários” (REBOUL, 2004, p. 25). Porém, por possibilidade de “erro” dos litigantes de não saberem vencer a retórica de seus adversários, o injusto pode prevalecer. Dessa forma, poder-se-ia tornar mais forte o argumento mais fraco e, assim, deturpar o segundo argumento. O terceiro argumento apresentado por Reboul é a defesa de que a capacidade de argumentar a favor do pró deve ser tão grande quanto a de defender o contra, mas não para torná-los equivalentes, mas apenas para que o orador seja capaz de compreender e refutar a argumentação adversária. Por fim, o quarto argumento nos diz que “é mais desonroso ser vencido pela palavra que pela força física” (REBOUL, 2004, p. 25), já que o discurso é uma propriedade humana civilizadora, e é somente por meio dele que se consegue superar as divergências. Acreditamos que tais argumentos podem contribuir para a compreensão do processo persuasivo dos discursos políticos de modo geral, pois procuramos votar em partidos que nos parecem justos, verdadeiros e coerentes discursivamente, que saibam argumentar e expor seus programas e ideias de forma clara.

O filósofo entende a Retórica como uma arte similar à Dialética, em função de ambas terem como característica o trabalho com a *doxa* e com uma lógica do provável/verossímil:

a retórica é a outra face da dialética; pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular. De facto, todas as pessoas de alguma forma participam de uma e de outra, pois todas elas tentam em certa medida questionar e sustentar um argumento, defender-se ou acusar. (ARISTÓTELES 1998, p.51)

A diferença é que a Retórica diz respeito à palavra pública, aos âmbitos deliberativo, judiciário e epidíctico, enquanto a Dialética – estudada nos *Tópicos* – se ocupa da argumentação em âmbitos privados e especializados, como são os diálogos platônicos e as

controvérsias entre mestres e discípulos sobre assuntos específicos. Nesse sentido, entendemos a dialética no âmbito de assuntos que são suscetíveis à controvérsia e, assim, podemos aproximá-la da Retórica, uma vez que ambas tratam de pontos relacionados ao conhecimento comum: a *doxa*. Assim, do ponto de vista retórico, podemos dizer que a *doxa* ou o conhecimento comum é um elemento que se faz indispensável nos discursos políticos, já que um partido, por exemplo, pode fazer uso desses elementos para despertar a adesão de seu eleitor e utilizá-los como material para consubstanciar os argumentos da ordem do *logos*, do *ethos* e do *pathos*. Tais argumentos ou provas retóricas, como são conhecidos, serão tratados logo abaixo, devido à sua importância para este trabalho, com ênfase especial na questão do *ethos* e na construção de uma imagem política.

2.1.1 - As provas retóricas

A partir da visão geral acerca da retórica e de seu vínculo com os objetivos deste trabalho, cabe falar das chamadas provas retóricas ou tipos de argumentos. Aristóteles nos informa que estes são em número de três: os que provêm do caráter do orador, estando associado à instância de produção discursiva – o *ethos* –, os que advêm das paixões suscetíveis no auditório – o *pathos* – e aqueles oriundos do uso do viés lógico e linguageiro do discurso – o *logos*. Os dois primeiros seriam de ordem mais afetiva, sendo o último de ordem racional.

O *ethos*, associado às duas demais provas – *pathos* e *logos* –, delineia o discurso de forma a permitir elucidar as imagens de si construídas na enunciação, o que pode ser bastante persuasivo em função do “caso particular”, ou seja, das circunstâncias específicas do discurso. Em Aristóteles, aprendemos que o *ethos* ou o caráter moral do orador não deve ser entendido como as suas qualidades de fato, mas como as qualidades que demonstra ter no ato do proferimento do seu discurso, com o objetivo de impactar positivamente o seu auditório¹⁶. No caso de nosso *corpus*, o orador – ou partido político – pode, por meio de sua fala (ou *logos*), criar uma imagem ou *ethos* de benévolo, de flexível, de radical, de fiel aos ideais de esquerda, ou de honesto. Contudo, se não o fizer de maneira prudente, pode desencadear emoções perigosas a depender do auditório, capazes de propiciar a construção de uma imagem que não favoreça a adesão, como seriam, por exemplo, as feições enunciativas de mentiroso, inflexível, ou infiel aos ideais de esquerda.

¹⁶ No entanto, mais à frente veremos que, na concepção de Amossy, fazendo ecoar os conceitos retóricos romanos de Cícero e Quintiliano, é considerado também o chamado *ethos prévio* da instância de produção textual como um fator importante na análise do discurso.

Passando adiante, outra prova seria a persuasão por meio da disposição do ouvinte, ou seja, da emoção desencadeada no auditório durante o discurso, advinda das paixões: o *pathos*. Segundo esclarece o filósofo, em seu Livro II, os diferentes auditórios podem ter essas emoções despertadas por diferentes razões, conforme a pré-disposição sentimental do ouvinte¹⁷. Esse sentimento despertado pode ser de credibilidade, confiança, contentamento, medo, ou qualquer outro afeto relativo a uma mudança nos estados de ânimo do auditório, favoráveis (ou não) ao processo persuasivo.

Podemos considerar que o sentimento de confiança despertado pelo orador em seu auditório ou eleitor não é pela simples vontade sentida pelo eleitor de que determinadas ações sejam concretizadas pelo orador, mas pela ordem da obrigação, pelo *dever fazer*, sentido pelo eleitor a partir de uma identificação afetiva para com o orador. Segundo Fiorin (2014, p.85):

não importa se essa obrigação é real ou imaginária, uma vez que o sujeito que deve realizar a ação é uma representação construída por aquele que espera e, por isso, a relação de confiança que o eleitor deposita no candidato em que vota é sempre uma relação entre ele e uma imagem.

Assim, esse afeto suscitado pela fala do orador (a confiança), mas também qualquer outro sentimento, relaciona-se, de certa forma, com o *ethos*, pois determinadas imagens de si construídas na enunciação podem também funcionar como *pathos* (sem deixar de ser *ethos*), instituindo emoções positivas ou negativas. É nesse ponto, e na perspectiva da análise argumentativa, que Galinari (2007a, p. 229) considera o *pathos* como “todos e quaisquer aspectos linguístico-discursivos que, numa circunstância determinada, seriam capazes de desencadear no auditório algum tipo de reação afetiva”. Assim, podemos entender o *pathos*, ainda segundo o autor, como uma “*possibilidade* contida nos discursos sociais, no sentido de despertar algum sentimento no alocutário” (grifo do autor).

Por fim, a persuasão acontece também quando se diz a verdade, ou o que parece sê-la, devido ao uso do viés lógico do discurso: o *logos*. Trata-se do viés “razoável” da argumentação, quando o que importa não são tanto as emoções ou a imagem do orador, mas o que o texto mostra explicitamente. Assim, estamos diante das relações internas projetadas pelo texto, ou das representações de mundo construídas pelas formas linguísticas. Nesse sentido, o *logos* relaciona-se à materialidade do discurso, uma vez que o termo significa,

¹⁷ Aristóteles fala na Retórica, livro II, dos caracteres emocionais de cada perfil de auditório, conforme a idade, a competência e a condição social (seja ele jovem, adulto ou idoso, rico, nobre ou que tenha poder). Assim, o filósofo traça um perfil de auditórios capaz de facilitar a adesão, caso o orador conheça bem esse auditório.

também, os diversos recursos linguísticos (sintáticos, morfológicos, gramaticais etc.) presentes no texto, conforme o próprio Aristóteles deixa a entender em seu livro III da Retórica, ao tratar das partes do discurso, do ritmo (ou “prosódia”), da correção gramatical etc. O *logos* relaciona-se, também, com as relações lógicas descritas em seu livro I: o *entimema*, baseado em premissas prováveis que acabam por deduzir as conclusões; e o *exemplo*, que por meio de fatos passados se projeta ou induz o futuro, caracterizando a indução.

Conforme Galinari (2007b), a argumentação por meio do *entimema*, com base em Aristóteles, caracteriza-se pela composição de uma sequência lógica dedutiva. Tratando-se de raciocínio, essa sequência permite a dedução da passagem de um estado geral de coisas a uma conclusão particular. A sequência geralmente comporta duas premissas – a maior e a menor – e a consequência dedutiva de seu significado, que seria a conclusão. Se retirarmos a conclusão, ou alguma premissa demasiadamente conhecida ou que possa ser claramente deduzida com base na *doxa*, temos então um entimema ou silogismo incompleto. Tomamos como exemplo:

– O PT não elegeu um presidente - <i>premissa maior</i>	Ideia geral
– Lula foi candidato a presidente pelo PT- <i>premissa menor</i>	p
– Portanto, Lula não foi eleito – <i>conclusão</i>	a
	r
	a
	Ideia Particular

Seguindo o raciocínio de Galinari (2007b), no caso do nosso estudo – e considerando que o auditório tenha conhecimento da conjuntura política –, poderíamos enunciar apenas a premissa menor do silogismo acima para que o raciocínio geral fosse subentendido. Tanto é verdade que essa enunciação “incompleta” poderia gerar reações, tais como: “o PT não elegeu um presidente” (premissa maior), ou “Lula não foi eleito, não é?” (conclusão). Com isso, o entimema caracteriza-se como uma prova de ordem do *logos* por meio do raciocínio, que, no exemplo acima, poderia contribuir para diversas teses consequentes ou refutações, como: “o PT está enfraquecido”, ou “o candidato do PT não é confiável”, ou “o PT não representa a vontade da sociedade”, entre outros.

Já no caso do *exemplo*, enquanto procedimento lógico-discursivo, Galinari (2007b, p. 69) aponta para sua caracterização como uma “operação mental de *analogia*”. Ao contrário da dedução entimemática, o exemplo parte da estrutura indutiva, que implica na passagem de “algo que é *particular* a constatações de cunho *geral*” (p. 69 – grifos do autor). Para

Aristóteles há dois tipos de exemplo: o que consiste em falar de fatos passados, como um fato histórico, por exemplo, ou o que o próprio orador inventa, como as fábulas.

Entendemos que as três estratégias argumentativas, *logos*, *pathos* e *ethos*, ou provas retóricas, como chamadas por Aristóteles, são categorias interdependentes no processo de persuasão, sendo complementares (e não categorias concorrentes). De acordo com Galinari (2014), o *logos* é usado para construir o *ethos* – sem o qual não existe – ou para propiciar o desencadeamento das paixões – o *pathos*. O *ethos*, por sua vez, pode ser construído por meio de argumentos da ordem do *pathos*, criando-se um “caráter emocional” para o orador, e assim sucessivamente. Dessa forma, pudemos compreender melhor o *ethos* em contraste com os demais recursos de persuasão. Como nos dedicamos, nesta pesquisa, de forma especial à construção do *ethos*, por ser nosso objeto a representação das imagens do orador diante de seu auditório, passamos, agora, a tratar mais detalhadamente dessa questão.

2.1.2 - A Construção do ETHOS

No livro II da Retórica, para que o orador seja persuasivo e para que saiba despertar a confiança em seu auditório, Aristóteles (1998, p. 106) sugere três elementos ou “causas *ethicas*”, com as quais não seria necessário demonstrar rigidamente o que se diz. Seriam elas a “prudência” (*phrónesis*), a “benevolência” (*eúnoia*) e a “virtude” (*areté*). Assim, para Aristóteles, mostrando-se prudente, o orador ou o partido político terá um discurso razoável, dentro de suas competências; mostrando-se benevolente, o partido construirá uma imagem agradável de si e demonstrará solidariedade ou simpatia pelo seu auditório. Por fim, mas não menos importante, ao agir mostrando suas virtudes, ele construirá uma representação de uma instituição sincera e que luta por justiça.

No entanto, neste trabalho, adotaremos a tradução de Eggs (2008) para o termo *phrónesis*, designado por este autor como ‘razoável’ ou ‘sábio’, isto é, com “conhecimento aprofundado” ou “saber competente”. A noção de “prudência”, correntemente associada à *phrónesis*, será aqui vinculada à *areté* (virtude). Para o autor, a *phrónesis* tem antes o sentido de competência ou de conhecimento profundo, porque, se antes de ser moral a ação é técnica, ela precisa ser tecnicamente eficiente antes que se almeje que seja moralmente positiva. Eggs (2008), assim, em sua releitura, considera que os oradores inspiram confiança (a) se seus argumentos e conselhos demonstram sabedoria e razoabilidade (*phrónesis* [conhecimento

aprofundado]), (b) se são solidários e amáveis com o seu auditório (*eúnoia*) e (c) se argumentam honesta e sinceramente (*areté* [âmbito em que também inserimos a prudência]).

Se, na avaliação do auditório, os oradores parecem faltar com a verdade em seus discursos é porque teriam traído um ou mais desses princípios. Em discursos políticos como os que pretendemos estudar, a importância dessas “causas” é muito relevante, já que, ao fazer o uso inadequado da palavra, o orador pode induzir uma imagem não verdadeira ou falaciosa que interfira diretamente na confiança despertada nos eleitores.

Aristóteles atribuía à expressão *ethos* o poder de construção dessa imagem pelo orador, de modo que ele pudesse se apresentar como “digno de fé”. O filósofo considerava que era ao caráter moral ou à credibilidade do orador que o discurso devia seu poder de persuasão, pois ninguém é convencido por alguém cujo discurso não transmite confiança e credibilidade. Nessa mesma direção, e voltando-se para os discursos políticos, Serra (2015, p. 127) contribui com a alegação de que

se há domínio em que a credibilidade assume importância ele é, certamente, o domínio da política, caracterizado pelo tipo de discurso a que Aristóteles chama “deliberativo”. Há pelo menos três razões para essa importância: a primeira é a centralidade da política, enquanto sistema de direção e decisão, em qualquer sociedade; a segunda é o facto de a deliberação se referir a ações que, tomadas no presente, configurarão irremediavelmente o futuro das sociedades e de cada um dos seus membros; a terceira é a de que a deliberação sobre esse futuro, incerto e imprevisível, só pode ser construída a partir de uma certa base de confiança entre os cidadãos e os seus líderes.

E, por se tratar de um meio de incertezas, promessas e programas de governo, em que a sociedade não possui garantias do cumprimento de qualquer ação futura, é que a imagem – ou *ethos* – de político honesto, credível e competente, exerce seu papel de persuasão e adesão do público eleitor. Sabemos, portanto, que a maneira como nos colocamos discursivamente ou nossas escolhas linguísticas implicam diretamente na construção dessa imagem que o auditório elabora do orador. A partir de índices discursivos e das escolhas linguísticas, a imagem do orador tem um papel fundamental no processo de estabelecimento da adesão de seu público. Segundo Amossy (2008, p. 9),

todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem de si. Para tanto, não é necessário que o locutor faça seu auto-retrato, detalhe suas qualidades nem mesmo que fale explicitamente de si. Seu estilo, suas competências linguísticas e enciclopédicas, suas crenças implícitas são suficientes para construir uma representação de sua pessoa.

É importante lembrar, ainda, que o *ethos* será sempre uma *representação* da pessoa ou instituição empírica, criada discursivamente (neste estudo especificamente será a representação da imagem criada por um partido a partir de seus representantes). Na retórica antiga, partindo das concepções de Aristóteles, o *ethos* é considerado, estritamente, como uma imagem construída durante o discurso, ou apreendida no presente de sua enunciação. Descarta-se, assim, as imagens prévias já conhecidas sobre o orador, o que se confundiria, segundo o filósofo, com a sua “reputação”. Como afirma em seu livro I,

persuade-se pelo carácter quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. Pois acreditamos mais e bem mais depressa em pessoas honestas, em todas as coisas em geral, mas sobretudo nas de que não há conhecimento exacto e que deixam margem para dúvida. É, porém, necessário que esta confiança seja resultado do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador; pois não se deve considerar sem importância para a persuasão a probidade do que fala, como aliás alguns autores desta arte propõem, mas quase se poderia dizer que o carácter é o principal meio de persuasão. (ARISTÓTELES, 1998, p. 49)

Nessa passagem, podemos dar ênfase a dois aspectos importantes: a relevância que há, para Aristóteles, em considerar a edificação do carácter como prova técnica proveniente do discurso no momento da sua enunciação; e o fato de que, quando há dúvidas, recorreremos a quem é digno da nossa confiança. Isso nos leva à certificação de que o carácter tem fundamental importância no processo persuasivo. Na ótica aristotélica, assim, devemos focar na importância da conceituação do carácter do orador como uma marca gerada no e pelo discurso. Podemos dizer que o *ethos*, advindo e gerado no ato de enunciação, é construído por meio das escolhas linguísticas do orador/político, já que a opção por dizer algo de uma forma (e não de outra) já implicaria uma escolha e um direcionamento capaz de suscitar determinados efeitos *ethicos* no auditório/eleitor.

Nessa direção, podemos considerar que, além dos raciocínios mais bem elaborados no texto (o *logos* mais demonstrativo), a imagem criada – o *ethos* – possibilita a adesão dos eleitores a um determinado partido ou legenda, em função da ideologia, de suas características ou de sua posição política mostrada no discurso. Assim, Maingueneau (2008, p. 70) contribui ao defender, como na citação de Amossy acima, que aquilo que o orador pretende ser, ele dá a entender e mostra por meio de seu discurso, de forma que a eficácia do *ethos* “decorre do fato de que envolve a enunciação sem ser explicitado no enunciado”. Com isso, se o político quer construir uma imagem de honesto, ele não dirá que é honesto, mas mostrará tal característica por meio das escolhas linguísticas, na maneira como deverá se expressar.

Não é porque o partido diz ser um defensor dos direitos trabalhistas que necessariamente os defenderá. Isto não serve de prova, mas podemos perceber em seu discurso, se tal assunto é recorrente em sua fala, se outros indícios linguísticos levam a construir essa representação por meio, por exemplo, de seu estilo. Para Fiorin (2014, p. 91), o que determina o estilo é

o conjunto de traços reiterados e não uma característica isolada. Um estilo, que configura um modo de ser dos homens públicos, constrói-se, por exemplo, na recorrência dos temas escolhidos em seu discurso, na seleção lexical, nas atitudes tomadas em público, ... no nível de língua utilizado, na seleção de eventos em que aparecem, na quantidade de pronunciamentos que fazem, no tom utilizado em suas alocuções, na improvisação ou não, no tipo de imagens e argumentos empregados, etc.

Dessa forma, a persuasão e a adesão do eleitor decorre do aspecto de que o discurso político, ao não traçar explicitamente imagens de si, não se torna artificialmente argumentativo, soando, assim, de forma natural, sem a explicitação de autoelogios, o que poderia gerar um tom arrogante ou prepotente. Por meio de um discurso que pareça “natural”, pode-se aguçar a confiança do eleitor, propiciando a construção de uma imagem partidária positiva. É dessa maneira que Maingueneau diz que o “ethos se desdobra no registro do ‘mostrado’ e, eventualmente, no do ‘dito’ ” (2008, p. 70). Vale ressaltar, nesta pesquisa, o realce que Maingueneau (2008) atribui à “vocalidade” específica ou ao “tom” que cada discurso carrega consigo, não apenas aqueles orais. Dessa forma, pode-se relacionar um discurso, mesmo que escrito, a determinada fonte enunciativa, com base no “tom” que atravessa esse discurso. Assim, podemos dizer que o tom já pode provocar adesões ou refutações em termos de imagens de si, considerando-se o chamado “*ethos* discursivo”, ou seja, aquele que emerge na enunciação, no presente de seu acontecimento, como se delineia na retórica aristotélica.

Contudo, nesta pesquisa, ampliamos essa concepção de *ethos* também com a contribuição de Amossy, que se apropria das concepções de Cícero e Quintiliano no contexto da retórica romana. A autora também considera o chamado “*ethos* prévio” da instância de produção do discurso como um fator importante na análise discursiva. Segundo a pesquisadora, não se deve negar que o *ethos* seja puramente linguageiro, nem puramente institucional. Isso quer dizer que, além do *ethos* construído no presente da enunciação, deve-se considerar também as imagens do orador presentes na memória do auditório (sedimentadas na *doxa*), ligadas à sua reputação e aos seus posicionamentos na esfera cidadã.

Para Cícero, o bom orador é aquele que une ao seu caráter moral – o *ethos* prévio (já sedimentado) – à capacidade de “bem manejar o verbo”¹⁸. E, segundo Amossy (2008), na concepção de Quintiliano, as palavras de um homem pesam menos que os argumentos por ele expostos durante toda a sua vida. Assim, em nosso *corpus*, tais constatações se mostram de suma importância, na medida em que cada *ethos* decorrente da circulação de um texto – por exemplo, a Carta de Princípios do PT de 1979 – acaba se sedimentando como um *ethos prévio* na memória da sociedade civil que se deve ter em consideração ao analisar discursos posteriores do mesmo partido, como a Carta ao Povo Brasileiro de 2002. Sendo assim, na comparação entre *ethos* prévio e *ethos* discursivo poderíamos ter ideia do quanto a imagem do partido realmente mudou linguageira e ideologicamente e, sobretudo, compreender as críticas da sociedade brasileira quanto a tais variações. Nas palavras de Amossy (2008, 136-137),

a posição institucional do orador e o grau de legitimidade que ela lhe confere contribuem para suscitar uma imagem prévia. Esse *ethos* pré-discursivo faz parte da bagagem dóxica dos interlocutores e é necessariamente mobilizado pelo enunciado em situação... O *ethos* prévio ou pré-discursivo pode ser confirmado ou modificado.

Assim, a Análise do Discurso considera que os elementos interdiscursivos¹⁹ propiciam o despertar de adesões ou refutações por meio das representações geradas outrora discursivamente e que, agora, habitam a *doxa* ou a memória da sociedade e, no momento da enunciação, confirmam a imagem prévia ou conduz a uma nova representação do orador. Amossy (2008) considera que, para que as imagens prévias e discursivas do orador sejam reconhecidas ou legitimadas, é necessário que estejam inseridas ou sedimentadas em uma determinada *doxa* e, assim, a pesquisadora insere uma noção de estereotipagem, que terá um papel essencial no estabelecimento do *ethos*. Segundo a autora, a estereotipagem “é a operação que consiste em pensar o real por meio de uma representação cultural preexistente, um esquema coletivo cristalizado” (2005, p. 125). Assim, na perspectiva argumentativa, a estereotipagem exerce a função de designar os saberes globais e as crenças compartilhados por determinado grupo.

¹⁸ Este é o entendimento, segundo AMOSSY (2008, p. 18), para o que Cícero define como o bom orador: *vir boni dicendi peritus*.

¹⁹ Para Galinari (2007b, p. 44-45), o discurso a ser analisado pelo pesquisador “co-existe, relaciona-se e/ou constitui-se de outros discursos que se imbricam no presente da enunciação, o que comumente se chama de *interdiscurso*. Nessa perspectiva, os enunciados sociais circunscritos a um domínio religioso, suponhamos, são capazes de simular em sua estrutura traços variados de outros enunciados (políticos, filosóficos etc.), ligados a outras esferas da comunicação, seja entrando em acordo ou desacordo. Questões como essas têm sido estudadas às luzes de diversas terminologias, quando se fala, por exemplo, em *dialogismo*, *intersubjetividade*, *heterogeneidade* ou *polifonia*, e poderia ser visualizada por todos os conceitos que alertam para a presença de outros discursos (ou outras vozes) num dado *corpus* de referência”.

O processo de estereotipagem é apreendido pelo auditório tanto na enunciação, pelos modos de dizer, quanto no enunciado, em seu conteúdo propriamente dito. Assim, o proferimento de um discurso ou a sua circulação trabalham para legitimar a imagem do orador, que não está garantida somente por meio dos imaginários. Dessa forma, a imagem criada “no discurso” contribui para cristalizar a imagem prévia ou para remodelá-la. Vale ressaltar, nesse sentido, a seguinte consideração de Galinari (2012, p.57):

de nada adiantariam, aqui, as boas e belas imagens prévias acerca do orador caso este não consiga atualizá-las no momento do seu discurso, ou caso o auditório não possua os meios (o domínio do código, os saberes comuns necessários, algum conhecimento etc.) para visualizá-las, na medida em que o interlocutor é um legítimo co-construtor dos sentidos. Por outro lado, pode-se acrescentar que o próprio presente enunciativo é capaz de destruir/desconstruir reputações solidificadas anteriormente, seja através: (i) de uma atuação oratória mal sucedida – e estou considerando tanto os textos orais quanto os escritos – ou (ii) da vontade do falante de se instituir como uma nova *personagem*.

Em nosso estudo, podemos dizer que o eleitor constrói uma imagem ou um estereótipo de partido a partir de seus conhecimentos de mundo, previamente adquiridos através de discursos passados e, no momento de enunciações futuras, essa imagem pode ser confirmada ou reconstruída com base no conteúdo discursivo. Nesse sentido, atribuímos grande importância ao fato de o orador possuir o “poder” de influenciar seu auditório por meio da construção de uma imagem adequada ou conveniente de si, seja ela a confirmação da imagem prévia ou sua reconfiguração pelo meio discursivo. Essa imagem poderia ser construída em sua trajetória por meio de seus atos públicos ou por meio de seu discurso imediato, por exemplo, um discurso de campanha eleitoral. Sabemos, pois, que a Retórica concebe o dizer como motivador de um fazer, e por meio desse raciocínio, diremos que o orador é capaz de influenciar o seu auditório a desempenhar determinadas ações, nesse caso, a ação de votar no partido e/ou tê-lo em boa estima.

Outro ponto que merece destaque na citação de Aristóteles é a sua consideração sobre o fato de recorrermos a quem é digno da nossa fé, ou da nossa confiança, em casos em que haja dúvidas. Assim, como o gênero deliberativo ou político trata do futuro da *polis*, e o futuro é para nós desconhecido, um viés de incertezas sempre prevalecerá em nossas mentes quando se tratar da questão política. Sendo assim, nesse percurso, julgamos fundamental a imagem criada pelo orador, que verá seu público ou o seu eleitor sempre imerso numa teia de dúvidas sobre esse dever, cogitando qual seria a escolha mais conveniente para a sociedade. É nesse ponto que a confiança advinda do *ethos*, seja ele prévio ou discursivo, por meio do *logos* - conforme Galinari (2014) - terá influência no *pathos* do eleitor/auditório, levando-o a votar ou

a escolher como o mais digno de sua confiança aquele orador que, necessariamente, diante das atividades discursivas de aconselhar e de dissuadir, agir com maior prudência.

É importante realçar que, para Amossy (2008, p. 142), o “ethos não é somente uma postura que manifesta o pertencimento a um grupo dominante, ele é uma imagem de si construída no discurso que influencia opiniões e atitudes”. Assim, percebemos que o relevo dado ao caráter do orador nos estudos retóricos são bastante pertinentes para esta pesquisa. É importante ressaltar, mais uma vez, que este trabalho busca analisar o *ethos* em sua esfera institucional (o PT), e não pessoal (Lula, ou outro personagem que tenha assinado os discursos eleitos aqui como *corpus*). O uso de termos como “imagens de si” ou “caráter do orador” refere-se sempre à instituição partidária: ao Partido dos Trabalhadores. Dito isso, falemos agora sobre os gêneros ou âmbitos públicos em que se desenrola a argumentação para Aristóteles.

2.1.3 - Os Gêneros

Para Aristóteles (1998), a finalidade do discurso é sempre os auditórios. É neles que se deve pensar ao elaborar um discurso, já que eles distinguem-se pelo tamanho, pelas características psicológicas, pela competência e por diversos perfis *dóxicos*. Para o filósofo, existiam, como interlocutores em potencial, na esfera pública, a assembleia, os juízes e o espectador. Para uma assembleia, o discurso se volta para o futuro, o que caracteriza o gênero²⁰ deliberativo ou político, colocando-nos diante das atividades discursivas de aconselhar e de dissuadir. Para os juízes, o discurso se volta para o passado, o que caracteriza o gênero judiciário ou forense, com objetivos de acusar e de defender. Enfim, para o espectador, fala-se do presente, em caráter de elogio ou censura, colocando em relevo o chamado gênero epidíctico ou demonstrativo.

No âmbito desta pesquisa, interessa-nos especialmente o gênero político ou deliberativo, ao qual se relacionam intimamente as chamadas formas de governo. Sobre elas, Aristóteles (1998) nos diz que são em número de quatro: a democracia, a oligarquia, a aristocracia e a monarquia. Segundo o filósofo, em todas as formas de governo variam as manifestações da soberania, porém

²⁰ Para Aristóteles, na *Retórica*, os “gêneros” caracterizam-se por serem uma situação de comunicação particular, sendo típicos de uma conjuntura específica de parlamento, de tribunal ou de circunstâncias solenes comuns à época. A palavra não tem o mesmo sentido de “formas de texto”, ou de “tipos relativamente estáveis de enunciados”, como querem Bakhtin e os estudos contemporâneos do texto/discurso. Os gêneros são, assim, instâncias de tomada da palavra pública.

o maior e mais eficaz de todos os meios para se poder persuadir e aconselhar bem é compreender as distintas formas de governo, e distinguir os seus caracteres, instituições e interesses particulares. **Pois todos se deixam persuadir pelo que é conveniente**, e o que preserva o estado é conveniente. (73-74) (grifo nosso).

Assim, somos convencidos pelo que nos parece bom ou conveniente, e fazemos ecoar a fala de Aristóteles (1998) de que, acima de tudo, cada um considera bom aquilo que é objeto de seu gosto particular ou, então, o que a maioria deseja. Dessa maneira, se um auditório de eleitores se permite influenciar por um argumento político falacioso, aderindo ao que é conveniente apenas para um grupo particular (ou que somente aparenta ser conveniente), pode, com seu voto, eleger um partido inadequado e comprometer a governabilidade da cidade ou do estado. A conveniência aqui mencionada pode ser percebida, por exemplo, no próprio surgimento do PT, pois um dos argumentos para a criação do novo partido era que o MDB se tornara “um conduto impróprio para a expressão dos reais interesses das massas exploradas²¹”. A possível mudança discursiva do partido também pode ser entendida retoricamente como conveniente, já que seria uma estratégia argumentativa para novas adesões ou filiações, ou para mostrar-se mais flexível e finalmente vencer as eleições, após três disputas sem o êxito almejado. Ou, ainda, para manter-se no poder e assegurar a governabilidade através de alianças com setores ditos conservadores ou capitalistas e fazer, de acordo com a própria retórica do partido, o que era possível e, ao mesmo tempo, melhor que os governos anteriores.

Importa aqui ressaltar que, para Aristóteles, a palavra pública ou o discurso político devem ser apreendidos e, conseqüentemente, analisados, no interior de situações de fala com suas regras específicas – situações estas que Aristóteles denominava “gêneros”, ainda não vistos como tipos relativamente estáveis de enunciados/textos, mas como âmbitos institucionais ou espaços sociais. Tempos depois, no mundo contemporâneo, todos os gêneros – agora já vistos como formas textuais/discursivas – dispõem de roteiros pré-estabelecidos com os quais o discurso acontece, o que não implica em perder de vista os seus espaços institucionais como os apontados por Aristóteles. Dessa forma, um discurso televisivo, um debate entre candidatos ou uma fala num contexto de homenagem, sugerem, ainda que parcialmente, suas regras de interlocução, as posições dos sujeitos, o tipo de imagem que é construída de acordo com as circunstâncias de produção do discurso. Essas falas ou esses

²¹ Extraído da Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores.

discursos devem ser analisados, portanto, considerando-se seus espaços sociais, e seus contextos históricos devem ser inscritos em análises que respeitem suas regras próprias.

Esse cuidado reitera a sintonia da retórica com as análises do discurso atuais, que apreendem os sentidos e efeitos de sentido – inclusive do *ethos* – em condições de produção determinadas, em função de regras, de acordos, de rotinas e de contratos de comunicação específicos. Além disso, a fala ocupa um espaço social dentro do gênero discursivo, que comporta suas próprias regras e restrições. Dito isso, passemos à abordagem da argumentação no quadro da Análise do Discurso.

2.2 – ARGUMENTAÇÃO E ANÁLISE DO DISCURSO

No que se refere aos objetivos deste estudo, são úteis e compatíveis com a Retórica Clássica os pressupostos teóricos da Análise do Discurso, como, por exemplo, as reflexões de Ruth Amossy sobre a análise argumentativa. Já nos alertava Aristóteles (1998) que o bom orador deliberativo não se ocupa de tudo, apenas de assuntos que podem ser concretizados ou não. Sobre o que é impossível, não há deliberação. Quanto ao que há, podemos dar eco à fala de Aristóteles (1998): “os assuntos possíveis de deliberação são os que naturalmente se relacionam conosco e cuja produção está em nossas mãos” (p. 58). Assim, entendemos que no discurso político cabem técnicas ou estratégicas argumentativas capazes de aumentar a adesão do auditório, pois se um orador ou político faz um bom uso ou o uso conveniente de recursos da linguagem, ele será capaz de extrair provas das premissas compartilhadas pelo seu auditório. A Teoria da Argumentação valoriza a eficácia da construção discursiva, por meio de escolhas linguísticas dentro da racionalidade, e a Retórica considera que o dizer é um fazer na medida em que age sobre seu auditório, levando-o a aderir a certos pontos de vista ou modelando suas atitudes.

Devemos considerar que muitos discursos não têm sempre o objetivo de argumentar ou convencer seu auditório de modo explícito. No entanto, não podemos deixar de lado, conforme Amossy (2011), que, mesmo em uma fala que não possui a pretensão consciente de convencer seu interlocutor, há, de algum modo, a propriedade de influenciá-lo, reafirmar (ou não) as suas crenças ou direcionar sua visão sobre determinado assunto. A Análise do Discurso busca contemplar esse viés argumentativo dos discursos, nem sempre consciente, e é nessa perspectiva que faremos, aqui, uso da AD. Entendemos, portanto, por argumentação, “a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem a visão das coisas da parte do alocutário” (AMOSSY, 2011, p. 130).

É necessário distinguirmos, a partir daí, a diferença entre a estratégia de persuasão programada/consciente e a tendência que todo discurso possui de interferir na visão do outro. Segundo Amossy (2011), para uma melhor compreensão desse problema, é importante deixar claro a distinção entre a denominada *intenção argumentativa*, por um lado, e a *dimensão argumentativa*, por outro. Ao se tratar da tendência de qualquer discurso de influenciar o outro, o discurso comporta apenas (ou também) uma *dimensão argumentativa*, podendo ser exemplificada pelos discursos epidícticos e jornalísticos – como telenovelas, letras de música, discursos fúnebres ou solenes, notícias de jornal etc. –, que não têm a intenção nítida/confessada de convencer o outro, mas apenas reforçar valores. Nesse sentido, ainda que sejam “destinados a, antes de tudo, informar, descrever, narrar, testemunhar, direcionam o olhar do alocutário para fazê-lo perceber as coisas de uma certa maneira”. (AMOSSY, 2011, p. 132)

No caso da estratégia programada, fica evidente a *intenção argumentativa*, e podemos apresentar os discursos publicitários e os discursos políticos como exemplo, por suas características evidentes e confessadas de convencer o outro. Podemos acrescentar, como hipótese, que mesmo esses discursos possuem, de certa forma, também uma dimensão argumentativa, pois podem gerar tipos de adesão não programados ou previstos conscientemente pela instância de produção, ou seja, formas de adesão que escapam ao seu controle.

Entendemos a argumentação como sendo construída num espaço social de comunicação, sendo que sua análise deve se amparar na linguagem, por meio dos seus recursos linguísticos e semânticos diversos, tais como: modalizadores, implícitos, elementos de referência, dêiticos, conectivos, marcadores de polifonia, ambiguidades, escolha léxica e estilística. Dessa forma, podemos observar o *logos* também como materialidade linguística, não se restringindo ao entimema e o exemplo. Para Amossy (2011, p. 133), é “na espessura da língua que se forma e se transmite a argumentação”. Há que se considerar que as circunstâncias em que um discurso é proferido (quem fala, o que fala, para quem fala, quando fala, onde fala, como fala, em qual gênero) tem forte impacto sobre suas implicações, e interferem, também, na escolha dos recursos da língua a serem ressaltados como mais relevantes pelo analista durante a realização de seu trabalho.

Em suma, e para tornar mais claros esses princípios, importa dizermos que em uma análise retórica é imprescindível que se tenha em mente a maior abrangência contextual possível da produção do discurso. O contexto histórico, social e político propicia a percepção de indicadores argumentativos textuais, que norteiam melhor os percursos que o analista deve

percorrer. Optamos, dessa forma, por privilegiar os elementos de modalização neste trabalho, que possibilitam diferentes formas linguísticas possíveis de dizer um mesmo conteúdo proposicional, permitindo revelar diferentes imagens desse orador/enunciador. No entanto serão considerados outros recursos da língua que porventura possam contribuir com a construção das imagens partidárias. Coerentemente com essa escolha, passaremos agora a tratar sucintamente dos variados índices linguísticos de modalização.

2.2.1 – A materialização do *ethos*: os índices de modalização

Neste momento, com o objetivo de compreendermos como o *ethos* pode se configurar no texto, voltamo-nos para alguns fenômenos linguístico-discursivos que são capazes de evidenciar imagens da instância produtora no discurso. Dessa forma, conhecer crenças, ideologias, vontades, posicionamentos morais, trata-se de maneiras passíveis de viabilizar e de trazer à tona as diversas facetas possíveis do *ethos*. Nesse percurso, podemos afirmar que os índices linguísticos de modalização podem atuar de maneira significativa para a apreensão dessas imagens por parte do analista, pois se apresentam como marcas particulares explícitas ou, muitas vezes, implícitas, que podem indicar determinado posicionamento do sujeito que enuncia para com seu público e para com o seu próprio enunciado. A escolha modal possibilita a criação desta ou daquela imagem, em razão do efeito de sentido que poderia gerar no público ou no auditório.

Sabemos que há várias definições para modalização, assim como para as suas diversas marcas no texto elencadas ao longo do tempo. No entanto, não pretendemos nos debruçar exaustivamente sobre todas, ou sobre o seu desenvolvimento terminológico e histórico, de maneira que nos ateremos apenas a algumas dentre tantas taxonomias possíveis que possam nos auxiliar a cumprir o objetivo principal deste trabalho: analisar linguisticamente o *ethos* no discurso. De início, podemos apontar que uma das divergências sobre o tema se dá em torno da possibilidade ou não de existirem enunciados não-modalizados. Apoiamo-nos na fala de Neves (2011), quando a autora afirma que

de um lado, pode-se dizer que, se a modalidade é, essencialmente, um conjunto de relações entre o locutor, o enunciado e a realidade objetiva, é cabível propor que **não existam enunciados não-modalizados**. Do ponto de vista comunicativo-pragmático, na verdade, a modalidade pode ser considerada uma categoria automática, já que não se concebe que o falante deixe de marcar de algum modo o seu enunciado em termos da verdade do fato expresso, bem como que deixe de imprimir nele certo grau de certeza sobre essa marca. (p. 152) (grifo nosso).

Tomamos emprestado de Bally (1965, p. 38 *apud* MACHADO, 2001, p. 65), que a modalização é a “forma linguística de um julgamento intelectual, de um julgamento afetivo ou de uma vontade que um sujeito falante enuncia sobre uma percepção ou sobre uma representação do seu espírito²²”. Podemos observar que a modalização permite, dessa forma, que o enunciador seja representado por meio de seu discurso, que seja propiciada uma imagem que represente suas vontades, seus objetivos, suas intenções, seus argumentos e outras características ideológicas, de maneira que a julgamos fundamental na apreensão do *ethos*.

Consideramos, então, que os elementos da modalização são compostos por fragmentos linguísticos que nos permitem trilhar o percurso que vai do enunciado à enunciação, do texto ao discurso, tratando-se de diferentes formas de dizer um mesmo conteúdo proposicional. A classificação das modalidades também varia conforme os autores, e, dessa forma, elegemos, nesta pesquisa, as classificações elencadas por Galinari (2014b)²³, a seguir:

1) *Modalidades Frásticas*: que se subdividem em quatro modalidades:

a) Assertiva:

Ex.: *Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado.*

(Anexo II, linha 61)

Amanhã é primeiro de maio. (Anexo V, linha 5)

b) Interrogativa:

Ex.: *Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira?* (Anexo IV, linha 76)

Está tudo uma maravilha? (Anexo V, linha 63)

c) Exclamativa:

Ex.: *Ninguém pode aceitar esse caminho!* (Anexo III, linha 28)

Brasil Urgente! Lula Presidente! (Anexo III, linha 1)

²² Tradução livre de “la forme linguistique d'un jugement intellectuel, d'un jugement affectif ou d'une volonté, qu'un sujet parlant énonce sur une perception ou sur une représentation de son esprit”.

²³ Classificações extraídas de um *hand-out* elaborado pelo professor Melliandro Mendes Galinari, na disciplina Análise do Discurso, ofertada ao curso de Letras do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP, no semestre 2014/2.

d) Imperativa

Ex.: **Vamos** garantir os direitos do povo na Constituição. (Anexo III, linhas 28, 29)

Vamos sair às ruas para impedir que Sarney permaneça no poder. (Anexo III, linhas 29, 30)

2) *Modalidades Enunciativas*: se estabelecem de acordo com o uso dos pronomes, demonstrando maior ou menor grau de objetividade ou subjetividade; é subdividida conforme segue:

a) Enunciação em 1ª pessoa – efeito de subjetividade

Ex.: *E falo* como sempre *falei* nos últimos sete anos. (Anexo VI, linha 7)

Como ex-líder sindical, tenho a felicidade de poder dizer a vocês... (Anexo V, linha 60)

b) Enunciação em 2ª pessoa – efeito de interlocução

Ex.: *A você, companheira e companheiro trabalhador, deixo o meu mais carinhoso abraço.* (Anexo, V, linhas 91, 92)

c) Enunciação em 3ª pessoa – efeito de objetividade

Ex.: *O PT afirma seu compromisso com a democracia plena.* (Anexo I, linha 202)

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. (Anexo II, linha 43)

3) *Modalidades Lógicas*: que se subdividem, dentre outras, em Epistêmica, Deontica e Volitiva.

a) Epistêmica: seu valor modal se refere à possibilidade e à necessidade, tratando-se da expressão do conhecimento e da crença, da certeza ou da incerteza.

Ex.: **Acredito que** o atual governo colocou o país novamente em um *impasse*. (Anexo IV, linhas 79-80)

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores. (Anexo I, linhas 155, 156)

b) Deôntica: seu valor modal se refere à possibilidade e à necessidade, assinalando permissão e obrigação.

Ex.: *Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático...* (Anexo I, linhas 203-205).

O PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradoras. (Anexo I, linhas 184-185)

c) Volitiva: seu valor modal se refere à possibilidade e à necessidade, exprimindo vontade e desejo.

Ex.: *Queremos... um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores.* (Anexo II, linhas 51, 52)

O povo brasileiro quer mudar para valer. (Anexo IV, linha 35)

4) *Modalidade Appreciativa*: permite que o locutor exprima sua subjetividade por meios não dêiticos. Seus marcadores são, além dos adjetivos, substantivos, verbos, advérbios e expressões nominais que traçam uma imagem que, de algum modo, qualifica o que é dito.

Ex.: *Em oposição ao regime atual... que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade.* (Anexo II, linhas 56-58)

Partido de exclusiva atuação parlamentar... O MDB, por sua origem, por sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo por sua composição social essencialmente contraditória... (Anexo I, linhas 116-119)

É importante ressaltarmos que esses marcadores modais ou índices linguísticos modalizadores são muito variados. A depender da escolha do orador, eles marcam a certeza, a obrigação, a vontade e a apreciação (ou seus contrários), e essa escolha permite a emergência

de um caráter ou *ethos* desse orador. Assim, podemos destacar, entre os marcadores, os modos e tempos verbais; verbos performativos (proibir, prometer, garantir); verbos de atitudes proposicionais (crer, saber, achar, duvidar); verbos modais (dever, poder, precisar de); verbos que marcam a volição (querer, desejar, pretender), advérbios (provavelmente, muito, talvez, infelizmente); adjetivo predicativo (possível, necessário, preciso); substantivos (opinião, respeito, povo), entre outros.

Enfim, feito esse percurso, passemos a algumas considerações sobre discurso e identidade políticos, uma vez que, para entendermos o processo de construção da identidade partidária por meio do discurso político, faz-se necessário compreendermos que esse discurso e essa representação têm como finalidade a influência e a adesão de opiniões.

2.2.2 – Discurso e Identidade Políticos

Tocamos na questão de se construir a identidade político-partidária por meio do discurso, mas em que consiste essa identidade? O que é o discurso político? Para entendermos tais questões, discorreremos sobre o discurso político, que nos leva a compreender melhor a identidade política.

Ao se voltarem para o Discurso Político, nota-se que algumas disciplinas têm se dedicado a entendê-lo, sem, no entanto, conseguir esgotá-lo. Charaudeau (2011) faz algumas considerações importantes sobre o poder que o discurso político traz em suas entranhas. Segundo ele, o governo da palavra não é tudo, mas não se age senão por meio da palavra, pois esta intervém em três espaços que se complementam: (i) no *espaço de discussão*, para que sejam definidos os meios da ação política, (ii) no *espaço de ação*, para que se organizem as questões práticas, como a promulgação das leis e decisões de todas as ordens e, por fim, e talvez o que mais nos interessa, (iii) no *espaço de persuasão*, para que a instância política consiga convencer os cidadãos ou seu auditório dos fundamentos de seu programa e de sua gestão como um todo.

O discurso político, conforme Charaudeau (2011, p. 40), é *um ato de comunicação*, cujo desafio consiste em “influenciar as opiniões a fim de obter adesões, rejeições ou consensos”. São resultados de declarações televisivas, comícios, reuniões, ajuntamentos. É a materialização de um objeto de estudo, manifestado por uma organização da linguagem em torno do campo da política, contextualizada social e politicamente. Portanto, o discurso político não é somente aquele discurso oriundo do político empossado, tal como um deputado, ou vereador, ou presidente, por exemplo, que tem poderes para falar enquanto político

profissional ou candidato, mas caracteriza-se por uma infinidade de gêneros e situações que incidem sobre as adesões políticas e comportamentos diversos.

Caminhando um pouco mais na direção de compreendermos o processo que envolve a construção da Identidade Política, deparamo-nos com o fato de que, nas Ciências Sociais, muito se tem discutido sobre a questão das identidades, com o argumento de que identidades modernas ou pós-modernas estão se desviando de seus centros, isto é, de suas linhas condutoras, transformando-se, fragmentando-se e deslocando-se cada vez mais. A cientista política Elizabeth Balbachevsky (1992) acredita que o conceito de identidade política no Brasil é alvo de “infinitas reticências”, considerando como referencial o eleitor do nosso país. Como exemplo, autora cita que pesquisas apontaram que a identificação dos brasileiros com determinado partido não significa apoio estável a essa legenda, como em outros países. Ao contrário disso, a adesão à determinada sigla partidária apenas expressa um sentimento de oposição genérica ao governo, seja ele qual for.

Segundo Lamizet (2014), a identidade política consiste numa articulação da verdade (vivência do sujeito em sua atividade de simbolizar) com o político (que são as instâncias de representação de engajamento desse sujeito no meio social). Essa identidade é, assim, mediada pela

articulação da dimensão singular do sujeito (sua verdade) com sua dimensão coletiva (seu engajamento), mediação que se expressa, ao mesmo tempo, na dimensão real de suas práticas, na dimensão simbólica de suas **representações** e na dimensão imaginária de suas utopias, fantasmas e crenças. A política é, portanto, o conjunto das práticas exercidas por atores sociais no espaço público, práticas que expressam os engajamentos e as identidades desses atores. (p. 11-12) (grifo nosso)

Assim, a identidade política, como proposto por Lamizet, é mostrada na expressão do engajamento dos sujeitos - no caso deste trabalho, direcionamos a questão para o PT -, por meio de seus projetos para com a sociedade, e é concretizada, concomitantemente, pelo real e pela representação dos sujeitos. Essa concepção de identidade política vai ao encontro do que apontamos como determinante para a construção do *ethos* partidário. Nessa direção, relembramos que, retoricamente, a construção de uma imagem adequada ou conveniente de si é construída em sua trajetória por meio de seus atos públicos (sua verdade) ou por meio de sua imagem ou estereótipo construídos pelo auditório (seu engajamento). Isso é compatível com o que diz Fiorin (2014, p. 88), quando salienta que “o *éthos* é uma imagem do autor do discurso, não é o autor real; é um autor discursivo, um autor implícito”.

Lamizet considera, ainda, que o contexto histórico é fundamental no processo de construção das identidades, pois aponta que o termo *e-venit* – que significa evento ou o que

vem de fora – marca fortemente a política. Segundo o autor, é por meio da “constatação formal da realidade que os políticos se situam, tomam iniciativas ou decisões e elaboram estratégias que vão manifestar ou construir suas identidades” (2014, p. 36), de maneira que um grande evento pode atuar como mediador na formação das identidades políticas. Segundo o autor, podemos diferenciar duas modalidades de eventos: a que é resultado de acontecimentos reais, como tragédias marcantes, desastres ecológicos e a que o próprio cenário político estabelece por meio de suas estratégias políticas e de suas campanhas, como comícios, palestras e manifestações. Dessa maneira, tais eventos exigem que os atores políticos se expressem, no espaço público, apontando suas perspectivas governamentais, o que propicia o revelar de suas as identidades políticas.

Além das modalidades de eventos, o autor propõe considerar também as formas de expressão como demarcadoras da retórica identitária política. São elas: o protesto, a adesão, a retórica da memória e da lembrança, a definição do presente real em oposição ao futuro imaginário e a instituição. O *protesto* é a manifestação mais básica, pois, para o autor, as identidades se formam na oposição, propiciando várias possibilidades de se contradizer ou rejeitar valores. A *adesão* é o ato de assumir a identidade política de outro partido no seu próprio discurso, caracterizada pela abdicação de sua própria identidade em favor de outra, superando as diferenças partidárias. Essa modalidade leva o partido a perder suas especificidades. A *retórica da memória e da lembrança* consiste na manifestação de expressões apelativas ou do passado, com o objetivo de buscar bases identitárias em algum ato ou figura distintos que perpetuaram, tornando-se relevantes mesmo com o passar dos anos. A definição do *presente real em oposição ao futuro imaginário* corresponde à forma de expressão em que se discursa com base em projetos e em utopias. Nesse caso, também é comum recorrer ao passado, porém fazendo menções a ações que se preservaram ao longo dos anos. Por fim, a última expressão política, apontada por Lamizet, é a *instituição*. Ela representa um conjunto de práticas sociais que edifica procedimentos homogêneos, identificando seus princípios e a sua realidade. Para o autor, essas modalidades permitem a compreensão da identidade política e de sua intervenção no espaço público, por meio do discurso.

Lamizet (2014, p. 44) complementa afirmando que “a mudança do sentido das identidades na história consiste, na realidade, no deslocamento de interesses: deixa-se uma identidade quando se percebe a conveniência de se estruturar com outra”. Assim, conforme o pesquisador, passamos a entender a identidade como parte de um processo de construção e reformulação contínuas, na evolução e no amadurecimento do sujeito e, podemos acrescentar,

dos partidos e de todas as formas de instituição, que também constroem e reconstróem o seu *ethos* pela atuação de seus participantes. Isso nos leva a considerar que o *ethos* ou a imagem criada ou representada pelo PT pode não ser estável, nem recoberta de uma unicidade, pois a análise se dá em discursos proferidos em diferentes circunstâncias históricas e de poder.

Nesse ponto, passamos a compreender que é possível que deslocamentos identitários possam ter alterado a imagem do Partido dos Trabalhadores, por meio de uma mudança na prática e no discurso do PT. Assim, no decorrer do processo histórico, é tolerável (ou não, a depender do ponto de vista) que o PT se reestruture e, possivelmente, assuma diferentes identidades em diferentes momentos, influenciado pela própria mudança nos quadros políticos, econômicos e sociais do Brasil, ou pelo processo de transformação de um partido dos pobres e oprimidos para um partido do presidente do país. Nessa perspectiva teórica, acreditamos que, no processo de construção da imagem do PT, o partido deve procurar a solidificação de um *ethos* partidário que propicie a adesão do público por meio da empatia, criando uma representação de partido preocupado com os direitos dos cidadãos e com os deveres do Estado.

Adotamos, assim, com base nos conceitos teóricos utilizados, uma perspectiva com viés de representação tanto para o termo *ethos* como para o termo identidade. Dessa forma, esses termos são tratados, nesta pesquisa, como sendo uma representação ou uma imagem partidária, já que nosso foco será sempre a representação da imagem criada ou transformada por meio dos diferentes discursos. Todavia, tratamos de questões interdisciplinares que congregam aspectos sobre a identidade, sobre a política e sobre o poder de persuasão da palavra partidária (em movimento), ao longo da trajetória do PT. As reflexões trazidas neste capítulo, portanto, servirão como parâmetro teórico-especulativo para a análise dos discursos efetuada no Capítulo 3, no sentido de apreender o que os textos nos mostram em termos de *ethos*, no sentido de contribuir para os debates atuais sobre o percurso do partido.

Nesse sentido, e considerando todas as ponderações de pesquisadores citados anteriormente, procuraremos, no próximo capítulo, estabelecer a análise discursiva voltada para a apreensão de como se dá a construção da imagem desse partido em seus próprios discursos ao longo dos anos de 1979 e 2010, ou seja, suas possíveis mutações e posições identitárias dentro do que seria a “esquerda”, além do tipo de adesão que os diferentes *ethè* partidários poderiam provocar junto à sociedade como um todo.

3 – ANÁLISE DA MATERIALIZAÇÃO DOS *ETHÈ* DO PT

Finalmente, neste capítulo, procederemos à análise das imagens *ethicas* do Partido dos Trabalhadores, com o destaque para a apreensão das imagens depreendidas por meio dos índices de modalização, embora consideraremos também caso venha à tona outros recursos linguísticos que julgamos relevantes enquanto formadores de determinados *ethè* partidários. Podemos realçar que, com vistas a compreender melhor as diferentes imagens da legenda presentes em nosso *corpus*, propomos uma análise em dois blocos. Num primeiro momento, voltar-nos-emos para a análise do período em que denominamos como sendo a 1ª fase do PT, composto pelos Anexos I, II e III e, no segundo momento, repetiremos o mesmo procedimento de análise para o período que denominamos pertencente à 2ª fase, referente aos Anexos IV, V e VI. Organizamos as análises, didaticamente, por cada fase como um todo, abordando cada uma das dimensões do *ethos* por vez e por tipo de modalidade. As dimensões do *ethos* são:

a) ***Eúnoia***: capacidade de despertar a confiança em seu auditório, por meio de argumentos e conselhos que propiciem uma imagem **de benevolente, amável ou solidário**.

b) ***Phrónesis***: capacidade de despertar a confiança em seu auditório, por meio de argumentos e conselhos que propiciem uma imagem de **sábio** ou **razoável**, de possuidor de um **saber competente** e de um **conhecimento aprofundado**.

c) ***Arété***: capacidade de despertar a confiança em seu auditório, por meio de argumentos e conselhos que propiciem uma imagem de **virtuoso, prudente, honesto ou sincero**.

É importante ressaltarmos que, como vimos na Seção 2.1.2, o *ethos* será sempre uma *representação* discursiva da pessoa ou da instituição empírica, capaz de provocar ou aumentar adesões. É importante ressaltar, ainda, que seus efeitos dependem sempre da natureza do auditório, isto é, se instituem em função dos valores e visões de mundo dos interlocutores, o que se consubstancia em seus modos de relação com a *doxa*. Dessa forma, entendemos que, para se inferir determinado *ethos* durante a análise, pode não ser suficiente apenas a análise dos dados (ainda que nos pormenores), se esta análise estiver alheia aos contextos de produção dos discursos. Por isso, a importância da atuação do Capítulo 1 como pano de fundo

da nossa análise, já que trata, de maneira geral, da evolução do PT e das circunstâncias política, social e econômica do país, contemporâneas ao nosso *corpus*. É preciso considerar que os diferentes auditórios, com suas variadas formações *dóxicas*, possam ser divergentes e até incompatíveis em termos de juízos de valor sobre determinada tese ou assunto, por razões culturais ou pelo seu caráter ideológico-político. É nessa perspectiva que tratamos as imagens de si (ou *ethos*) *não apenas* como um caráter que expressa o pertencimento a determinados grupos ideológicos ou políticos, mas, como dissemos anteriormente, também como uma *imagem capaz* de, por meio das escolhas linguísticas e de estilo do orador/enunciador, persuadir determinado auditório de uma maneira ou de outra e, como efeito possível, provocar a adesão às teses propostas – *fazer pensar* – e, finalmente, às atitudes pretendidas – *fazer fazer*.

Assim, ressaltaremos os elementos modalizadores mais marcantes, considerando as modalidades descritas no nosso referencial teórico e enquanto recursos capazes de engendrar determinada imagem. Vale ressaltar que o recorte analítico não deve ser entendido como uma totalidade da essência partidária, e sim como uma manifestação ou uma faceta discursiva, produzida em contextos históricos, sociais e políticos distintos.

3.1 – ANÁLISE DA DENOMINADA 1ª FASE DO PT

Como já ressaltamos, buscaremos mostrar, metodologicamente, como as modalidades enunciativa, apreciativa, frástica, epistêmica, deôntica e volitiva atuam na construção do *ethos*. Num primeiro momento, elas serão direcionadas, cada uma por vez, para a apreensão da dimensão *ethica* denominada *Eúnoia*. Em seguida, o mesmo procedimento será adotado para a apreensão da *Areté* e da *Phrónesis* nos primeiros três anexos.

3.1.1 – *Eúnoia* – *Ethos* de benevolente, amável e solidário

Como vimos na Seção 2.2.1, a modalidade enunciativa, de acordo com a escolha dos pronomes pessoais, demonstra maior ou menor grau (ou efeito) de objetividade ou subjetividade por parte da instância oratória. Pode-se observar, nos anexos da primeira fase, que a modalidade enunciativa predominante é a 3ª pessoa – “ele”: o PT –, provocando um efeito de objetividade discursiva em que o partido é descrito como se fosse algo (um “personagem” do qual se fala) fora da enunciação. O partido inscreve seu *ethos* de forma

descritiva, objetiva e esconde-se por trás da terceira pessoa. No entanto, esta participa, ainda assim, da construção de uma imagem solidária do partido (*eunoia*), que se mostra benevolente para com os trabalhadores a partir de um “tom” sindicalista, como nos trechos abaixo:

O PT entende, por outro lado, que **sua** existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. (Anexo I, linhas 166-168)

O PT não surge para dividir o movimento sindical, muito ao contrário, surge exatamente para oferecer aos trabalhadores uma expressão política unitária e independente na sociedade. E é nessa medida que **o PT** se tornará, inevitavelmente, um instrumento decisivo para os trabalhadores na luta efetiva pela liberdade sindical. (Anexo I, linhas 170-174)

No início do Anexo III, podemos observar uma sequência enunciativa em que o PT, novamente, se projeta num *ethos* criado por trás da 3ª pessoa, mostrando-se objetivo e contribuindo para o engendramento de uma imagem solidária (*eúnoia*) para com o povo brasileiro. Vejamos:

O PT apresenta ao povo brasileiro o seu candidato à Presidência da República: Luiz Inácio Lula da Silva. **O PT** tem coragem de dizer a todos os brasileiros que, neste momento difícil, existem saídas para a grave crise que foi criada pelos poderosos da Velha e da Nova República. **O PT** chama você a participar dessa briga para que a vontade do povo trabalhador possa prevalecer acima dos interesses dos banqueiros, latifundiários, grandes industriais e militares. (Anexo III, linhas 2-9)

Nota-se que a enunciação se dá de uma forma em que *o partido apresenta ao povo* o seu candidato; em seguida, *o partido diz ao povo* que há saídas para a grave crise²⁴ e, por fim, *o partido chama* o interlocutor para participar da luta em que *o interesse do povo* possa prevalecer. Dessa forma, a repetição *O PT* enfatiza a objetividade, ao mesmo tempo em que o conteúdo proposicional mostra uma preocupação com *o povo*.

No entanto, em alguns momentos, o PT apresenta-se em 1ª pessoa, aproximando-se de seu interlocutor, na tarefa de criar um elo afetivo que lhe faça sentir parte do projeto do PT, atribuindo-lhe a função de contribuir no processo de consolidação do partido. Assim, a legenda cria em seu entorno um espírito de coletividade e de gestão participativa que é capaz de suscitar um caráter benevolente, como, a seguir, podemos observar agora no uso da primeira pessoa do plural:

²⁴ A crise a que se refere o discurso foi contextualizada no Capítulo 2, nas seções 2.1.1 e 2.1.2 desta pesquisa.

Nós, dirigentes sindicais, **não pretendemos ser** donos do PT, mesmo porque [nós] **acreditamos** sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar **nosso** partido. (Anexo I, linhas 56-58)

Dessa maneira, nota-se que o “convite à gestão partilhada” com os trabalhadores propicia uma imagem positiva, mostrando, por parte do PT e de seus dirigentes, um *ethos* solidário e receptivo diante das capacidades de seu auditório, benevolmente reconhecidas. No enunciado a seguir, o convite para que o auditório/interlocutor seja parte do Partido dos Trabalhadores é sutilmente mostrado por meio do verbo *ser* [“somos”]. Assim, a legenda cria um vínculo com seu auditório, projetando-o também como um integrante do partido:

[Nós] **Somos** um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. (Anexo II, linha 45)

Nesse exemplo, a enunciação em 1ª pessoa do plural não é um *nós* restrito aos idealizadores partidários: ele inclui o interlocutor (2ª pessoa – tu/você) como participante desse novo projeto político, o que nos permite dizer que tal pronome contribui para a construção da *eúnoia* e para a afirmação de um *ethos* solidário e inclusivo. Em outras palavras, o *nós* partidário se soma ao trabalhador, visando a defesa da causa dos menos favorecidos. De acordo com o que vimos no primeiro capítulo e no conteúdo do Anexo I, no fragmento há, também, uma crítica implícita ao PMDB, posta pelo PT, como incapaz de representar os trabalhadores por ser constituído, a um só tempo, por exploradores e explorados. Passando adiante, vejamos, agora, uma amostragem de como as modalidades apreciativas contribuem para a construção da benevolência do PT.

Ao voltarmos nossa atenção para as modalidades apreciativas, no intuito de depreender de que maneira elas contribuem para um *ethos* solidário ou benevolente, deparamo-nos com uma imagem de um partido que nutre o socialismo ou, ao menos, se opõe ao capitalismo. Lembramos que, como vimos na Seção 2.2.1, não são apenas os adjetivos que apreciam, mas a escolha de verbos, de advérbios, de substantivos e de expressões nominais também permitem a apreciação e podem traçar uma imagem qualificada do “real” ou do dito. Dessa forma, vejamos:

Em **oposição** ao regime **atual**... que só beneficia **os privilegiados do sistema capitalista**, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos **ditatoriais** que **reprimem** e **ameaçam** a maioria da **sociedade**. (Anexo II, linhas 56-58)

Essas apreciações nos induzem ao *ethos* de um partido benevolente e solidário para com a classe trabalhadora, uma vez que, por meio de um ataque depreciativo ao capitalismo (*regime de privilegiados, ditatorial, repressor, ameaçador*), o Partido dos Trabalhadores cria uma oposição entre os modelos econômicos atual (o capitalismo – que somente beneficia os privilegiados) e o pretendido pelo partido (o socialismo, aqui depreendido de um *ethos* *mostrado*, que se confirmará no *ethos dito*, que trataremos adiante na modalidade volitiva²⁵). Vejamos um outro trecho em que o partido se projeta em desfavor do capitalismo, por meio de modais apreciativos:

O PT pretende ser uma **real expressão política** de todos os **explorados** pelo sistema **capitalista**. (Anexo II, linhas 43, 44)

Nesse exemplo, enunciado em terceira pessoa, a escolha pelo qualificador *explorados* agrega um impacto negativo ao *sistema capitalista*, já que este regime é apontado como o agente explorador ou causador dessa exploração. Pode-se depreender, ainda, que a opção por apreciar-se como uma ‘*real expressão política*’, faz do PT uma instância política *eticamente* benevolente (*eúnoia*) diante de seu auditório particular. O adjetivo *real* ainda comporta um subentendido, a saber, uma crítica do PT ao MDB. Para o Partido dos Trabalhadores, o MDB, enquanto partido de oposição, não é representativo das necessidades *reais* da classe trabalhadora e explorada, como mostraremos adiante. Dessa forma, o Partido dos Trabalhadores se mostra solidário à causa dos trabalhadores e se coloca como um instrumento²⁶ a serviço dessa classe para lutar por seus direitos, ao mesmo tempo em que se auto afirma como representante legítimo dos interesses da classe trabalhadora. Nessa mesma direção, podemos repetir um exemplo citado anteriormente, mas agora com destaque aos apreciadores:

O PT não surge para dividir o movimento **sindical**, muito ao contrário, surge exatamente para oferecer aos **trabalhadores** uma expressão **política unitária e independente** na sociedade. E é nessa medida que o PT se tornará, inevitavelmente, um instrumento **decisivo** para os **trabalhadores** na luta **efetiva** pela liberdade **sindical**. (Anexo I, linhas 170-174)

Aqui, mais uma vez, é construído um *ethos* de benevolência (*eúnoia*) para com os trabalhadores, participando deste processo, mais uma vez, a modalidade enunciativa em

²⁵ Mais à frente, quando voltarmos nossa atenção para a modalidade Volitiva, veremos expressa, caracterizando o *ethos* dito, a defesa do partido pelo socialismo enquanto um regime favorável aos trabalhadores.

²⁶ Na *Areté*, falaremos de como esse instrumento também pode atuar como militância a serviço dos interesses dos trabalhadores, caracterizando uma virtude.

terceira pessoa: o PT se coloca como uma frente política legítima para tratar dos interesses das massas exploradas, contribuindo para a sua organização sindical. A expressão qualificadora ‘*política unitária e independente*’ remonta novamente às críticas do partido ao MDB, que é classificado como heterogêneo, por representar os interesses de empresários e trabalhadores a um só tempo. Vejamos:

Aglomerado de composição **altamente heterogênea** e sob **controle e direção de elites liberais conservadoras**, o MDB tem-se revelado, num passado **recente**, um **conduto impróprio** para expressão dos **reais** interesses das **massas exploradas brasileiras**. (Anexo I, linhas 126-128)

Através desses qualificadores, o PT explicita sua crítica ao MDB e o seu ponto de vista desfavorável à manutenção deste partido como frente representativa dos interesses dos trabalhadores. No caso, o *ethos mostrado* nos exemplos anteriores se confirma no *ethos dito*, por meio dos modalizadores apreciativos destacados. Além desses exemplos, podemos elencar outros predicados atribuídos ao MDB:

partidos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas. (Anexo I, linhas 67-68)

Partido de exclusiva atuação parlamentar... O MDB, **por sua origem, por sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista**, mas sobretudo **por sua composição social essencialmente contraditória**... (Anexo I, linhas 116-119)

Está na memória dos trabalhadores **a conduta vacilante** de parcelas significativas de seus quadros [do MDB]... (Anexo I, linhas 128-129)

O MDB tem-se revelado **impermeável aos temas sociais e políticos** que tocam, de fato, nos interesses das massas trabalhadoras. (Anexo I, linhas 132-134)

As medidas do Governo Sarney [ou do PMDB] **promovem o desemprego. Não se criam novas oportunidades de trabalho** para a juventude. (Anexo III, linhas 11-12)

Todos esses julgamentos destinados ao (P)MDB ajudam a construir uma imagem do PT como um partido fielmente comprometido com os interesses da classe explorada e oprimida. Esse processo contribui para acentuar uma vertente solidária e benevolente do partido para com aqueles que são tidos como os mais fracos e que não têm uma representação real de seus interesses junto ao governo – a classe trabalhadora e oprimida. Podemos cogitar também, ao que parece, que o PT da primeira fase instituiu claramente o seu auditório: não se trata da sociedade em geral ou todas as classes sociais, mas, sim, do povo trabalhador explorado.

Outro ponto que merece destaque é a explicitação da vertente de um *ethos* sindicalista e disposto a “dividir” a gestão partidária com aqueles que a legenda representa. Podemos dizer que essa “disposição” carrega até um tom de amabilidade, que não se impõe de maneira autoritária, como podemos perceber por meio do aposto qualificador e do substantivo, em destaque, ambos atuantes como predicativos do sujeito – *nós*:

Nós, **dirigentes sindicais**, não pretendemos ser **donos** do PT... (Anexo I, linha 56)

Assim, dependendo da crença ou dos valores do auditório, esse viés sindicalista e socialista pode ser firmado como uma imagem benevolente ou solidária de um partido que se volta para os interesses dos menos favorecidos ou dos que lutam por condições igualitárias em meio à desigualdade social que estorva a nossa sociedade. É interessante notar, assim, que o PT parece surgir institucionalmente com uma identidade política ou *ethos* de sindicalista, o que é marcado explicitamente no texto. Nessa direção, encontramos 9 ocorrências no Anexo I do radical “sindical” ou suas derivações, e 2 no Anexo II. No anexo 3, não encontramos nenhum registro, embora ainda haja referências às greves, às lutas e aos direitos, termos que pertencem ao campo semântico da atuação sindical. Tal imagem de solidariedade e benevolência para um auditório específico poderia gerar adesões entre os mais variados grupos em defesa de um vertente econômica e política mais socialista, mas, por outro lado, a depender dos valores do auditório, esse *ethos* pode surtir efeitos negativos, por exemplos para os empresários, pois, nos ideais socialistas, o governo teria total domínio da economia e da política. Isso provocaria um certo receio na comunidade que lida com a economia de mercados, no empresariado de maneira geral e outros que temem o excesso de poder nas mãos do Estado. Porém, salientamos, tudo isso se trata de *especulações* dos efeitos do *ethos* criado pelo discurso em auditórios diferenciados, pois não temos os meios, neste trabalho, de afirmar como se deu, na prática, os reais impactos desses discursos: trata-se, aqui, apenas da cogitação de efeitos possíveis. Dito isso, passemos a um outro tipo de modalidade.

Pode-se dizer que a modalidade frástica que impera nos discursos que compõem toda essa primeira fase é *assertiva*, o que faz aumentar a recorrência de modalizadores epistêmicos, já que a asserção induz ao uso de modalizadores característicos da modalidade lógica epistêmica. Observamos que, de maneira geral, o *ethos* suscitado por meio dessa modalidade apresenta justificativas coerentes para o *ethos* decorrente da modalidade frástica assertiva, e, por esta razão, uma serve de amparo à outra, pois ambas as modalidades tratam de asserções que se traduzem em (in)certeza e (des)crença do orador em relação a determinadas pautas. Por

esta razão, em alguns momentos, como aqui no caso da *eúnoia*, trataremos de ambas ao mesmo tempo.

Voltando-nos para a modalidade lógica epistêmica, lembramos que seu valor modal se refere à possibilidade e à necessidade, tratando do conhecimento e da crença, da certeza ou da incerteza expressas pela enunciação. Assim, podemos dizer que o orador/enunciador pode revelar um maior ou menor grau de comprometimento com o conteúdo submetido e, dessa forma, possibilitar uma ou outra imagem, a depender da escolha modal do sujeito enunciador. Podemos exemplificar esse grau de comprometimento por meio do exemplo seguinte, em que foram negritados os índices linguísticos de modalização epistêmica:

... **não acreditamos que** partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, **ainda que** ostentem fachadas democráticas, **possam propiciar** o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política a nosso povo. (Anexo I, linhas 70-72)

Aqui, podemos observar, por meio da escolha dos marcadores epistêmicos que marcam um *ethos* incisivo (não vacilante diante do conteúdo asseverado), que o orador se compromete com o conteúdo da enunciação, projetando-se como uma instituição que tem plena certeza/crença daquilo que enuncia: não se acredita explicitamente que governos de elite defendam os interesses do povo. Assim, as marcas epistêmicas ajudam a edificar um *ethos* de partido solidário às causas do povo. Outra prova disso é a estrutura frástica assertiva (que, como vimos, pode funcionar também como algo que reforça o teor epistêmico dos enunciados, principalmente no eixo semântico da certeza, do conhecimento e da crença). A negação é muito forte em nossa cultura, mais ainda quando falamos a partir de estruturas como *não acreditamos que*. Essa postura engajada/militante do enunciador marca discursivamente a sua preocupação com as conquistas e a participação plena do povo na política, o que, além de reforçar a projeção da *eúnoia*, revela algo também da *areté*, por tal engajamento ou disposição poderem ser considerados potencialmente como uma virtude do orador.

Em outros exemplos, podemos dizer que a escolha dos modalizadores epistêmicos, adicionalmente fortificada pela modalidade frástica assertiva, aponta a crença do partido na direção de preocupar-se com os direitos do cidadão e com a democracia em sua plenitude:

O PT **lutará por todas as liberdades civis**, pelas franquias que garantem, **efetivamente**, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em **todos** os níveis. (Anexo II, linhas 58-60)

O PT **afirma** seu compromisso com a democracia plena e exercida **diretamente** pelas massas. Neste sentido **proclama** que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares **se subordinarão** ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. (Anexo II, linhas 67-69)

Nas citações acima, podemos afirmar que são construídas, ao mesmo tempo, uma imagem de militância acirrada em prol das liberdades e dos direitos das massas, caracterizada pela virtude, voltada para a *areté*, como também uma imagem de solidariedade (*eúnoia*) para com aqueles que o PT considera os *menos favorecidos*. Nesses exemplos, os conteúdos asseverados nas modalidades assertivas, modificados pelos modalizadores epistêmicos (tais como o pronome indefinido *todo*, os advérbios *efetivamente* e *diretamente*, os verbos no presente do indicativo *afirmar*, *proclamar* e *subordinar*), projetam simbolicamente as crenças partidárias do PT em defesa dos trabalhadores e mostram um partido permeável e complacente com suas causas. É nesse sentido que o plano das modalidades epistêmicas, por marcar uma corporalidade enunciativa convicta, forte e segura diante do conteúdo proposicional que enuncia, participa da construção da benevolência ou *eúnoia*: projeta-se uma solidariedade militante, necessária, isto é, engajada ao ponto de se consubstanciar numa promessa ou num sincero compromisso para com as massas.

De certa forma, o que temos nos fragmentos acima são promessas, ou seja, atos de fala típicos do discurso político, seja ele eleitoral ou não. Tal perspectiva encontra respaldo em nosso referencial, na Seção 2.1.2, quando Aristóteles atribui à credibilidade do orador o poder de persuasão do discurso, já que ninguém é convencido por alguém que não transmite confiança e credibilidade no discurso. Além disso, Serra (2015) contribui com a afirmação de que a credibilidade tem extrema importância no âmbito da política, pois a deliberação é sobre o futuro, que é incerto, e só poderia ser efetiva a partir de uma relação de confiança entre os eleitores e os políticos. E, neste cenário político de incertezas e promessas em que os eleitores não possuem garantias do cumprimento de qualquer ação futura, é que a imagem – ou *ethos* – de político solidário, militante e credível exerce seu papel de persuasão e adesão do público eleitor.

A seguir, apresentamos uma amostra de modalizadores epistêmicos que soam bastante incisivos e confirmam a vertente solidária do partido, expressa no *ethos dito*. Além disso, podemos depreender que o *ethos prévio* (gerado em consequência da enunciação do Anexo I) se confirma agora no *ethos discursivo* (gerado na enunciação do Anexo II, no exemplo abaixo), pois além do *ethos* construído no momento da enunciação, conforme vimos na Seção 2.1.2, Amossy (2008) defende que devemos considerar, também, as imagens do orador

presentes na memória do auditório (ou sedimentadas na *doxa*), ligadas à sua reputação e aos seus posicionamentos na esfera cidadã, que a pesquisadora chama de *ethos prévio*:

O PT **manifesta sua solidariedade** à luta de **todas** as massas oprimidas do mundo.
(Anexo II, linhas 87-88)

Aqui, o *ethos prévio* é reafirmado pelo *ethos discursivo*: um *ethos* de partido que se solidariza às necessidades dos explorados e trabalhadores. Dessa maneira, os valores epistêmicos do verbo *manifestar* e do pronome *todas* permitem exprimir a atitude do enunciador – o PT – relativa à firmeza e à segurança com o conteúdo proposicional asseverado [certeza da solidariedade do partido para com a luta das massas oprimidas]. Tal atitude, revelada no enunciado, deixa expresso o *ethos* de solidariedade – *eúnoia* – e tem a capacidade de fazer suscitar em seu auditório a certeza de que o PT se solidarizará em defesa dos direitos e liberdades dos trabalhadores. Dessa forma, podemos dizer que o valor epistêmico pode provocar o efeito da adesão do auditório ao caráter solidário que o PT constrói de si. Vale ressaltar que entendemos prevalecer, nesta primeira fase, a escolha epistêmica do enunciador pelo efeito mais incisivo, e as expressões assinaladas, através de um processo enfático, contribuem para o afloramento do *ethos* partidário benevolente para com os trabalhadores. Passemos agora a mais um tipo de modalidade e seu papel na construção da *eunoia*.

Como dissemos na Seção 2.2.1, o enunciado com valor deôntico é aquele em que o locutor procura agir sobre seu interlocutor por meio de modalizadores que expressam obrigação ou permissão. Traremos um exemplo extraído do Anexo III, mostrando o efeito deôntico da ordem de convocação e de obrigação:

Vamos garantir os direitos do povo..., **vamos sair às ruas para impedir...**, **vamos às ruas para lutar** pelos direitos dos trabalhadores... (Anexo III, linhas 28-30)

Esse tom de “intimação”, que atua no campo da necessidade, da obrigação, soando quase como um “apelo”, tem o poder de atuar como *pathos*, provocando ou aumentando a adesão no processo de construção de um *ethos* de solidariedade à causa do *oprimido, dos de baixo*. Podemos considerar que o efeito *emotivo* desencadeado no interlocutor resulta na obrigação de aderir ao convite de *lutar pelos direitos dos trabalhadores*, defendendo, de maneira solidária, os interesses daqueles que não tem uma expressão forte e representativa de luta por seus direitos. Ao mesmo tempo, como salientado há pouco, o discurso ganha um tom

de promessa e comprometimento, atos de fala típicos do discurso político. Mais do que isso, as marcas assinaladas, acima, conferem ao Partido uma corporalidade social (*ethica*) de militante, típica das lideranças sindicais que atuam junto às bases com punho cerrado e megafone nas mãos na busca por melhorias coletivas de vida.

Em outros exemplos, como a seguir, podemos notar outros marcadores deônticos da ordem da (não) permissão de subordinação do povo aos interesses das elites e dos governantes, marcando um *ethos* firme e determinado diante do conteúdo que enuncia, assinalando sua solidariedade ao povo e aos trabalhadores. O partido circunda-se de um discurso benevolente com a causa das massas, argumentando de maneira categórica com o objetivo de traduzir-se como crível e solidário aos trabalhadores:

...**em momento algum podemos aceitar** a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora, de extração privilegiada economicamente. Segundo, porque **não podemos aceitar que** a frente das oposições se mantenha à custa do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva. (Anexo I, linhas 138-142)

Podemos considerar mais uma vez que, desse efeito de intimação à luta, de sair às ruas em solidariedade aos trabalhadores, pode-se depreender um caráter de militância, que seria uma virtude na contemporaneidade do proferimento dos discursos, e se enquadraria também como edificador de um *ethos* virtuoso, de “companheiro”, que trataremos na dimensão da *areté*. Quanto à *eunoia*, resta-nos ainda, a partir de agora, verificar a sua construção a partir das modalidades volitivas.

Vimos em nosso referencial teórico que a modalidade volitiva apresenta um valor modal da ordem do desejo e da vontade. Por meio dessa modalidade, mostraremos a concretização do *ethos* socialista almejado pelo PT. Como vimos ao mencionar as modalidades apreciativas, a perspectiva separatista, que fomenta um caráter classista, aparenta a intenção de fortalecer os ideais de um partido que anseia por uma sociedade socialista, ou, ao menos, se oponha ao capitalismo, por meio de um *ethos* mostrado. Esse *ethos* mostrado, agora com a contribuição da modalidade volitiva, confirma-se num *ethos* dito explicitamente em:

um partido que **almeja** uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático...(Anexo I, linhas 201-203)

Dessa forma, fica registrado, por meio do verbo que marca volição (*almejar*), o desejo do PT de se constituir como um partido socialista, que pretende atuar em favor de uma política de cunho social e democrático, mostrando uma benevolência voltada para as classes

menos favorecidas. O *ethos* incisivamente deôntico – a palavra de ordem – continua atuando, como se pode notar, com o uso do marcador modal *tem de ser*, mantendo o tom militante.

Vejamos outros trechos de volição:

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. (Anexo II, linhas 51, 52)

O Partido dos Trabalhadores **pretende** que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. (Anexo II, linhas 72-73)

Nota-se, assim, a construção retórica de uma vontade de praticar uma gestão comprometida com a massa. Projeta-se um *ethos* de partido sensível às causas do povo e interessado na participação da sociedade na gestão do país e, novamente, como vimos na Seção 2.1.2, percebe-se um cuidado em construir uma imagem solidária crível. Esse caráter benevolente e solidário (*eunoia*) para com os trabalhadores e com a sociedade de baixa renda é propício a uma grande adesão, já que o Brasil é um país com grave desigualdade social e, não havendo partidos políticos de viés socialista, a diferença tende a ser agravada pelas gestões de legendas de direita, em geral, fortemente voltadas para o capitalismo. Direcionamo-nos, agora, para a apreensão das imagens voltadas para a *Phrónesis*.

3.1.2 – *Phrónesis* - *Ethos* de competente, razoável e com conhecimento aprofundado

Iniciamos nossa tarefa de apreender o *ethos* de uma de suas dimensões – a *phrónesis* – a partir dos marcadores apreciativos, uma vez que não encontramos modalizadores enunciativos que contribuíssem substancialmente para a construção de uma imagem de competente ou razoável que mereça destaque. Assim, a partir de algumas escolhas de modalizadores apreciativos utilizados pelo partido, podemos notar que o PT se projeta como instituição competente ao anunciar que, dentre as esperanças que o trabalhador deve cultivar, está o surgimento de um movimento de trabalhadores, depreendendo-se desse movimento uma iniciativa *inovadora* e dada como a *mais importante*:

Dentre as tendências **auspiciosas**, destaca-se a emergência de um movimento **de trabalhadores** que busca afirmar sua autonomia **organizatória e política** face ao Estado e às elites **políticas dominantes**. Esse é, sem dúvida alguma, o elemento **inovador** e **mais importante** da **nova** etapa **histórica** que se inaugura no Brasil, hoje. (Anexo I, linhas 79-83)

Assim, ao se intitular como o movimento inovador e mais importante, a legenda busca uma caracterização de imprescindibilidade, de superioridade que a coloca num patamar de competência e conhecimento sem coexistência. Nessa mesma direção, trazemos outro exemplo:

Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos **insubstituíveis**, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT. (Anexo I, linhas 60-62)

Novamente, o Partido dos Trabalhadores, por meio da sua subjetividade trazida à tona pelo adjetivo em destaque, cria uma imagem positiva de si explícita, buscando adesões a essa nova legenda que se lança na função de defender os direitos dos trabalhadores. Isso inclui também, em função do já visto acima, a encenação de um conhecimento de causa (analítico) da realidade brasileira, de seus partidos, limites e atuações, o que dá à legenda um ar de *expertise* próprio do analista político. É o que acontece quando os textos fazem uma análise do MBD, do PTB etc., assim como da conjuntura brasileira, como pudemos observar na Seção 3.2.1, e em alguns exemplos que ainda não chegamos a mencionar:

Cientes disso também é que setores das classes **dominantes** se apressam a sair a campo com suas **propostas de PTB**²⁷. Mas essas propostas **demagógicas** já não conseguem iludir os trabalhadores, que, nem de longe, se sensibilizaram com elas. (Anexo I, linhas 51-53)

As tentativas de reviver o **velho PTB de Vargas**, ainda que, hoje, sejam anunciadas “sem erros do passado” ou “de baixo para cima”, não passam de **propostas de arregimentação dos trabalhadores para defesa de interesses de setores do empresariado nacional**. (Anexo I, linhas 187-190)

O Governo Sarney **atendeu às exigências do FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI), bloqueou o caminho da reforma agrária e pratica o arrocho salarial**. (Anexo III, linhas 13-15)

Dessa forma, determinado auditório pode ser persuadido por esse *ethos* qualificado e seguro de suas asserções, imbuído *eticamente* de uma capacidade analítica própria do analista/estudiosos político. Ao mesmo tempo em que o partido assevera determinadas características do contexto político da época, encena-se, assim, uma imagem de conhecimento de conjuntura, que é capaz de assegurar-lhe uma imagem de domínio intelectual do contexto geral do país, o que é típico da *phrónesis* em termos retórico-argumentativos. Dito de outra

²⁷ Numa tentativa de resgatar o que eram as *propostas de PTB*, pode-se concluir que o PT as considerava demagogas, pois apesar de o PTB se declarar como nacionalista, defensor da autonomia sindical e dos direitos trabalhistas consagrados na CLT em seu programa, sua praxe política estabeleceu-se em defesa de políticas neoliberais de colaboração com os governos.

forma, o PT se mostra como possuidor de uma razão política e como observador crítico da realidade que o circunda, discernindo e discriminando procedimentos político-econômicos, suas justificativas de fundo e suas consequências. Passemos a um outro ponto.

Como já dissemos, a modalidade frástica assertiva é a que predomina nesta primeira fase, no nosso julgamento. No entanto, encontramos uma modalidade interrogativa, no Anexo I, que não podemos deixar de ressaltar em função do valor argumentativo que a envolve. O parágrafo traz algumas interrogativas que caracterizam a modalidade frástica interrogativa, seguidas de uma resposta que o próprio enunciador apresenta:

O que significa...? **O que** pretendem...? **O que** visam...? **Qual** o sentido...? **Esses e tantos outros fatos indicam que** o regime busca reformar-se tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos oposicionistas, com vista a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é **mais importante**, sua concepção de democracia. (Anexo I, linhas 100-107)

O tom interrogativo dos pronomes ‘*o que*’ e ‘*qual*’, associado à resposta que o próprio enunciador apresenta, evidencia uma pergunta retórica, cuja resposta iniciada com os modalizadores epistêmicos *Esses e tantos outros fatos indicam que*, realçada pelo modalizador apreciativo *mais importante*, revela a crença do enunciador de que o governo busca manipular as frentes de esquerda com o objetivo de enfraquecê-las e aponta para a postura oposicionista do partido, de segurança em suas convicções e com conhecimento da conjuntura política e social do país. Tais perguntas retóricas contribuem, mais uma vez, para o surgimento de uma imagem de conhecimento de conjuntura, encarnando um enunciador didático e problematizador capaz de envolver o auditório numa teia verossímil de raciocínio.

Assim, na missão de entender como se edifica esse *ethos* competente ou com conhecimento profundo, podemos considerar que a escolha de alguns modalizadores epistêmicos, na medida em que permite o posicionamento fervoroso do enunciador diante de suas considerações, também permitem revelar seu comprometimento com o conteúdo asseverado. Nessa perspectiva, permite-se alçar uma imagem desse orador/enunciador de segurança, firmeza, de conhecedor de suas teses e, conseqüentemente, de competente. Podemos observar essa afirmação de segurança no exemplo a seguir:

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado²⁸ na hora de sua regulamentação... (Anexo II, linhas 61, 62)

²⁸ Vimos na Seção 1.1.1, do Capítulo 1, que a Lei da Greve era apelidada de “lei antigreve”, pois a norma dificultava a realização de paralisações, devido à burocratização imposta pela sua regulamentação.

Nota-se, por meio do modalizador *não existe*, complementado pela modalidade frástica assertiva, que o partido mostra segurança no que tange ao conhecimento das formas de luta, de suas peculiaridades e de todo o processo que regula os direitos e as liberdades do trabalhador, ao mesmo tempo em que busca se edificar como um partido que tem conhecimento das normas e da *regulamentação* em torno das causas que o faz lançar-se como o Partido dos Trabalhadores. O partido se mostra, portanto, com um *ethos* politizado e conhecedor profundo (crítico) do ambiente que o cerca. Além disso, como já dissemos, o partido afirma sua crença de somente o PT ser capaz de ser a representação legítima do trabalhador. Essa preocupação se confirma, dentre outros, nos exemplos:

Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e **somente em vista disso é que** nós reivindicamos o papel de lançadores do PT. (Anexo I, linhas 60-62)

Dentre as tendências auspiciosas, **destaca-se** a emergência de um movimento de trabalhadores **que busca afirmar** sua autonomia organizatória e política face ao Estado e às elites políticas dominantes. Esse é, **sem dúvida alguma**, o elemento inovador e mais importante da nova etapa histórica que se inaugura no Brasil, hoje. (Anexo I, linhas 79-83)

Esse último fragmento, como salientamos anteriormente, além de mostrar-nos uma vertente de competência por meio dos modalizadores apreciativos e de confirmar tal disposição por meio da forma assertiva com que discursa, realça, com o uso dos marcadores epistêmicos em negrito, a certeza/convicção do partido em se colocar como representante autêntico, crítico e politizado dos trabalhadores. Efeito *ethico* diverso teríamos se, por exemplo, ao invés de “*busca afirmar*” tivéssemos “*buscaria afirmar*”; se ao invés de “*sem dúvida alguma*”, tivéssemos “*talvez*”. Assim, além de se projetar incisiva e engajadamente como o único representante real dos trabalhadores, o partido se aprecia como “*autônomo*” e “*organizado*” dentro do que se propõe a realizar. Tais considerações contribuem para uma imagem positiva de gestão e de conhecimento administrativo, capaz de gerar credibilidade ao partido, possibilitando possíveis adesões. A segurança e o conhecimento da conjuntura brasileira e da causa dos trabalhadores trazidos à superfície a partir dos modalizadores (apreciativos e epistêmicos) propiciam um caráter importante ao PT de articulador político e de representação singular da classe trabalhadora.

Assim, por meio desses modalizadores epistêmicos que expressam certeza, e de alguns outros como *é claro, é verdade, nem de longe, sem dúvida, evidente, logicamente, todos sabem, o PT afirma*, extraídos da primeira parte dos nossos Anexos, o enunciador acaba por

coibir a contra-argumentação, mostrando, de forma segura, a sua crença. Tal artifício, retoricamente, também caracteriza um bom orador e, dessa forma, é capaz de fazer manifestar um *ethos* partidário de conhecedor profundo (*phrónesis*) de determinadas teses, que neste caso podemos exemplificar como o conhecimento do PT acerca das dificuldades da vida da classe trabalhadora e do cenário do país como um todo. Assim, podemos considerar que o valor modal desses termos confirma a segurança do enunciador em sua fala e, conseqüentemente, permite, de antemão, revelar um *ethos* de sapiência e determinação no que tange aos conhecimentos relacionados às lutas, às dificuldades e aos anseios da classe trabalhadora. Ainda de acordo com a escolha de determinado termo modal epistêmico, podemos dizer que o enunciador se afasta de seu enunciado garantindo mais veracidade, evidenciando em suas colocações que determinadas questões não dependem dele. Vejamos:

Esses e tantos outros fatos indicam que o regime busca reformar-se tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos oposicionistas, **com vista a** impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, **o que é mais importante**, sua concepção de democracia. (Anexo I, linhas 104-107),

Essa situação [de o povo viver dias difíceis, de a inflação reduzir o poder de compra, de o Governo Sarney promover o desemprego e de não se criarem novas oportunidades de trabalho] **tem razões** que o PT quer novamente denunciar... (Anexo III, linha 13)

Do efeito modal assertivo e epistêmico dos trechos acima, pode-se depreender um *ethos* de um Partido que se embasa em fatos, ou seja, um *ethos* de razoabilidade, pois o enunciador não se compromete com o conteúdo proposicional, ao apresentá-lo como um “fato”. Podemos observar que, ao utilizar a expressão *fatos indicam*, esse distanciamento é evidenciado e, naturalmente, ameniza a responsabilidade do enunciador sobre sua afirmação. Dessa maneira, quem está servindo de prova são os fatos e não apenas a sua crença ou opinião pessoal/partidária. Ainda nessa mesma direção, encontramos outro exemplo que pode ser fundamentado nessa manobra discursiva de agregar autenticidade ao conteúdo do enunciado, conforme a seguir:

Esse fato [de os trabalhadores já não serem mais enganados pelas propostas demagógicas das classes dominantes] **comprova** que os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas fórmulas políticas elaboradas [pela classe dominante] para eles[trabalhadores]. (Anexo I, linhas 53-55)

Essa enunciação novamente marca a razoabilidade ou *phrónesis* do enunciador que agrega “provas” às suas convicções, por meio dos marcadores epistêmicos *esse fato* e

comprova. Cabe-nos salientar, aqui, que esse é um dos poucos momentos relevantes em que a modalidade enunciativa merece destaque no âmbito da construção da *phrónesis*, pois o uso da 3ª pessoa marca o distanciamento [*Esses e outros tantos fatos, Esse fato*], contribuindo para a imagem de razoabilidade e de embasamento em *fatos*. Passando adiante, vamos verificar as possíveis imagens construídas pelo PT provocadas pelos modalizadores deônticos, que exprimem obrigação ou permissão, direcionando-os para a razoabilidade, competência ou conhecimento de teses (*phrónesis*).

Algumas formas com que o partido se coloca diante de seu auditório, permite mostrar a sua autoridade ou até mesmo a sua força representativa diante dos seus representados ou, mesmo, perante os interesses dessas pessoas. Muitas vezes, o PT se posiciona firmemente expressando atitudes de obrigação para se alcançar determinado objetivo político. Tal atitude poderia propiciar a adesão de um certo público que se identifique com um partido mais determinado, mas poderia soar a outros auditórios como um partido vigoroso ou rígido demais, em determinadas circunstâncias. Vejamos:

rechaçamos com veemência tal argumento... [argumento de que “não soou a hora de se dividir a oposição no interior do MDB”]. (Anexo I, linha 138)

O tom de obrigação, de palavra de ordem que ecoa da enunciação, por meio da escolha do verbo *rechaçar*, modificado pela locução adverbial *com veemência*, faz emergir uma imagem de um partido com uma postura irrevogável no sentido de crer que suas ideias são as mais acertadas no campo da oposição política brasileira. Nesta mesma direção, trazemos outros exemplos:

As riquezas naturais que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, **deverão ser** postas a serviço do bem estar da coletividade. Para isso, **é preciso que** as decisões sobre economia **se submetam** aos interesses populares. Mas esses interesses **não prevalecerão** enquanto o poder político **não expressar** uma real representação popular, fundada nas organizações de base, **para que se efetive** o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade. (Anexo II, linhas 73-79)

É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, **o que só será possível** quando **se criarem condições de** livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. (Anexo II, linhas 82-84)

Em ambos os exemplos, os modalizadores em destaque, apesar de serem epistêmicos, têm também um desdobramento deôntico, pois trazem palavras de ordem no sentido da obrigação e da permissão, traduzidos, com o auxílio de seus complementos, em

conhecimentos nos campos políticos, econômico e social. O PT apresenta, sob seu julgamento, os caminhos políticos que precisam ser percorridos [como dever e obrigação] para que se estabeleçam melhorias efetivas na vida do trabalhador. Esse caráter que o PT chama para si é de um partido com conhecimento da política social, de uma gestão fundamentada no interesse popular e, mais ainda, de um partido que crê seguramente que a intervenção dos trabalhadores nas decisões econômicas do Estado é a única opção política capaz de representar as reais necessidades da população. Dito isso, podemos agora examinar, sempre por amostragem, o papel das modalidades volitivas também na construção da *phrónesis*.

Podemos dizer que através da explicitação das nossas vontades, ambições e empenhos em concretizar determinados planos ou ações – a *volição* –, acabamos demonstrando um caráter ou uma imagem a respeito de nós mesmos e de nossos ideais. O Partido dos Trabalhadores busca mostrar que a vontade do povo é a de que haja uma organização forte que os represente. Dessa maneira, o partido busca também, através da expressão de suas vontades, edificar sua imagem como a de uma legenda capaz de se organizar politicamente de maneira autônoma e eficaz. Vejamos:

Os **trabalhadores querem** se organizar como força política autônoma. O PT **pretende ser** uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista... **Queremos** a política como atividade própria das massas que **desejam participar**, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. (Anexo II, linhas 43-47)

Dessa forma, observa-se que o PT se projeta como um partido que defende a vontade do povo e, acima disso, defende que a massa tenha uma representação *legal e legitimada*, demonstrando uma conduta séria e efetivamente engajada. Nesse sentido, buscaria agir em conformidade com as leis, o que certamente refletiria na razoabilidade e na competência de suas ações. Podemos dizer que, de certa forma, faz parte da *phrónesis* ou competência política, aos olhos da *doxa*, a demonstração do sincero desejo e da vontade de mudar as coisas. Assim, entendemos que estes são os principais modalizadores que contribuem para a construção do *ethos* caracterizado pela *phrónesis*. A seguir, trataremos da *areté*, encerrando a abordagem do *ethos* da denominada primeira fase do PT (anexos I, II e III), a partir, como sempre, dos índices linguísticos de modalização.

3.1.3 – *Areté* – *Ethos* de honesto, virtuoso e sincero

Como já dissemos, a enunciação em evidência no *corpus* desta primeira fase é em 3ª pessoa (ele). Dessa forma, podemos dizer que o referente predominante é uma dicotomia que poderíamos classificar como “o bem e o mal” ou, mais especificamente, como o *trabalhador e a elite*. Os substantivos *trabalhador* e *elite* e os outros nomes utilizados para se referir às diferentes classes apontam para um *ethos* classista, que fomenta a separação entre as classes sociais. Vejamos:

...os **explorados e oprimidos** têm permanente necessidade de se manter organizados à parte, para que **lhes** seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios **das classes dominantes**. (Anexo I, linhas 7-9)

Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas que suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores... **os patrões e o governo** precisaram dar-se as mãos para impedir o fim da política do arrocho salarial... (Anexo II, linhas 27-31)

...os **trabalhadores e o povo** brasileiro demonstram disposição de não mais continuar aceitando os desmandos **deste Governo**. (Anexo III, linhas 16-17)

Os excertos que apresentamos aqui são alguns exemplos dessa enunciação “dicotomizada” em 3ª pessoa (de um lado: os trabalhadores, o povo, os explorados e oprimidos; de outro: os patrões, o governo, as classes dominantes). Tudo isso alimenta uma imagem classista, demonstrando, através dos predicados atribuídos a ambas as classes, uma militância no sentido de manter a classe trabalhadora unida para fortalecê-la na luta contra a classe dominante: os patrões e o governo. Todo esse tom militante e classista constrói um caráter do PT de partido que luta pelos direitos da classe operária, trabalhadora, dos que se sentem sem representação política, sendo capaz de gerar (como aposta) a adesão desse eleitorado. Lembramos que os termos que fomentam essa dicotomia trataremos mais detalhadamente ao falarmos das modalidades apreciativas na dimensão da *areté*.

Na mesma direção de defesa de uma militância em prol dos trabalhadores, o PT, em alguns momentos, situa-se como parte da classe de trabalhadores, o que permite a constituição de um ‘nós’ – 1ª pessoa – formado pela união do PT e dos trabalhadores, oprimidos e explorados. Nesses momentos, o PT se projeta como parte do grupo que sofre as explorações do governo e do empresariado e se mostra militante às causas dessa classe menos favorecida, o que salienta a projeção de sua *virtude* política particular. Podemos exemplificar esse tom militante na modalidade enunciativa que se apresenta em 1ª pessoa e “intima” o interlocutor a participar dessa “luta”:

Iniciemos [nós], pois, desde já, a cumprir esta tarefa histórica... [que é a superação dos males profundos que abatem a Nação por meio de uma participação decisiva dos trabalhadores]. (Anexo I, linhas 73-74), e

[Nós] **Vamos** garantir os direitos do povo..., [nós] **vamos** sair às ruas para impedir..., [nós] **vamos** às ruas para lutar pelos direitos dos trabalhadores... (Anexo III, linhas 28-30)

Podemos depreender que a enunciação em 1ª pessoa do plural é um *nós* que se soma ao interlocutor (2ª pessoa – tu/você), um nós combatente, militante, que defende sua causa, que batalha e, assim, convoca também o seu interlocutor. Esse tom de convocação tem o poder de atuar como *pathos*, como vimos em nosso referencial teórico, pois o orador utiliza estratégias argumentativas capazes de atingir as paixões do auditório por meio de seu raciocínio e segundo o seu caráter. No exemplo anterior, vimos que o orador convida o auditório para sair às ruas com o objetivo de garantir os direitos do povo, o que, a depender do auditório, teria o poder de aumentar a adesão considerando o contexto político, social e econômico do momento de enunciação dos discursos e propiciando uma imagem militante partidária, virtude na contemporaneidade da enunciação. Podemos considerar que o efeito *patêmico* gerado no interlocutor tem como consequência a adesão à convocação militante, na ordem da obrigação de *ir às ruas e lutar pelos direitos dos trabalhadores*.

Ainda aqui, podemos dizer que a intimação deôntica apresenta, também, uma vertente volitiva na direção de mostrar nas entrelinhas que a vontade do partido é que os trabalhadores tenham seus direitos assegurados incontestavelmente. Se pensarmos no contexto político dos anos em que foram proferidos tais discursos, diremos que esse *ethos* militante, participativo e ativo permite uma imagem virtuosa do partido (*areté*), já que propicia um caráter de uma instituição de atuação explícita em defesa dos interesses da classe trabalhadora, por melhores salários, melhores condições de trabalho, de saúde, de educação, além de mostrar-se atuante também no que tange ao rompimento da clandestinidade da esquerda, clandestinidade essa alimentada pelo medo durante o Regime Militar. Como vimos, tanto a enunciação em terceira pessoa, por dicotomizar o PT e seus inimigos de classe, quanto a enunciação em primeira pessoa do plural, por inserir no partido os trabalhadores, participam desse processo de construção *ethica* da virtude.

Os termos que alimentam a dicotomia mencionada na modalização enunciativa e os quais podemos assinalar como modalizadores apreciativos, como vimos na Seção 2.2.1, permitem uma imagem qualificada do “real”. A dicotomia observada em nosso *corpus* traz predicados que qualificam os trabalhadores como vítimas da exploração e os empresários e

governo como os provocadores desse jugo. Ao observarmos os termos, encontramos, nos Anexos I, II e III, de um lado, “*os de baixo*”, “*massas exploradas*”, “*oprimidos*”, “*população trabalhadora*”, “*nosso povo*”, “*trabalhadores de segunda classe*”, “*operariado*”, “*trabalhador*”, “*setores proletários*”; e, de outro, “*os de cima*”, “*detentores do poder*”, “*empresariado nacional*”, “*classe dominante*”, “*elite política*”, “*patrões*”, “*governo*”, “*estado*”, “*privilegiados*”, “*elite dominante*”, “*poderosos da Velha e da Nova República*”, “*banqueiros*”, “*latifundiários*”. Dessa forma, além de mostrar sua virtude (*areté*), por se colocar ao lado dos primeiros, o PT continua, com essa grande dicotomia, a encenar o seu *ethos* de conhecimento aprofundado da realidade (*phronesis*).

Outra recorrência nesta primeira parte do *corpus* é a do termo “luta” com suas variações, permitindo a edificação de uma imagem de um partido ativo e atuante. Apuramos, no Anexo I, 17 ocorrências do termo, 13 no Anexo II e 4 no Anexo III. Essa repetição, associada aos modalizadores apreciativos enaltecedores que acompanham o termo, tais como “*emancipadora*”, “*populares*”, “*dos verdadeiros democratas*”, “*pela democracia*”, “*por melhores condições de vida*”, “*de todas as massas oprimidas no mundo*”, “*sociais*”, “*pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais*”, “*por todas as liberdades civis*”, “*pelos direitos dos trabalhadores*”, apresentam-nos um *ethos* de militância, em que a palavra de ordem – luta – atua, novamente, no campo dos direitos e interesses dos trabalhadores. A escolha dos predicados empregados pelo enunciador para ambas as classes mostra a disposição de luta, de coragem e de enfrentamento das condições que não são favoráveis aos trabalhadores. Ao considerarmos o contexto social e político da época, podemos acrescentar que esse caráter militante era potencialmente bastante virtuoso, pois o autoritarismo do Regime Militar perante as frentes de esquerda provocou certo “esmagamento” das forças de representação e de luta pela classe menos favorecida socialmente.

Ainda nessa direção, podemos ressaltar que esses qualificadores fazem gerar também um caráter solidário – *eúnoia* –, pois exterioriza uma preocupação com a condição do outro que está em uma situação mais vulnerável.

Em alguns momentos, o PT mostra-se prudente e cauteloso em suas escolhas linguísticas, mas, ainda assim, o partido se posiciona perante o seu auditório, deixando à mostra suas crenças, o que nos leva a edificar um *ethos* institucional de virtude (cautela e prudência). No entanto, outros modalizadores epistêmicos, presentes nos anexos em pauta, confirmam-nos um *ethos* militante, que deixa de lado essa cautela e essa prudência, por meio

da escolha de verbos, sendo alguns performativos²⁹, e pela escolha de alguns substantivos e adjetivos, pois amplificam a crença de um partido determinado a lutar por melhorias sociais, fundamentalmente voltadas para a classe trabalhadora. O tom assertivo de suas frases acaba ganhando reforço com os modalizadores epistêmicos, tais como:

O PT **tem coragem de dizer** a todos os brasileiros que, neste momento difícil, **existem saídas** para a grave crise que **foi criada** pelos poderosos da Velha e da Nova República. (Anexo III, linhas 4-6)

O PT **afirma** seu compromisso com a democracia plena, **exercida diretamente** pelas massas, **pois não há** socialismo sem democracia **nem** democracia sem socialismo. (Anexo II, linhas 202-203)

O Partido dos Trabalhadores **denuncia** o modelo econômico vigente... (Anexo I, linha 150)

O Partido dos Trabalhadores **defende** a volta das empresas estatais. (Anexo I, linhas 153-154)

O PT **proclama** que a **única** força capaz de ser fiadora de uma democracia **efetivamente** estável é a das massas exploradas... (Anexo I, linhas 165-166)

O PT **proclama** que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares **se subordinarão** a seu objetivo maior. (Anexo I, linhas 168-170)

A opção por verbos em contextos frásticos assertivos como *defende*, *proclama*, *afirma* e *denuncia* e expressões verbais como *tem coragem de dizer*, *existem saídas*, *pois não há*, marcam um tom ativista, atuante e protestante que pode causar a adesão de determinado auditório, que podemos exemplificar como um auditório de grupos de esquerda. Podemos acrescentar que as asserções tendem a reforçar o eixo semântico da crença, do conhecimento e da certeza. Dessa forma, as marcas epistêmicas supracitadas revelam agora uma imagem de um partido bastante incisivo ao demonstrar suas crenças e posições políticas, como o substantivo *efetivamente* e *diretamente* e a conjunção *nem*. Assim, num contexto de militância esquerdista, podemos interpretar, de certa forma, o tom assertivo e engajado, convicto, como algo do plano da virtude (*areté*).

A militância se evidencia em vários momentos nessa primeira parte, marcada por modalizadores de diferentes classificações. Mostraremos agora, como os modalizadores deônticos contribuem para originar esse *ethos* diligente, ativo, atuante e militante que, conseqüentemente, gera adesões por tais características serem, à época, consideradas virtuosas do ponto de vista do auditório visado:

²⁹ Verbo performativo, segundo AUSTIN (1990), é um verbo que gera o ato referido pelo enunciado no momento de sua enunciação. A linguagem, nesse sentido, é entendida como uma forma de ação. Ex: “**Eu juro** que ele não esteve aqui”. Como se pode ver, o ato da jura é realizado no momento em que é anunciado.

O PT **chama** você a participar dessa briga para que a vontade do povo trabalhador possa prevalecer acima dos interesses dos banqueiros, latifundiários, grandes industriais e militares. (Anexo III, linhas 7-9)

Entendemos, assim, que a obrigação em aceitar o convite de participar das lutas sociais, a necessidade de aderir ao convite para sentir-se participativo e atuante pode ser advinda do *pathos* e é capaz de gerar, em determinado público, o consentimento e o apoio ao PT. Outro exemplo que tem a contribuição dos modalizadores deônticos como marcadores da virtude é:

O PT **recusa-se** a aceitar em seu interior representantes das classes exploradoras. (Anexo I, linhas 185-186)

Pode-se considerar que o tom imperativo do verbo *recusar* causa um efeito de autoridade, da ordem da obrigação de defender seus propósitos, o que permite ao PT criar de si uma imagem positiva, sob a perspectiva de um partido que segue seus ideais, com certa autoridade, com o propósito de voltar-se especialmente para os interesses dos menos favorecidos, projetando um *ethos* virtuoso de disposição e liderança. Considerando as concepções de estilo vistas na Seção 2.1.2, sob a perspectiva de Fiorin (2014), a saber, que estilo é o conjunto de traços reiterados e que configura na recorrência dos temas escolhidos em seu discurso, pode-se dizer que a recorrência do tom militante, ativo e diligente do PT, marcam fortemente sua imagem nesta primeira fase. A coerência mostrada no discurso, deôntica e epistemicamente, torna-se, também, uma das faces de construção da *areté*.

Por meio da volição, expressão da vontade e do desejo, representada pelo verbo *querer*, o PT mostra sua dedicação em zelar pelas oportunidades para a classe trabalhadora, além de mostrar que não concorda com uma gestão não comprometida com a sociedade. Dessa maneira, o partido marca seu caráter virtuoso:

Essa situação [de o povo viver dias difíceis, de a inflação reduzir o poder de compra, de o Governo Sarney promover o desemprego e de não se criarem novas oportunidades de trabalho] tem razões que o PT **quer novamente** denunciar... (Anexo III, linha 13)

Confirmamos, por meio da volição, o empenho e o cuidado do partido para com os trabalhadores, mostrando-se comprometido com a tarefa de fazer do PT uma representação real e efetiva dos trabalhadores no campo político. Os exemplos seguintes confirmam essa vontade de concretizar uma política dedicada aos interesses das massas:

Os trabalhadores **querem** se organizar como força política autônoma. (Anexo II, linha 43)

O PT **pretende ser** uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista... **Queremos** a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. (Anexo II, linhas 43-47)

Esse desejo de gestão voltada para os trabalhadores permite o surgimento de um *ethos* gerador de adesões de toda a classe trabalhadora, alcançando aqueles que o partido considera como explorados, oprimidos e menos favorecidos socialmente. Ressaltamos que é uma imagem que atrai a adesão de muitos eleitores, visto que o Brasil é um país com grande desigualdade social e a maioria dos cidadãos se enquadram no perfil da classe social menos favorecida. É, dessa forma, uma imagem capaz de atrair um eleitorado consistente em se tratando de quantidade de votos. Enfim, feitas as considerações acerca do *ethos* na denominada primeira fase de nosso *corpus*, passemos à fase seguinte, no sentido de observar possíveis mudanças (ou semelhanças) no *ethos* do Partido.

3.2 – ANÁLISE DA DENOMINADA 2ª FASE DO PT

Daremos início à análise da denominada segunda fase do PT e ressaltamos que, assim como na primeira fase, buscaremos mostrar como as modalidades enunciativa, apreciativa, frástica, epistêmica, deontica e volitiva, respectivamente, atuam na construção do *ethos* voltado para a *eúnoia*, *phrónesis* e *areté*. Lembramos que os discursos desta segunda fase são assumidos pela figura do principal representante do partido – Lula –, que fala, muitas vezes, em 1ª pessoa e, naturalmente, fazendo uso dos respectivos pronomes pessoais. No entanto, os discursos são assumidos e endossados pelo Partido dos Trabalhadores. A própria mudança de um enunciador institucional – PT – para um enunciador encarnado em 1ª pessoa –Lula – já funcionaria como um indício discursivo da “pessoalização” do partido (e de seu *ethos*) na figura do líder, o que frequentemente é chamado de “lulismo” (algo que o PT criticava em momentos anteriores, alertando para o risco de pessoalização da política em detrimento das instituições partidárias e seus projetos coletivos). Passemos à análise.

3.2.1 – *Eúnoia* – *Ethos* de benevolente, amável e solidário

Como já adiantamos, nesta fase notamos que a forma de enunciar apresenta-se majoritariamente em 1ª pessoa e, em alguns momentos, em 3ª. Podemos observar, por

exemplo, no anexo III (Brasil, Urgente! Lula Presidente! Carta Aberta ao Povo Brasileiro), de 1987, que se trata de uma carta eleitoral ao povo, assim como o anexo IV (Carta ao Povo Brasileiro, de 2002). Os dois documentos constituem um bom exemplo do contraste que gostaríamos de salientar: na Carta de 1987, quem assume o “eu” ou o “nós” do discurso é um enunciador institucional – o PT (ou um enunciador institucional sindicalista, coletivo, como nos já analisados anexos I e II) –, que apresenta o seu candidato (e não o contrário). Já na Carta de 2002 (anexo IV), assim como nos anexos V e VI, há uma mudança de comportamento enunciativo significativo, passando-se de um *ethos* coletivo institucional partidário para um *ethos* partidário encarnado na figura do seu líder.

É importante considerarmos que as esquerdas políticas, tradicionalmente, criticavam a personificação da política, comparando-a ao legado “getulista”, pois acreditava-se e acreditava-se que tal atitude despolitiza a população, propiciando a perda da consciência de classe. O próprio PT defendia, em sua origem, que os mandatos eram do partido (e não da pessoa), por acreditarem que a política era necessariamente classista. Isso não é dito explicitamente no nosso *corpus*, mas entendemos revelar-se no comportamento enunciativo-discursivo via uso das modalizações na primeira fase. Ali predominava o partido ou o seu eu coletivo sindicalista, que demonstrava o desejo de um coletivo organizado. Já aqui, o comportamento pressupõe uma pessoalização do PT, embora, vale ressaltar, esta seja uma das leituras que podemos fazer das implicações *ethicas* do discurso – do PT institucionalizado para o PT personificado –, em termos de imagem retórica.

Em determinados momentos, notamos que a fala em 1ª pessoa, voltada diretamente para o interlocutor – 2ª pessoa –, enfatizada pelos vocativos em destaque a seguir, busca criar uma aproximação entre o partido, encarnado na figura do líder (Lula), e seu eleitor, com a possível intenção de atingir a confiança do auditório, mostrando-se um partido acessível e com “amabilidade” para com os seus representados. Vejamos:

A você, companheira e companheiro trabalhador, [eu] **deixo** o meu mais carinhoso abraço. (Anexo V, linhas 90-91)

Meu amigo trabalhador e minha amiga trabalhadora, como ex-líder sindical, [eu] **tenho** a felicidade de poder dizer **a vocês...** (Anexo V, linhas 59-60)

Os trechos acima nos dão amostras de que o uso do vocativo, como forma de buscar a atenção do auditório e de criar um vínculo afetivo de aproximação (“companheiro[a]”, “amigo[a]”), é recorrente nos Anexos V e VI. Em vários momentos em que se utilizam tais recursos, o enunciador retoma a fala em 1ª pessoa, alimentando a impressão de aproximação e

de vínculo com seu interlocutor, buscando criar um elo por meio de seu carisma e amabilidade, o que é representativo de como a *eúnoia* é construída nos *corpora* da segunda fase. Pensando em efeitos possíveis, podemos esperar que o carisma e a amabilidade de Lula, que assume as rédeas do discurso institucional do PT, operam por transferência, metonimicamente: da amabilidade do líder para uma imagem carismática e positiva do partido. Além disso, os efeitos de objetividade revelados na *eúnoia* da primeira fase, via uso da terceira pessoa, sofre um apagamento cedendo lugar a uma postura explicitamente mais subjetiva. Podemos mencionar alguns exemplos em que o uso do vocativo, com a enunciação em 1ª pessoa, contribui para um possível efeito de aproximação e subjetividade por meio da amabilidade:

Minhas amigas e meus amigos, [nós] estamos acostumados a medir... (Anexo V, linhas 40-41)

Companheiras e companheiros, daqui a oito meses, [eu] **deixarei** a Presidência da República, cargo para o qual [eu] **fui** eleito... (Anexo VI, linhas 18-19)

Minhas amigas e meus amigos, hoje **[nós] estamos** vivendo uma era de firma retomada do crescimento econômico. (Anexo VI, linhas 43-44)

Fica registrada, dessa maneira, um viés de aproximação do partido, na figura de seu líder, para com os seus eleitores, demonstrando um determinado caráter de amabilidade. Esse *ethos* benevolente, carinhoso, vale ressaltar, pode se transmutar ou funcionar ao mesmo tempo como *pathos*, despertando adesões pela via dos afetos a depender do auditório. A emotividade que Lula busca atingir por meio dos vocativos poderia gerar, ainda, um efeito de “invocação” em seus interlocutores, o que é capaz de propiciar uma persuasão na direção dos seus ideais. Obviamente, estamos à mercê dos valores e das representações desse público variado, isto é, suas diferentes formas de adesão à *doxa*: as adesões poderiam se instituir num público fiel ao partido ou, ainda, suscetível emocionalmente a tais estratégias retóricas. No entanto, o contrário poderia também acontecer em parcelas neoliberais dos eleitores e/ou adeptas da política de partidos de centro (ou de direita) como o PSDB. Nesse sentido, a emoção poderia não ser tanto a simpatia, mas uma antipatia capaz de identificar no discurso petista supostos traços de demagogia. Como já dissemos, não temos como mapear os reais efeitos que tais discursos instituíram de fato na sociedade, mas apenas especular sobre alguns efeitos prováveis em função do perfil *dóxico* de auditórios diversificados. Dito isso, passemos agora a observar o papel das modalidades apreciativas nesse processo.

Como já dissemos, vários são os termos com o poder de qualificar, caracterizar ou apreciar o real (verbos, adjetivos, substantivos, advérbios etc.). Dessa forma, podemos ressaltar alguns elogios de Lula ao povo e ao trabalhador, na vertente da *enunóia*, e destacá-los como representativos, pois permitem revelar um enunciador amável para com os seus eleitores ou governados: o povo ou os trabalhadores³⁰. Assim, entendemos como caracterizado um aspecto populista no discurso de Lula, na medida em que, no populismo, “as fórmulas políticas cuja fonte principal de inspiração e termo constante de referência é o povo, considerado como exclusivo agregado social homogêneo e como exclusivo depositário de valores positivos, específicos e permanentes” (INCISA, 2010, p. 980). Podemos destacar alguns trechos que permitem depreender a apreciação do povo pelo enunciador, por exemplo:

O povo brasileiro **quer mudar** para valer. **Recusa** qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. **Quer trilhar** o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. **Quer abrir** o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. (Anexo IV, linhas 35-39)

Aqui, o povo é apreciado como tendo vontade de mudança, vontade marcada pelo verbo de volição [querer]. Nota-se que a metonímia permite marcar o povo, ou os cidadãos, ou os trabalhadores, novamente, de uma maneira geral, sem a distinção entre classes. No exemplo seguinte, *o povo* é implicitamente posto como guerreiro, batalhador e idealizador. Adiantando-nos em relação aos exemplos do Anexo V, podemos observar que o povo/trabalhador é qualificado como construtor do mundo (linha 6), como vitorioso (linha 9), como herói (linha 14):

É o dia **daquele que constrói o mundo: o trabalhador**. (Anexo V, linha 5)

Este primeiro de maio tem para mim um significado especial, porque coincide com o momento em que o Brasil celebra uma **vitória histórica do trabalhador brasileiro**: a conquista da auto-suficiência em petróleo. (Anexo V, linhas 7-9)

O meu governo teve a felicidade de contribuir para esta vitória [autossuficiência em petróleo], porém ninguém é **mais responsável** por ela do que **o trabalhador brasileiro**, que a construiu **de forma heróica**, em mais de meio século. (Anexo V, linhas 11-14)

³⁰ Como veremos adiante, tanto na *eúnoia* quanto na *areté*, o substantivo “trabalhador” agora já não é empregado referindo-se apenas aos oprimidos e/ou seguidores do PT: o termo é utilizado de forma geral e direcionado a todos os cidadãos brasileiros, sem a antiga distinção de classes que outrora era colocada em relevo e valorizada como uma das bandeiras do partido.

Aqui, vale ressaltar que podemos também destacar um *ethos* de modéstia – *areté* – do partido, pois ele se autoqualifica como um articulador de um trabalho em equipe. O partido, na pessoa de seu líder, traz para si *a vitória*, mas ressalta que a concretizou juntamente com o povo. Além disso, projeta-se de forma humilde – o que seria uma “virtude” – como apenas um “contribuinte” para alcançar a vitória. Contudo, a ênfase elogiosa é dada ao trabalhador, que é apreciado como o herói do feito.

Podemos retomar alguns exemplos citados anteriormente na modalidade enunciativa, em que os agentes do povo são qualificados como “amigos(as) do presidente”, caracterizando um elogio ou uma sedução, construindo uma imagem de amabilidade do enunciador para com o seu auditório, por meio de vocativos, como:

Minhas amigas e meus amigos... (Anexo V, linha 4, 23, 40, 59, 72)

Minhas amigas e meus amigos... (Anexo VI, linha 43, 69)

Nesse sentido, podemos retomar, ainda, outros exemplos também já citados, mostrando como os modalizadores apreciativos contribuem para a confirmação do *ethos* de amabilidade. O orador enfatiza uma imagem fraterna e amiga, marcando discursivamente seu interlocutor (“você”), e endereçando a esse interlocutor o seu “*mais carinhoso abraço*”. Essa imagem marca uma proximidade entre o partido e o seu eleitor, que pode ser atrelada ao sentimento de amizade, de confiança e, como consequência, repercutir com o efeito de novas adesões.

Ainda nas modalidades apreciativas, no exemplo seguinte podemos dizer que o povo é tratado como dono de uma visão política competente, sendo, pois, figurado como um bom analista político de sua conjuntura; além disso, isso mostra uma população preocupada com a economia que, como veremos adiante, agora é pauta relevante do governo do PT. Vejamos como este exemplo permite uma imagem de benevolência do partido com a crença ou percepção de insatisfação do povo com o cenário brasileiro:

Nosso povo **constata** com pesar e indignação que a economia não cresceu e está **muito mais vulnerável**, a soberania do país ficou **em grande parte comprometida**, a corrupção continua **alta** e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se **assustadoras**. (Anexo IV, linhas 09-11)

Na direção da vertente solidária e benevolente, observa-se, neste último e nos próximos dois fragmentos, que o discurso fala da importância da inclusão social e dos investimentos

nessa área, como na 1ª fase. No entanto, agora, observa-se que há uma preocupação para que os investimentos públicos na esfera social sejam aplicados de maneira responsável, de forma que não comprometa a estabilidade econômica. Já não devem ser buscados a qualquer custo. Os termos apreciativos, a seguir, estão fortemente atrelados aos jargões da economia e já não se projetam tanto os investimentos sociais, desatrelados do viés econômico. Vejamos:

Basta manter um rumo **claro e seguro**, não perdendo de vista nunca que a inclusão social é o **grande motor do desenvolvimento econômico**. Só reduzindo a pobreza, continuando a retirar da **miséria** milhões de brasileiros, consolidaremos um **amplo mercado interno de massas**, capaz de estimular e sustentar um **longo** período de **crecimento econômico**. (Anexo VI, linhas 33-36)

Estamos vivendo uma era de **fortíssima** inclusão **social**... Nos últimos sete anos, 31 milhões de brasileiros entraram na classe média e 24 milhões saíram da linha **da miséria**. Deixamos de ser um país **majoritariamente pobre**. Hoje, as classes **A, B e C** formam quase 70% da população. Tudo isso está fazendo a roda da economia girar **de forma sustentada**. (Anexo VI, linhas 60-65)

Assim, podemos ressaltar que o destaque, mostrado aqui, dos modalizadores apreciativos ligados à vertente social, demonstram uma preocupação ou solidariedade com os cidadãos. No entanto, estão diretamente relacionados a uma preocupação com o âmbito econômico. Isso leva-nos a considerar que esta imagem também pode ser tratada possivelmente na dimensão da *areté*, pois se considera uma virtude política debruçar-se sobre o domínio econômico, com o objetivo de gerar desenvolvimento e melhores condições de vida aos cidadãos.

Voltando nossa atenção para as modalidades epistêmicas e frásticas, assim como na fase anterior, trataremos de ambas conjuntamente pelas mesmas razões apresentadas anteriormente. Dessa forma, entendemos que na fase II, assim como na fase anterior, a modalidade frástica predominante é a assertiva. O partido continua se edificando com um *ethos* positivo de valorização do trabalhador, como já fazia na primeira fase. Alguns modalizadores epistêmicos, com seus complementos, e a maneira assertiva de se colocar, permitem-nos essa confirmação de imagem que estima e engrandece a figura do trabalhador e que, de certa forma, pode provocar adesões dos mais variados auditórios. Vejamos:

O meu governo **teve** a felicidade de contribuir para essa vitória, porém **ninguém** é mais responsável por ela do que o trabalhador brasileiro, que **a construiu** de forma heroica. (Anexo V, linhas 11-13)

Só é rico o país **que descobre que** o povo é a sua maior riqueza. **Só** é forte a nação que se constrói mobilizando a energia, os sonhos e as esperanças de sua gente. (Anexo VI, linhas 38-40)

Os termos em destaque são marcações frásticas assertivas que funcionam também como epistêmicas porque reforçam o eixo semântico do conhecimento, da crença ou da certeza. O conteúdo semântico permite o registro de uma crença firme e determinada de que o trabalhador é peça fundamental na construção do progresso do país, na percepção do PT. Esses termos evidenciam a certeza do Partido dos Trabalhadores de que o único caminho para o desenvolvimento do Estado é a defesa, a valorização e o engrandecimento de quem se entrega, diariamente, pela evolução do país: o trabalhador. Essa valorização pode permitir, por meio do *pathos*, desencadear uma paixão no auditório que desperte a confiança ou a gratidão pela credibilidade que o partido deposita em quem trabalha. Podemos, assim, depreender um *ethos* de amabilidade. Diferentemente da primeira fase, agora podemos cogitar que o PT institui claramente um novo auditório: não se trata mais do povo trabalhador explorado, mas da sociedade em geral ou todas as classes sociais, sem distinção entre elas.

Vale lembrar que o termo “trabalhador” agora é mais abrangente e não há mais a figura do explorador que compunha, na primeira fase, uma dicotomia. A valorização *do trabalhador* e a transformação desse termo em *todos os trabalhadores* sem distinção entre ricos, pobres, oprimidos ou exploradores, é confirmada pelo *ethos dito*, em:

Cada vez mais **me convenço que** a nossa principal riqueza é o trabalhador. E **quando falo trabalhador, falo de todos os brasileiros e brasileiras que nas mais diferentes profissões** constroem a riqueza desta nação. (Anexo V, linhas 73-75)

Ressaltamos que, novamente, a imagem de uma legenda inclusiva e não classista é trazida à tona, marcada epistemicamente pela certeza do que se expressa, realçada pelo verbo “falar”, modificada pelo qualificador “*mais diferentes profissões*”. Isso deixa claro o viés de não distinção entre as classes sociais, ao contrário do que era duramente enfatizado na fase anterior. Tal observação permite-nos mostrar uma imagem diferente da primeira fase, em que a *eúnoia*, dentre outras, revelava uma imagem de determinada consciência de classe (rival de outra classe), em que o PT tomava partido por uma delas – a dos sindicalistas e da classe trabalhadora/operária.

Direcionando-nos para os marcadores deônticos, entendemos que a preocupação com o bem-estar do trabalhador (benevolência - *eúnoia*) é novamente trazida à tona, porém, agora, com modalizadores da ordem da permissão ou do que deveria ser uma obrigação:

Porque **não pode existir** um país rico com um povo pobre. **Não pode haver** um país forte com um povo miserável. (Anexo VI, linhas 37-38)

As expressões acima em destaque marcam fortemente uma posição de *não permissão*, assumida pelo PT, de uma política que compactue com a exploração ou com a baixa qualidade de vida do povo pobre/miserável. Revelam, assim, uma *obrigação* sentida pelo partido na direção de que o Estado deve trabalhar em prol de melhorar a vida do trabalhador brasileiro. Esse caráter é compatível com o que vimos na primeira fase da análise, mas parece haver uma sutil diferença: antes a política era voltada para a inclusão do “*trabalhador explorado*” (pelos patrões), e agora seria voltada para o “*trabalhador*” de modo geral, ocultando-se a figura do explorador.

No entanto, alguns marcadores deônticos encontrados nos Anexos IV, V e VI também marcam um *ethos* incompatível com a fase anterior:

... **chamo todos** os que querem o bem do Brasil a **se unirem** em torno de um programa... (Anexo IV, linha 145)

Aqui, podemos assinalar que o *ethos* de benevolência por detrás desse convite e dessa *obrigação de união* transmitida pelo partido ao povo, pode construir uma imagem de uma legenda transigente, que busca a união de todos e que objetiva uma política em que todos os cidadãos se sintam representados. Porém, na primeira fase, o *ethos* classista apresentava-se muito bem demarcado, e essa “convocação” de agora, visando à união de todos em torno do programa do PT, tem um viés contraditório. Podemos lembrar as críticas que o partido fazia na primeira fase a outras legendas que congregavam diferentes classes sociais, como:

O MDB... sobretudo por sua composição social essencialmente contraditória, em que se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e nas quais, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. (Anexo I, linhas 117-122)

Assim, vê-se que o caráter separatista e classista que o partido apresentara anteriormente teria, então, cedido seu espaço a uma vertente mais nacionalista e sem distinção entre as classes sociais. Ainda que contraditória com a fase anterior, podemos considerar que essa imagem tem um caráter de amabilidade ao mostrar uma vertente de preocupação com a união e o acolhimento de todos, numa linha em que buscar representar todos os cidadãos brasileiros, sem distinção.

Passando às modalidades volitivas e seu papel na construção da *eúnoia*, nota-se, nesta segunda fase, que o discurso é bastante marcado por promessas que traduzem as aspirações do

Partido dos Trabalhadores, mas, vale ressaltar, *eticamente* balizadas pela figura ou pela fabricação discursiva de seu líder, numa personificação carismática da política e da legenda. Essas vontades expressas dialogam com os anseios demonstrados na fase anterior. O verbo “querer” registra claramente as vontades, que são transformadas em promessas pelo verbo “ir”:

Quero garantir a todos, e em especial à nossa juventude, que **vamos** continuar investindo fortemente no setor produtivo e no setor social. **Vamos** dar ainda mais ênfase à educação e ao desenvolvimento tecnológico. **Vamos** continuar agindo com responsabilidade, porém com muita sensibilidade. (Anexo V, linhas 76-79)

As promessas se traduzem em solidariedade para com *todos* os brasileiros, conforme explicitado acima. No entanto, o orador se volta de forma especial aos *jovens* por meio do aposto iniciado pelo conectivo “e”; mesmo assim, a marca de um governo que se preocupa com a gestão “*para todos*” continua registrada. Vejamos, ainda, que por meio da volição, o partido tem seu *ethos mostrado* de solidariedade, de política nacionalista e de cunho não classista, confirmado no *ethos dito*, como podemos mostrar:

Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, **construindo um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos**. (Anexo IV, linhas 106- 108)

Dessa forma, vemos a vertente solidária se confirmar como na fase anterior, mas o viés classista é apagado, cedendo o espaço para um tratamento igualitário entre as pessoas. Esse caráter é contraditório em relação às posições destacadas na fase I, que empregou exaustivamente muitos qualificadores que demarcavam fortemente as classes como “*explorados*” e “*exploradores*”. Como dissemos anteriormente, esse apagamento de distinção entre as classes se atrela ao emudecimento dos conflitos entre patrões e empregados, enfraquecendo simbolicamente a percepção das lutas de classe; isso poderia ser um dos frutos da personificação partidária que, como já dissemos, foi criticada tradicionalmente pelas esquerdas no plano político. É nesse sentido que muitos movimentos sociais, atores políticos e intelectuais, identificaram nessa mudança de *ethos* um movimento de “traição” do Partido, com fins eleitorais, ou, ainda, de “guinada à direita” (ou centro), abandonando as velhas lutas e concepções políticas favoráveis ao trabalhador explorado.

Na contramão desse ponto de vista, em nosso referencial pudemos observar que Singer (2012), sutilmente, apontava a personificação como um aditivo à forma de governar do PT, ao

atribuir parte do sucesso de seu governo como o resultado da combinação de orientações contrárias que formavam o que alguns chamavam de “economia política do lulismo”. Nesse caso, sob o ponto de vista do pesquisador, tal perspectiva poderia ser considerada paradoxalmente positiva. Isso porque ele aponta os resultados favoráveis à gestão do PT como o resultado da fusão petismo/lulismo. Nesse sentido, o modelo de governar do político Lula, em paralelo com o modelo de governar do Partido, teriam se somado ao invés de concorrerem, favorecendo, por exemplo, a materialização de políticas sociais em números superiores a qualquer governo anterior.

Reportamo-nos ao nosso referencial, em que Aristóteles argumentava que o *ethos* ou o caráter moral do orador não deve ser entendido como as suas qualidades de fato, mas como as qualidades que demonstra ter no ato do proferimento do seu discurso, buscando impactar positivamente o seu auditório. Assim, podemos dizer que o orador – ou o PT – buscou, por meio de sua fala (ou *logos*), criar uma imagem ou *ethos* de flexível, de não radical, com o objetivo de atrair novas adesões. Contudo, se a prudência não for adequada ao auditório, pode desencadear emoções capazes de efetivar uma imagem que não favoreça a adesão, ou seja, um *ethos* de “mentiroso” ou de “infiel” aos ideais de sua fundação. Assim, essa *nova* imagem almejada (de *flexível* ou *não radical*) pode provocar efeitos positivos (para um auditório mais de centro-direita) e negativos (para um auditório mais de esquerda) em se tratando de adesões.

Outra imagem que podemos inferir por meio dos marcadores volitivos é marcada pela amabilidade. Podemos notar, no exemplo a seguir, que o partido busca enaltecer o trabalhador, qualificando-o, nas entrelinhas, como empreendedor:

O povo brasileiro **quer** mudar para valer. **Recusa** qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. **Quer** trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. **Quer** abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas. (Anexo IV, linhas 35-39)

Como já dissemos anteriormente, fica, aqui, novamente registrada uma vertente que busca seduzir o povo, por meio de elogios que destacam o positivismo do brasileiro. Nota-se que o PT mostra a sua vontade, traduzida na vontade do povo, criando um elo entre o partido e a voz da nação, constituindo um *ethos* voltado para a *eúnoia* de forma diversa da primeira fase. Esse elo gera uma imagem positiva de aproximação, de sedução, pois fica subentendido que a voz do PT é a mesma voz que o povo faz ecoar. Assim, entendemos serem estes os

principais modalizadores que contribuem para a construção do *ethos* apreendido e caracterizado pela *eúnoia*. Passamos, a seguir, à *phrónesis* construída nos anexos IV, V e VI.

3.2.2 – *Phrónesis* - *Ethos* de competente, razoável e com conhecimento aprofundado

Podemos notar, em alguns momentos, a enunciação marcada em 3ª pessoa, caracterizando uma forma objetiva de enunciar e capaz de gerar credibilidade, pois permite uma imagem de razoabilidade, isto é, de argumentos baseados em fatos. Assim, apontamos alguns exemplos que, além dessa característica, traz o “ele do qual se fala” fortemente vinculado aos jargões da economia:

Trata-se de **uma crise de confiança** na situação econômica do país, cuja responsabilidade primeira é do atual governo³¹. (Anexo IV, linhas 62-63)

Não importa a quem **a crise** beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois **ela** prejudica o Brasil... Para evitá-la, é preciso compreender que a margem de manobra da política econômica no curto prazo é pequena. (Anexo IV, linhas 68-71)

Mas é preciso insistir: só **a volta do crescimento** pode levar o país a contar com **um equilíbrio fiscal consistente e duradouro**. (Anexo IV, linhas 127-128)

Este mês, por exemplo, **o Banco Central** aplicou a sétima baixa consecutiva na taxa Selic. (Anexo V, linhas 69-70)

Basta manter **um rumo claro e seguro**, não perdendo de vista nunca que **a inclusão social** é o grande motor do **desenvolvimento econômico**. (Anexo VI, linhas 323-33)

O Brasil não tem apenas criado empregos. Tem também criado empregos melhores. (Anexo VI, linha 52)

Dessa forma, os exemplos trazem termos voltados para o campo econômico e são capazes de gerar um *ethos* de sapiência, de conhecedor das nuances de mercado e economia, que podem gerar adesões de um auditório mais “mercadológico”, público que, até então, não era atraído pelo Partido, se consideradas as características e princípios da sua fundação. Ainda na direção de se construir um *ethos* de competência, com conhecimento profundo, encontramos muitos termos técnicos da área econômica, entendidos como sendo o conteúdo proposicional ou como o ‘ele’ do qual se fala:

mercado financeiro, populismo cambial, crescimento econômico, controle da inflação, juro alto, oscilação cambial brusca, aumento da dívida pública,

³¹ Lembramos que “atual governo”, neste contexto, refere-se ao governo de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, pois trata-se do ano de 2002.

equilíbrio fiscal, produção industrial, as exportações, balança comercial, risco-Brasil, taxa de juros, movimento do comércio, crescimento vigoroso da economia, crise financeira internacional.

Num contexto enunciativo em 3ª pessoa, responsável por gerar um efeito de objetividade, todos esses são termos que permitem emoldurar provas do domínio e da competência na área financeira, possibilitando uma imagem partidária favorável no que tange ao mérito da gestão eficiente, responsável e competente. Esse processo de construção de um *ethos* competente permite ou favorece a adesão ou a aproximação de diferentes grupos ideológicos ou partidários. Vejamos então como os índices de apreciação funcionam também nesse processo de construção da competência técnica.

Em linhas gerais, percebemos o uso abundante da modalidade apreciativa nesta segunda fase, o que, de certa forma, é um recurso que exterioriza os juízos de valor do partido sobre determinadas pautas. Podemos observar que o referente já não é mais composto pela mesma dicotomia encontrada anteriormente (“os de cima” *versus* “os de baixo”), apresentando-se, agora, como uma dicotomia entre o “*nosso modelo*” (o modelo petista) e o “*atual modelo*” (relativo ao governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso). A candidatura do Partido dos Trabalhadores ou a “*nossa candidatura*”, como consta na Carta de 2002 (anexo IV), representa uma oposição ao *atual modelo*, a saber, na época, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Assim, podemos observar que os modalizadores apreciativos que modificam o “*atual modelo*” são pejorativos, tais como:

esgotou-se, economia vulnerável, corrupção continua alta, decepção enorme, percepção aguda do fracasso do atual modelo, colapso econômico, social e moral, enorme endividamento, mau desempenho da economia, graves vulnerabilidades estruturais da economia, gravidade da crise econômica, e outros.

De modo diverso, os modificadores do *nosso modelo*, ou modelo do PT, ainda no Anexo IV, são engrandecedores:

fruto de ampla negociação nacional, autêntica aliança, crescimento com estabilidade, baseado no crescimento sustentado, na distribuição de renda e na diminuição da desigualdade entre as pessoas e entre as regiões, vai prosperar.

Dessa maneira, em um primeiro momento, deparamo-nos com um discurso que deprecia o *atual modelo* de gestão do país, por meio do uso de modais como *decepção enorme*, *promessas descumpridas* e *esperanças frustradas*, modais vinculados ao Governo do PSDB que então vigorava à época da Carta de 2002. Em seguida, o discurso busca valorizar, ainda

por meios dos modalizadores apreciativos, o otimismo e desejo de mudança da população e, conseqüentemente, do próprio Partido dos Trabalhadores. Nessa direção, apesar de reafirmar o *fracasso*, mostra que, apesar do *sofrimento injusto e desnecessário*, a população se mostra *esperançosa*, crédula nas possibilidades de o país reagir, e *disposta a apoiar um projeto alternativo* – que seria o projeto do PT. Neste caso, observamos que o *ethos* partidário não sofreu grandes transformações, pois a essência de valorizar sua política em detrimento da oposição se faz presente em ambas as fases.

Com isso, percebemos a clara intenção do locutor de criar uma imagem partidária ou *ethos* de competência, de sapiência, já que busca enaltecer as características da forma como pretende governar o país. Esse processo permite depreender uma imagem positiva, de responsabilidade e comprometimento do partido com a boa governança do país, inclusive com o enaltecimento das alianças que outrora o próprio Partido rejeitara como princípio. Sigamos a nossa análise com outras formas de modalidade.

Como já dissemos, a modalidade frástica predominante é novamente a assertiva. Na direção de edificar uma imagem de firmeza e de conhecimento na esfera política, podemos dizer que fica registrado um *ethos* de partido determinado e sério, por meio das asserções e dos modalizadores epistêmicos, como veremos adiante. Contudo, salta aos olhos uma modalidade frástica interrogativa, direcionando-nos a essa mesma imagem de competência e de integridade política. A pergunta que o orador articula em seu discurso remete-nos à reflexão sobre o tema. Vejamos:

Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num momento em que é necessário tranqüilidade e compromisso com o Brasil. (Anexo IV, linhas 76-78)

O orador não apresenta a resposta para o questionamento, mas a simples omissão dessa resposta pode induzir o auditório a pensar que não é oferecida *nenhuma segurança*, já que o orador não ousou apresentar nenhuma alternativa de resposta. Além disso, o orador classifica o atual governo (PSDB) como oportunista, já que o acusa de aproveitar-se de um momento de crise no país para criticar a oposição política (no caso, o PT era a maior oposição), agindo com futilidade ao invés de promover ações de comprometimento, seriedade e que pudessem contribuir para a superação da crise. Assim, como vimos em nosso referencial teórico, a persuasão e a adesão do eleitor pode decorrer do aspecto de um discurso político não

artificialmente argumentativo, e que soe de forma natural, sem a explicitação de elogios a si próprio, o que poderia gerar um tom arrogante ou prepotente.

Dessa forma “natural”, o que aguçá, como efeito pretendido e possível, é a confiança do eleitor, propiciando a construção de uma imagem partidária positiva, o que Maingueneau (2008) consideraria como um *ethos* desdobrado no registro do “mostrado”. Nesse sentido, o PT projetaria sutilmente, no exemplo anterior, por meio de um *ethos mostrado* de seriedade e compromisso, a percepção de que sua postura diante de uma *crise* seria mais responsável, séria e competente, possibilitando a manifestação de um caráter de capacidade e eficiência ou, ainda, de probidade.

Algumas asserções de Lula, que tratamos como “chanceladas” pelo Partido dos Trabalhadores, já que seu líder fala enquanto representante da instituição, marcadas pelos modalizadores epistêmicos, apontam para um partido que tem conhecimento e consciência dos problemas que enfrenta/enfrentará. A crença revelada permite uma imagem de firmeza e segurança em relação às atitudes necessárias no campo da governança e do setor econômico, principalmente. Vejamos como os marcadores em destaque permitem suscitar uma imagem de credibilidade, no sentido do domínio das ações necessárias para as melhorias do Brasil. Nesses próximos exemplos, extraídos do Anexo IV, momento em que o PT ainda não havia chegado à Presidência do país, o partido aponta alternativas para melhorias, mas ressalta os problemas, atribuindo-lhes a causa da má gestão. Vejamos:

O PT e seus parceiros **têm plena consciência de que** a superação do atual modelo, **reclamada enfaticamente** pela sociedade, **não se fará** num passe de mágica, de um dia par ao outro. **Não há** milagres na vida de um povo e de um país. (Anexo IV, linhas 45-47)

Acredito que o atual governo colocou o país **novamente** em um impasse. (Anexo IV, linhas 79-80)

Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. (Anexo IV, linha 95)

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal **não é** um fim, **mas** um meio. (Anexo IV, linhas 120-121)

Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento **pode levar** o país a contar com um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. (Anexo IV, linhas 127-128)

O registro dos pontos destacados mostra uma imagem confiante, segura e com capacidade para desenvolver as ações necessárias para o progresso do país. No entanto, a partir do momento em que assume a presidência, de certa forma, a legenda continua

apontando algumas limitações da sua gestão, o que demonstra um discurso político não artificialmente argumentativo, que soa natural, sem abundância de elogios próprios, o que, conforme nosso referencial, permite o afastamento do tom arrogante e um possível *ethos* de prepotência. A ênfase agora é na indicação das soluções ou projetos para melhorias, permitindo a manutenção do *ethos* de um partido com domínio da área de gestão e de política, além de assegurar também uma imagem de atitudes transparentes:

Este é o caminho que o Brasil aprendeu a trilhar nesses últimos anos. **Estou seguro de que** nada ou ninguém **será capaz** de nos afastar desse rumo. (Anexo VI, linhas 41-42)

Tudo isso não acontece por acaso. Mas sim porque **temos** um projeto de nação e um plano de governo. (Anexo V, linhas 56-57)

Sei que o valor do mínimo **ainda está longe do** ideal, mas este ano **já foi possível** dar um aumento bem melhor e antecipar o pagamento para o mês de abril. (Anexo V, linhas 64-66)

Mais que nunca, o Brasil **está preparado para** o futuro. **Mas é preciso que** a gente **continue** tomando as decisões certas, nas horas certas. (Anexo VI, linhas 71-74)

Por lei, serão aplicados, **obrigatoriamente,** em educação, saúde, ciência e tecnologia, cultura e meio ambiente. (Anexo VI, linhas 79-80)

Estou seguro de que o Brasil mostrará ao mundo, **mais uma vez,** sua competência, criatividade e capacidade de trabalho. (Anexo VI, linhas 83-85)

Neste último exemplo, o *ethos dito* ratifica o *ethos mostrado* de competência e capacidade presentes nos demais excertos, pois revela, explicitamente, tal qualificação na espessura do discurso do orador. Podemos dizer que as modalidades epistêmicas combinadas com as frásticas acentuam e afirmam o *ethos* de competência político-econômico-administrativa. Notamos que há muitas semelhanças nesta direção na análise realizada da primeira fase. No entanto, esse *ethos* de domínio de jargões administrativos apresenta-se mais acentuado de 2002 em diante, provavelmente com a intenção de o partido superar uma possível imagem de inexperiência administrativa.

Nesta fase, já não há muitos marcadores deônticos e a própria ausência deles, se comparada à fase anterior, pode resultar em uma imagem de conhecimento de conjuntura. A imagem anterior de militância e, podemos dizer, de postura impositiva, era conveniente no contexto de fundação do partido, tendo em vista o Regime Militar e as condições de cerceamento das liberdades individuais. No segundo momento, o autoritarismo ou o ativismo não moderado poderia causar rejeição por parte de alguns auditórios, pois seria capaz de suscitar uma imagem negativa de comprometimento da democracia. Em todo caso, a

“corporalidade enunciativa” que parece emergir dos discursos da segunda fase, para usar uma expressão de Maingueneau, não é mais aquela do militante acirrado, com megafone em mãos aguerridas. Esse conhecimento de conjuntura e adequação discursiva a um modelo mais flexível permitiria, pelo menos diante de parcelas significativas do auditório, a elevação de um *ethos* moderado e razoável. Podemos depreender que o partido procura dissipar sua imagem de radical ou extremista, que muitas vezes era explorada demagogicamente pela oposição e que o fez, representado por seu líder, perder três eleições presidenciais. Além disso, tal perspectiva coaduna com um dos pontos de vista trazidos em nosso primeiro capítulo³², a saber, de que o PT preparou-se profissionalmente, moderando seu discurso. No entanto, como já vimos, e sempre como efeito possível, essa mesma razoabilidade poderia cair por terra diante de um auditório ligado a esquerdas mais radicais, mas parece fato que o Partido investiu em uma imagem mais branda por razões que não cabe aqui julgar.

Em termos de *ethos*, como vimos em nosso referencial, o orador pode, por meio do seu discurso, “quebrar” os estereótipos presentes no imaginário do auditório (sedimentados na *doxa* por enunciações anteriores), o que pode acarretar retoricamente na reformulação de sua própria imagem. Assim, podemos considerar que uma nova fase entra em campo, a fase do “lulinha paz e amor”³³, com a apresentação de um comportamento enunciativo mais brando aos olhos de uma classe média insegura e receosa, de um mercado financeiro desconfiado e com a preocupação de o PT não respeitar os contratos, não honrar as dívidas, ou reverter privatizações etc. Dessa forma, consideramos que o orador buscou atualizar, conforme Galinari (2012, p. 57), sua imagem no momento da enunciação, por meio da “vontade do falante de se instituir como uma nova *personagem*”. (grifo do autor).

No entanto, mesmo sem a presença maciça de marcas deônticas, ainda é possível apontar um ou outro exemplo em que tais modalidades estão presentes, apontando para uma imagem de conhecimento da legislação do país e de razoabilidade, na direção de seguir o que pregam as leis:

Seus recursos [do Pré-Sal] **não devem ser** gastos em bobagens ou no custeio de despesas correntes. **Por lei, serão** aplicados, **obrigatoriamente**, em educação, saúde, ciência e tecnologia, cultura e meio ambiente. (Anexo VI, linhas 78-80)

Essa imagem mostra um quê de autoridade e de inflexibilidade, mas, dada a pauta em questão, é projetada como uma aposta positiva, pois revela um Partido preocupado com a aplicação otimizada e responsável dos recursos do país. Adiantando-nos para as modalidades

³² Ver seção 1.2.3, p. 47.

³³ Tal expressão foi criada pelo próprio Lula e repercutida amplamente nas mídias.

volitivas, podemos retomar um exemplo que já tratamos e apontar como a volição é capaz, também, de criar uma imagem de gestão estruturada, permitindo a manutenção do *ethos* de um partido com domínio da área de gestão e de política, além de assegurar-lhe uma imagem de Partido determinado e com visão do caminho a ser percorrido:

Tudo isso não acontece por acaso. Mas sim porque temos um projeto de nação e um plano de governo. Isso acontece porque **sabemos o que queremos** e **[sabemos] para aonde estamos caminhando**. (Anexo V, linhas 56-58)

Fica evidente uma imagem de firmeza na fala do orador. A marca volitiva registra um *ethos* de partido determinado e visionário. A determinação erigida nessa asserção tem um poder persuasivo e se volta para a *phrónesis* enquanto representativa de competência e determinação. No entanto, já não há o tom de partido que defenda a representação da massa de maneira *legal e legitimada*, como na fase anterior. O *ethos* agora apresenta-se embasado numa razoabilidade e sapiência que busca uma gestão embasada em planos, projetos e programas de governo, isto é, apresenta-se mais alicerçado em argumentos que denotam conhecimento da conjuntura política em geral. Uma razoabilidade capaz de provocar uma imagem partidária previdente, determinada, com um rumo bem demarcado. Esses foram, no nosso entendimento, os modalizadores que se destacaram enquanto formadores de determinados *ethè* voltados para a *phónesis*. Na sequência, traremos as imagens compatíveis com a *areté*, realçadas pelos índices de modalização.

3.2.3 – *Areté* – *Ethos* de honesto, virtuoso e sincero

Como temos ressaltado, o tema ou o referente nessa segunda fase não é mais a dicotomia entre classes sociais como anteriormente: “os exploradores” e “os explorados”, ou “os de cima” e “os de baixo”. A pauta agora se embasa numa dicotomia entre o modelo do governo atual/anterior e o novo modelo ou governo do PT:

[O povo] **Aprendeu** a não dar ouvidos **aos derrotistas** e **à turma do contra**; **aos que diziam** que o Brasil tinha que se contentar com um crescimento medíocre; **aos que pregavam** o conformismo diante da exclusão social e da injustiça. A experiência do **meu governo** mostrou o contrário. (Anexo VI, linhas 26-30)

Aqui, a enunciação não esbarra mais na disputa entre as diferenças sociais geradas pela falta de uma gestão comprometida com os menos favorecidos ou por uma gestão que

permitisse ao explorador atuar livremente sobre o explorado. O tema da enunciação, ou o referente, viabilizado em terceira pessoa e/ou no “ele do qual se fala”, agora se volta para uma comparação entre os modelos de política e gestão. O governo anterior é tratado com desqualificação e apresentado em 3ª pessoa, e o governo do PT é ressaltado por suas realizações, em 1ª pessoa. Podemos extrair, sobretudo do Anexo IV, datado de 2002, inúmeros exemplos que caminham nessa direção. Vejamos a pauta voltada para o “governo anterior” ao PT – o PSDB:

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país... (Anexo IV, linha 112)

... **O governo** não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia. (Anexo IV, linhas 115-116)

É o enorme endividamento público acumulado **no governo Fernando Henrique Cardoso**... (Anexo IV, linhas 60-61)

O Brasil deixou **pra trás** [outros governos] décadas de estagnação. (Anexo VI, linha 44)

De outro lado, temos a pauta voltada para o “governo do PT”, cuja enunciação se faz em 1ª pessoa (com tons de promessa), revelando também marcas volitivas:

Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos...(Anexo IV, linhas 92-93)

Poderemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. **Poderemos** recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico... (Anexo IV, linhas 98-100)

Queremos equilíbrio fiscal para crescer... (Anexo IV, linhas 122-123)

Essa maneira de referenciar o PT (Eu ou Nós) e as outras gestões (Eles) apontam, em razão do conteúdo proposicional, para um *ethos* petista de virtude na direção de [nós - PT] não compactuar com uma gestão não comprometida ou não eficiente, atrai para si uma imagem de responsabilidade, comprometimento e honestidade, voltadas para a *Areté*. Ressaltamos que as enunciações em 1ª pessoa, registradas aqui, têm um tom de promessa que também podem ser consideradas nas modalidades volitivas.

Tratando das modalidades apreciativas, como já lembramos anteriormente, não são somente os adjetivos que qualificam. Assim, observamos abaixo elementos discursivos capazes de gerar uma imagem do PT como sendo um partido preocupado com uma

governabilidade que se estenda a todos os brasileiros, sem nenhuma distinção, seja de uma classe ou outra qualquer. Vejamos os qualificadores capazes de gerar tal imagem:

Mudar para crescer, **incluir**, pacificar. (Anexo IV, linha 2)

Como tudo que é feito de forma **coletiva e solidária**, a auto-suficiência [de petróleo] trará benefícios **para todos**. (Anexo V, linhas 15-16)

A imagem partidária que agora emerge, a partir dos modalizadores apreciativos, busca envolver todos os eleitores, sem distinção de classe, com a exteriorização de uma política que visa à coletividade entre os povos, voltada para o modelo de “governar para todos”. A ideia de um *ethos* coletivo, não classista, como dissemos, poderia criar alguma expectativa positiva para um determinado auditório que esteja recebendo o discurso, fora do seu contexto de produção. Aos brasileiros de um modo geral ou, pelo menos, àqueles que acompanham minimamente a política do país, esse *ethos* pode não se firmar, pois tende a soar como contraditório aos princípios e valores que nortearam a fundação do partido.

Como vimos em nosso referencial, a prudência é capaz de despertar a confiança no auditório e é nesse ponto que encontramos respaldo em Galinari (2014), quando pondera que a confiança advinda do *ethos*, seja ele prévio ou discursivo, por meio do *logos*, terá influência no *pathos* do eleitor/auditório, levando-o a votar ou a escolher como o mais digno de sua confiança aquele orador que, necessariamente, diante das atividades discursivas de aconselhar e de dissuadir, agir com maior prudência. Assim, o contrário, ou seja, a falta de prudência poderá gerar a desconfiança necessária para afastar a possibilidade de adesão do eleitor àquele projeto político. A virtude simbólica de uma gestão que busca “governar para todos” pode não ser vista com bons olhos por um auditório mais radical e pode gerar adesões para um auditório mais de centro-direita, que tenha como senso comum uma política indistinta de todas as classes sociais. Assim, o verbo *pacificar*, do exemplo anterior, a nosso ver, é bem representativo do apagamento retórico do conflito de classes.

Outro exemplo, ainda dentro das modalidades apreciativas, que pode ser considerado como incompatível com as imagens construídas na primeira fase, é a do *ethos* mostrado que se confirma no *ethos dito* não classista, ou configurado como *ethos* coletivo, como se observa em:

Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram **espontaneamente** seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. **Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT** anunciam seu apoio. **Parcelas significativas do empresariado** vêm somar-se ao nosso

projeto. Trata-se de uma **vasta** coalizão, em muitos aspectos **suprapartidária...** (Anexo IV, linhas 28-34)

Dos modalizadores apreciativos destacados nesse exemplo, podemos ressaltar que sobressai uma “onda” de positivismo, cercada por vários modalizadores que “apreciam” a candidatura do PT, qualificando-a como um modelo *em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente*, afirmando que *lideranças... dos mais variados matizes ideológico declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil*, e se diz tratar de *uma vasta coalizão... que busca abrir novos horizontes para o país*. Assim, vê-se claramente, nessas colocações, uma contradição de valores ao compará-los com o teor dos anexos I, II, e III, os quais já demos destaque na análise da primeira parte. Podemos perceber um *ethos* voltado para o coletivo, para englobar todos os brasileiros, ou diferentes matizes ideológicos ou distintos segmentos da sociedade, não restringindo mais a representação partidária somente aos trabalhadores, assalariados e explorados, como anteriormente. Agora, sobressai um caráter de coalisão e união em busca de um *bem* que é tratado como se fosse *comum* a todos, algo que o próprio partido repudiara na primeira fase, capaz de desfazer adesões, mas também capaz de buscar novas adesões de outros auditórios, em razão de o partido se mostrar comprometido com o interesse de todos, o que poderia caracterizar uma virtude.

Assim, percebemos que, nesta segunda parte, já não há mais a figura do *explorador*, pois o império do *ethos* coletivo anularia essa figura³⁴. Além disso, o partido busca mostrar agora como a vida do *trabalhador brasileiro* melhorou nos últimos anos, pois ele estaria *comendo melhor*, com o *preço dos alimentos mais baixo*. Assim, podemos afirmar que não encontramos mais vestígios do *ethos* classista e sindicalista, tão forte na primeira parte, mas, ao contrário, pudemos nos deparar, por meio de modalizadores apreciativos, com um *ethos* pacificador, inclusivo e nacionalista. Como já dissemos, essa imagem poderia corresponder a um *ethos* virtuoso para determinado auditório, ou não-sincero e infiel aos ideais esquerdistas para outro, no momento em que mostra sua preocupação com a união de todas as classes em prol do país, mantendo um discurso que se mostra atento à inclusão social, ainda que mais ameno em relação aos dizeres da 1ª fase.

³⁴ Como vimos o duelo de antes, engendrado pela dicotomia entre ‘trabalhador e elite’ ou ‘explorados e exploradores’ agora desaparece. A dicotomia de agora é entre ‘o modelo atual e a nossa candidatura’, ou entre ‘o modelo atual e o nosso modelo’.

Dessa forma, a ausência de termos bastante recorrentes na 1ª fase, como greves, lutas, sindicatos e suas derivações, permite a confirmação do *ethos mostrado* de não sindicalista, no *ethos dito*, que consideramos, a seguir, destacado por um modalizador apreciativo do orador:

Como **ex-líder sindical**, tenho a felicidade de poder dizer a vocês... (Anexo V, linha 60)

O predicado que o orador se atribui faz referência ao passado militante dos líderes partidários e concretiza a postura de mudança de vertente ideológica. O partido sutilmente demonstra que já não traz consigo as raízes intimamente militantes de outrora. Pode-se entender tal atitude como uma autenticidade do partido trazida à tona, com o objetivo de se mostrar verdadeiro, sincero e transparente em seus posicionamentos, sugerindo aos seus eleitores que os tempos são outros e que as mudanças vieram com a evolução e crescimento do partido. Não nos cabe abordar a coerência ou não de tal posicionamento, mas evidenciar a imagem *possível* provocada pelo discurso. Pode-se dizer que o partido se projeta de uma maneira clara em relação à posição de seu líder: ‘Olha, aqui não vos fala mais um líder sindical, agora a voz é de um presidente, de um líder de estado, um ‘ex-sindicalista’. Essa transparência poderia se tornar retoricamente positiva no sentido de mostrar sinceridade, e fazer referência a um passado atuante, ativo e de liderança do partido, em um momento da história que tal postura era valorizada, com o objetivo de despertar confiança e adesões. No entanto, para um auditório de esquerda, essa imagem é contraditória, incoerente e marca o rompimento com os velhos ideais. Pode, ainda, ser caracterizada como traição às propostas e às coalizões de esquerda articuladas em prol de uma frente que os representasse.

Podemos observar que em cada discurso, nessa fase, o enunciador explora uma modalidade frástica interrogativa na construção de uma imagem de si. Apontamos, na Seção 3.2.2, como a modalidade frástica interrogativa contribuiu para um *ethos* voltado para a *phrónesis* e, aqui, podemos observar como esta modalidade contribui para uma imagem de honestidade e sinceridade ao notarmos que a resposta para a pergunta é rápida, objetiva e concreta. Além disso, a sinceridade em afirmar que não está tudo uma maravilha torna o discurso naturalmente argumentativo:

Está tudo uma maravilha? Não. Muita coisa ainda precisa ser feita. Mas as pessoas sentem sua vida melhorando e mais perspectiva de futuro. Sei que o valor do mínimo ainda está longe do ideal, mas este ano já foi possível dar um aumento bem melhor e antecipar o pagamento para o mês de abril. (Anexo V, linhas 63-66)

Essa atitude de sinceridade do orador, num primeiro momento, parece depor contra si próprio, mas ao apreendermos a sequência discursiva, notamos logo que o enunciador se dedica a apontar algumas melhorias “sentidas pelas pessoas” em sua gestão. Assim, a interrogativa trazida pelo orador é bastante talhada e conveniente para a edificação de uma imagem de sinceridade, transparência e veracidade. O que, num primeiro momento, poderia gerar a refutação de algum auditório pelo fato de o governo não alcançar uma gestão que lograsse o êxito da “maravilha” acaba, num segundo momento, após a exposição completa do enunciado, contribuindo para suscitar a imagem de transparência e sinceridade, mostrando que o governo não esconde suas falhas ou restrições administrativas. A seguir, daremos destaque também à modalidade frástica interrogativa utilizada pelo orador que entendemos possibilitar a emergência de um caráter virtuoso de modéstia, o que interfere sempre na imagem do Partido:

Algo me diz fortemente em meu coração que este modelo [de governo] vai prosperar. **Sabe por quê?** Porque este modelo não me pertence: pertence a vocês, pertence ao povo brasileiro, que saberá defendê-lo e aprofundá-lo, com trabalho honesto e decisões corretas. (Anexo VI, linhas 22-25)

A pergunta retórica apresentada pelo enunciador é providencial para construir uma resposta em que salta aos olhos uma modéstia partidária, atribuindo o mérito ao povo da prosperidade da sua gestão. A humildade realçada nesse gesto teria um poder persuasivo e voltar-se-ia para a *areté* enquanto representativa de um possível *ethos* de virtude.

Adiantando-nos para as modalidades epistêmicas, primeiramente lembramos que também há predominância de um *ethos* que procura conquistar e/ou manter a confiança de seu eleitorado, *ethos* de um partido que pretende fazer surgir uma imagem de comprometimento, seriedade, engajamento e responsabilidade. Aqui, já não reza o *ethos* militante como anteriormente, já que essa militância num contexto mais atualizado poderia causar algum receio em determinado perfil de eleitores, como o empresariado de maneira geral, indústrias, investidores externos, de grupos pertencentes ao mercado como um todo. Assim, pode-se dizer que o partido produz um discurso que busca demonstrar suas crenças de maneira prudente e com o comprometimento com todos os brasileiros, em todos os seguimentos, o que pode ser entendido, por alguns, como uma imagem virtuosa, de uma gestão com um tratamento mais igualitário, sem favorecimentos. Por outro lado, um auditório mais à esquerda poderia refutar tal imagem, por considera-la não justa, com o argumento de que as pessoas em

condições sociais diferentes merecem um tratamento diferenciado pelo simples fato de estarem em uma condição desfavorável.

Podemos dizer que o partido procura expressar suas certezas por meio de uma crença de que o apagamento da militância anterior poderia ser mais conveniente. Podemos perceber, agora, apenas duas vezes o uso de termos como *luta*, tão evidenciado na fase anterior, ambas no Anexo V. Apresentamos os termos *luta* modificados pelos modalizadores epistêmicos:

Se o Brasil **venceu** uma luta tão difícil, **tem todas** as condições de vencer muitas outras batalhas. (linha 28)

O Brasil **será** ainda mais vitorioso... Estamos lutando **fortemente** para **isso**. (linhas 87-88).

Na primeira vez em que aparece o termo *luta*, ele se refere à autossuficiência do país em petróleo, o que caracteriza semanticamente uma “conquista”, que seria o ato ou efeito de conquistar algo. Fica de lado o significado literal do termo *luta*, que seria o ato ou ação de combater algo com um esforço feito por duas pessoas, ou dois povos ou duas forças políticas para vencer um ao outro. A caracterização da conquista da autossuficiência em petróleo exclui o tom militante de outrora em que, realmente, havia embates corporais, violência e ataques efetivos contra os militantes. Além do mais, o modificador epistêmico no pretérito perfeito [*venceu*], anuncia que a ação *luta* foi momentânea e determinada no tempo passado, isto é, não é mais parte das ações do tempo presente do partido. A *luta* ou a *conquista* foi concluída.

A outra ocorrência do termo *luta* tem ligação com a expressão *O Brasil será ainda mais vitorioso no dia em que estas conquistas beneficiarem a todos os brasileiros*, que não tem um tom militante sindical e, novamente, nos remete a uma conquista. A ausência de conteúdo voltado para os termos ‘sindicalismo’ e ‘greve’, que foram substituídos por uma preocupação geral com o país, com o povo brasileiro, ao nosso ver, poderia ser uma percepção do partido de que o *ethos* anterior de militância poderia causar, no contexto mais atual, um certo temor em alguns auditórios. A atitude de optar por um discurso epistêmico mais prudente, no sentido de evitar a defesa de interesses de determinado grupo da sociedade, seja ele o grupo dos sindicalistas, dos oprimidos, dos explorados, ou dos grandes empresários e intelectuais bem sucedidos, e enaltecer a vertente de um partido que governa pensando no bem da sociedade como um todo, governando o país igualmente “*para todos*”, como dissemos anteriormente, pode propiciar um rompimento com o eleitorado mais à esquerda, mas pode fortalecer os vínculos com o empresariado, com pessoas de mercado de maneira geral e com o

eleitorado do centro-direita. Ao mesmo tempo em que poderia soar como uma imagem contraditória e incompatível para um grupo, poderia soar prudente ou justa para outro.

Como o tom discursivo nesta segunda fase é mais ameno e menos impositivo, percebe-se poucas marcas deônticas. No entanto, destacamos alguns termos, mas, como esses modalizadores marcam expressões de permissão de algo, propiciando o surgimento de uma aparência de arbitrariedade ou soberania do orador, notamos que o PT, ao contrário disso, procura criar, em seu discurso, uma imagem oposta:

O novo modelo **não poderá ser** produto de decisões **unilaterais** do governo, tal como ocorre hoje, **nem será** implementado **por decreto**, de modo **voluntarista**. **Será** fruto de uma ampla negociação nacional, **que deve** conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. (Anexo IV, linhas 50-53)

Os marcadores deônticos assinalados, ainda que incisivos, procuram mostrar um caráter flexível e de uma administração que verterá as decisões do governo para discussão e participação comunitária, com o objetivo de acolher os interesses de todos, sem deixar de assegurar o desenvolvimento e o progresso responsável do país. Pode-se considerar que essa imagem é persuasiva e capaz de propiciar adesões de variados matizes ideológicos, pois aponta para um *ethos* de partido que busca uma gestão igualitária para todos os governados, com responsabilidade financeira. Assim, nota-se novamente a exteriorização de uma política que visa à coletividade, voltada para o modelo de “governar para todos”. Tal imagem poderia ser considerada virtuosa, na face da *Areté*, segundo uma linha de raciocínio ou grupo ideológico que defenda uma gestão voltada para os interesses de toda a nação, não cabendo o privilégio de debruçar-se sobre os interesses de uma classe, em detrimento do interesse de outras. No entanto, é contraditório ao *ethos* apreendido na primeira fase, em que o tom arbitrário e militante em prol da defesa dos direitos e de melhores condições de vida operava em favor dos “trabalhadores” e “explorados”. Dito isso, passemos, por fim, às modalidades volitivas.

A imagem de si, marcada pela volição e caracterizada pela *areté*, traduz-se em um partido que mostra sua preocupação/engajamento com a reputação do país, pois além de almejar o crescimento, dedica-se também a prestar contas com seus fornecedores e parceiros, em geral:

Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores. (Anexo IV, linhas 122-123)

O caráter que surge por detrás do *querer*, complementado pelos termos *equilíbrio* e *prestar contas* mostra uma virtude dentro da *doxa* do mercado financeiro, além de revelar um *ethos* de gestor responsável, de honesto e de ambicioso no sentido de buscar o crescimento. São imagens virtuosas dentro da política e da economia de mercados, além de transmitir compromisso e segurança aos eleitores, em geral. Podemos apontar que alguns exemplos destacados anteriormente na modalidade enunciativa, voltada para a *areté*, também revelam uma imagem de virtude de um partido responsável e comprometido com o país. Vejamos:

Podemos reduzir de forma sustentada a taxa de juros. **Podemos** recuperar a capacidade de investimento público tão importante para alavancar o crescimento econômico... (Anexo IV, linhas 98-100)

Assim, o verbo *poder* pode ser entendido como uma marca da vontade e do desejo do partido de que os esforços se voltem para os desafios expostos. No entanto, a marca de volição apresentada anteriormente, em que o eixo principal da argumentação se voltava para a garantia dos direitos dos trabalhadores, sofre um apagamento. O eixo central da vontade agora se concentra em restabelecer a economia e manter o equilíbrio das contas. Nota-se uma imagem mais centrada no mercado financeiro, caracterizada por um tom ou estilo diferentes da fase anterior. Podemos lembrar que, como vimos na Seção 2.1.2, para Fiorin (2014), o estilo pode ser determinado pela recorrência dos temas escolhidos em seu discurso, na seleção lexical, no tom utilizado em suas alocações ou no tipo de imagens e argumentos empregados. Assim, em toda a análise da segunda fase, pudemos apontar o relevo dado pelo PT aos assuntos que se voltavam para as economias de mercado, contas públicas e responsabilidade fiscal.

Com isso, concluímos este capítulo que se dedicou às análises dos diferentes *ethè* do Partido dos Trabalhadores, utilizando como pano de fundo as teorias apresentadas nos capítulos 1 e 2, com auxílio dos índices de modalização. Notamos, em conformidade com nossas análises, que o PT adota posições *ethicas* diferenciadas em ambas as fases e, assim, faremos um apontamento sintetizado das principais diferenças apreendidas por nós, a seguir, nas considerações finais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressaltamos que este trabalho teve o objetivo de analisar como se deu a construção das diferentes (ou não) imagens do PT, a partir da comparação entre discursos de sua fundação e discursos postos em circulação em momentos posteriores, destacando as imagens que flutuaram no decorrer dos discursos, além de especular sobre algumas *possíveis* e diferentes adesões que os variados *ethè* partidários poderiam provocar junto à sociedade como um todo. Pode-se dizer que a pesquisa se propôs a desenvolver as análises reflexivas sobre os componentes argumentativos em termos de imagens ou *ethos*, apreendidas, discursiva e retoricamente, por meio dos índices de modalização.

Coerentemente com esses objetivos, no primeiro capítulo, fizemos uma retomada de conceitos importantes no campo da Retórica, da Argumentação e da Análise do Discurso, ancorando-nos, no que tange ao discurso político, em Charaudeau e Lamizet. No caso do entendimento das estratégias argumentativas e discursivas, dialogamos com a Retórica Clássica, de Aristóteles, e com a Análise do Discurso, de Amossy (dentre outros). Tais estudos teóricos tinham a finalidade de servir como parâmetro teórico-especulativo para a análise dos discursos efetuada no Capítulo 3. No segundo capítulo, buscamos fazer uma breve contextualização econômica, social e política do país. Além disso, para apreendermos, no âmbito sócio-político, quais eram as especulações sobre o Partido dos Trabalhadores, sobre suas possíveis mudanças discursivas, inclusive sobre a sua dita infidelidade aos ideais partidários originais, buscamos amparo em cientistas de áreas como a sociologia, a história e a política em si, que discutiam sobre essas transformações. Nessa perspectiva, no terceiro e último capítulo, procedemos à análise das imagens *ethicas* do Partido dos Trabalhadores apreendidas por meio dos índices de modalização no *corpus* por nós selecionado. Procuramos entender como se deu o processo persuasivo em torno da construção das imagens do Partido dos Trabalhadores, no sentido de apreendermos o que os textos mostravam-nos em termos de *ethos*, no sentido de contribuir para os debates atuais sobre o percurso trilhado pelo PT.

Concluimos, em nossas análises, que, de maneira geral, em termos de *Eúnoia*, os discursos da primeira fase apresentaram um *ethos* com as características que apontam para imagens de um partido mais sindicalista, classista e benevolente com os interesses das massas, dos trabalhadores, ao passo que, nos discursos da segunda fase, o *ethos* volta-se para uma aproximação mais geral com o povo. A benevolência é administrada para atender aos interesses de todos os cidadãos, sem a evidente distinção de classes de outrora. Além disso, busca-se um tom mais amável em detrimento do tom militante.

Em termos de *ethos* caracterizado pela *Phrónesis*, notamos, na primeira fase, um *ethos* voltado para a necessidade de se firmar como um partido autêntico e legítimo para defender os interesses sociais dos trabalhadores, ao passo que, na segunda fase, a preocupação de impor-se como competente volta-se para o campo financeiro, buscando, assim, mostrar provas de seu domínio na economia e nos mercados, talvez numa tentativa de apagar uma imagem prévia de inexperiência administrativa. Lembramos que ainda há uma preocupação com o social na segunda fase, embora seja agora vinculada à economia de forma responsável. Nota-se uma reformulação de sua imagem no sentido de mostrar-se mais flexível, com certo conhecimento de conjuntura política e econômica.

Voltando-nos para as imagens caracterizadas pela *Areté*, pudemos apontar que os discursos da primeira fase apresentaram uma imagem de partido que dicotomizava a enunciação em *trabalhador* e *elite*, *explorados* e *exploradores*. O tom ativista, militante e classista era exacerbado, o que era tido pelo auditório visado, à época, como uma virtude. Já na segunda fase, a dicotomia apresentada revela-se na contraposição do *modelo de governo anterior* (PSDB) e *o nosso modelo* (PT). A imagem classista cede lugar à uma imagem coletiva, nacionalista, com o sobressalto de um caráter de coalisão e união em busca de um *bem* tratado como sendo *comum* a todos os brasileiros, algo que o próprio partido repudiara na primeira fase.

Ao traçarmos um paralelo entre os discursos, percebemos que os principais argumentos da fase I se rompem na fase II. A questão da *luta dos oprimidos* contra *o governo e as classes dominantes* se transforma no objetivo de conduzir o país de forma *coletiva e com a união do povo* e, mesmo os que tenham os *mais variados matizes ideológicos* são agora considerados uma *soma* ao partido. O objeto *social* que outrora era uma condição *sine qua non* perde seu espaço nos discursos mais recentes, embora não tenha desaparecido totalmente, diante do estabelecimento de uma *economia sustentada e responsável*.

Dessa forma, constatamos a confirmação de uma mudança discursiva, conforme apontamentos de cientistas políticos e críticas em torno do PT, que indicassem a edificação de diferentes imagens a partir da comparação entre a primeira e a segunda fase. Constatamos também que uma ou outra imagem se manteve, porém com uma alteração no foco ou na intensidade, como, por exemplo, a imagem de preocupação com o social. Como vimos em nosso referencial, o sentido das identidades se altera na medida em que há um deslocamento de interesses. Dessa forma, conforme Lamizet (2014), deixa-se uma identidade quando se percebe a conveniência de apresentar-se com outra. Podemos, então, considerar que os partidos e todas as formas de instituição constroem e reconstróem o seu *ethos* por meio de sua

atuação ou de seus participantes. Isso nos leva a considerar que o *ethos* ou a imagem criada ou representada pelo PT não era estável também pelo fato de as análises se darem em discursos proferidos em diferentes circunstâncias históricas, políticas e de poder.

Por fim, é importante refletirmos sobre os possíveis impactos que os diferentes vieses ou as diferentes crenças políticas podem provocar no momento da solidificação de determinada imagem do orador. Diferentes auditórios podem entender que um mesmo argumento utilizado pelo PT pode propiciar imagens diferentes e, até mesmo, opostas, de forma que nossos apontamentos em termos de imagem e de efeitos possíveis são tratados como *possibilidade e especulação*. A pesquisa se ateve em demonstrar as mudanças do *ethos*, mas não ousamos tomar partido dos julgamentos apresentados (negativos ou positivos). Enfatizamos, por fim, que o presente trabalho foi apenas uma tentativa de contribuir com os debates ainda tão atuais na sociedade brasileira. Acreditamos, assim, que uma análise discursiva de legados simbólicos guardados em nossos arquivos, como aqueles de nosso *corpus*, poderia acrescentar algo de relevante, ao lado das opiniões políticas, reflexões históricas, partidárias ou sociológicas acerca de um fenômeno.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do Ethos*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. *EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.1. p. 129-144, Nov. 2011. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/eidea/revistas/revista1/eideaartigo12.pdf>. Acesso em: 20 set. 2014.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1998. 250 p. Trad. Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena.

AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*. Trad. Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Editora: Artes Médica, 1990.

BARBOSA, N. 10 Anos de Política Econômica. In: Emir Sader (org.). *10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013, p. 72-106

BARTHES, R. *Elements of Semiology*, 1967. In: Bauer. M. W. & Gaskell. G. (eds). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004. Título Original: *Qualitative Reserarching with Text, Image and Sound: a Practical Handbook*.

BALBACHEVSKY, E. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº 26, 1992. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451992000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 03 ago. 2015.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e Discurso*. Os modos de organização. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P. *Discurso Político*. São Paulo: Contexto, 2011.

EGGS, E. Ethos aristotélico, convicção e pragmática moderna. In: Ruth Amossy (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do Ethos*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 205.

FAUSTO, B. *A História do Brasil*. 14. ed. atual. e ampl. São Paulo: Editora da Universidade De São Paulo, 2012.

FIORIN, J. L. Semiótica Política. In: Strôngoli, M. T. Q. G. (Org.) *A (Des) Construção da Identidade Política: Discurso e Imaginário*. 1ª ed. São Paulo: Paulistana, 2014, cap. 3, p. 75-104.

GALINARI, M. M. As emoções no processo argumentativo. In: Ida Lúcia Machado, William Menezes, Emília Mendes (Orgs.) *As emoções no discurso*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2007a.

GALINARI, M. M. *A Era Vargas No Pentagrama: Dimensões Político-Discursivas do Canto Orfeônico de Villa-Lobos*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos. Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007b. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/ALDR-76KR43>. Acesso em: 12 ago. 2015.

GALINARI, M. M. *Logos, Ethos e Pathos: “Três Lados” da mesma Moeda*. *Alfa: Revista de Linguística*, São Paulo, vol. 58, n. 2, p.257-285, 2014a. Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/5779>. Acesso em: 01 dez. 2014.

GALINARI, M. M. *Modalização*. Hand-out elaborado para a disciplina Análise do Discurso, ofertada ao curso de Letras do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto. 2014b.

GALINARI, M. M. *Sobre Ethos e Ad: Tour Teórico, Críticas, Terminologias*. *Revista Delta- Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada*, vol. 28, n. 1 p. 51-68, 2012. Disponível em: revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/5528/14449. Acesso em: 10 abr. 2015.

IASI, M. L. *As metamorfoses da consciência de classe – o PT entre a negação e o consentimento*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2006.

IASI, M. L. *O escravo da Casa Grande e o desprezo pela esquerda*. 2014a. Disponível em: <http://blogdaboitempo.com.br/2014/06/16/o-escravo-da-casa-grande-e-o-desprezo-pela-esquerda/>. Acesso em: 10 fev. 2016.

IASI, M. L. *O PT e a Revolução Burguesa no Brasil*. 2014b. Disponível em <https://docs.google.com/file/d/0B_s4202oxQXfNzKxN2hWb2VQSIE/edit?pli=1>. Acesso em 11 fev. 2016.

INCISA, L. *Populismo*. In: Norberto Bobbio. Nicola Matteucci. Gianfranco Pasquino. (org.). *Dicionário de Política*. 13ª ed. Vol 2. Tradução de Carmen C. Varriali et al. Brasília: Editora da UNB, 2010. P. 980-986.

LAMIZET, B. *Identidades Políticas*. In: Strôngoli, M. T. Q. G. (Org.) *A (Des) Construção da Identidade Política*. Discurso e Imaginário. 1ª ed. São Paulo: Paulistana, 2014, cap. 1, p. 11-63.

LESSA, C. H. *Marcação e Destituição De Identidade Político-Discursiva em Ensaio de Intelectuais de Esquerda: Valores, Imaginários e a Projeção de Auto e Hetero-Imagens*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ALDR-7U8PT2/1215d.pdf?sequence=1>. Acesso em: 19 nov. 2014.

MACHADO, I. L. *Breves considerações sobre Índices de Modalização e Práticas de Leitura*. *Caligrama: Revista de Estudos Românicos*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, v. 6, p. 63-77, 2001. Disponível em:

<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/caligrama/article/view/343/292>. Acesso em: 04 out. 2015.

MAINGUENEAU, D. Ethos, Cenografia e Incorporação. In: Amossy, Ruth. (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do Ethos*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2008. Cap. 3, p. 69-92.

MATTOSO, J. Dez Anos depois. In: Emir Sader (org.). *10 Anos de Governos Pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma*. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO, 2013, p. 115-125.

NEVES, M. H. M. Imprimir marcas no enunciado. Ou: a modalização na linguagem. In: Neves, M. H. M. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 151-221.

NOBRE, M. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PETIT, P. A esquerda petista, os intelectuais e o governo Lula. In: Dias, R. Márcia; Perez, S.; M. José (org.) *Antes do vendaval - um diagnóstico do governo Lula antes da crise política*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 179-220.

PETRAS, J. “Novos ventos de esquerda” ou ar quente de uma nova direita? Disponível em <www.pstu.org.br>. Acesso em 20 nov. 2014.

REBOUL, O. *Introdução à Retórica*. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004. Título Original: *Introduction à la rhétorique*.

REIS, D. A. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

REIS, D. A. O Partido dos Trabalhadores – trajetória, metamorfoses, perspectivas. 2007. Disponível em: <http://www.historia.uff.br/culturaspoliticadas/files/daniel4.pdf>. Acesso em: 06 out. 2014.

SADER, E. Brasil: A Esquerda e o Governo Lula. 2005. Disponível em: <http://www.voltairenet.org/article125237.html>. Acesso em: 08 set. 2015.

SAFATLE, V. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

SERRA, P. A credibilidade política na sociedade mediatizada. In: Serra, Paulo (Org.). *Retórica e Política*. Covilhã: UBI, LabCom, 2015.

SINGER, A. Brasil, 19 Fev. 2010. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,pt-tera-que-se-reposicionar-diante-do-lulismo-diz-andre-singer,513435>. Entrevista concedida a Caio Quero – BBC.

SINGER, A. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VIANNA, L. W. *Esquerda brasileira e tradição republicana – Estudos de conjuntura sobre a era FHC – Lula*. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

ANEXOS

Anexo I – Carta de Princípios do Partido dos Trabalhadores – 1º de maio de 1979	130
Anexo II – Manifesto Aprovado pelo Movimento Pró-PT – 10 de fevereiro de 1980.....	137
Anexo III – Carta Aberta ao Povo Brasileiro – 04 a 06 de dezembro de 1987	140
Anexo IV – Carta ao Povo Brasileiro – 22 de junho de 2002.....	141
Anexo V - Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e televisão, por ocasião do Dia do Trabalhador – 30 de abril de 2006	146
Anexo VI – Pronunciamento do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em cadeia de rádio e televisão, por ocasião do Dia do Trabalhador – 29 de abril de 2010	149

1 **Anexo I - Carta de Princípios**

2 *Anterior ao Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores, a Carta de Princípios foi*
3 *lançada publicamente no dia 1º de maio de 1979.*

4 A idéia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a
5 própria classe trabalhadora.

6 Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as
7 classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à
8 parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e
9 de privilégios das classes dominantes.

10 Mas sempre que as lideranças dos trabalhadores e oprimidos se lançam à tarefa de
11 construir essa organização independente de sua classe, toda sorte de obstáculos se contrapõe a
12 seus esforços.

13 Essa situação vivida milhares de vezes em todos os países do mundo vem
14 acontecendo agora no Brasil. Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre estiveram
15 submetidos, os trabalhadores de nosso país deram início, em 12 de maio do ano passado
16 (greve da Scania), a sua luta emancipadora. Desde então, o operariado e os setores
17 proletarizados de nossa população vêm desenvolvendo uma verdadeira avalanche pela
18 melhoria de suas condições de vida e de trabalho. A experiência dessas lutas tem como
19 resultado um visível amadurecimento político da população trabalhadora e o crescimento, em
20 quantidade e qualidade, de suas lideranças.

21 Esse rápido amadurecimento político pode ser visto claramente no aprimoramento
22 das formas de luta de que os trabalhadores têm lançado mão. O início das lutas é marcado por
23 um período de greves brancas nas fábricas. Já os embates mais recentes, dos quais a greve
24 geral metalúrgica do ABCD é o melhor exemplo, mostram a retomada, em toda a linha, das
25 formas clássicas de luta: grandiosidade das assembléias gerais, a ação decisiva dos piquetes e
26 dos fundos de greve.

27 Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas que suas reivindicações
28 mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores, e é por isso, dialeticamente, que
29 vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes.
30 Diante da força da greve do ABCD, os patrões e o governo precisaram dar-se as mãos para
31 impedir o fim da política do arrocho salarial e o fim das estruturas semifascistas que tangem
32 nossos sindicatos. Os patrões usam de todos os meios a seu alcance para quebrar a unidade

33 dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no
34 período das greves fabris. O governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e
35 suas direções destituídas oficialmente, enquanto nas ruas a polícia persegue os piquetes e
36 tenta impedir, pela violência, que os trabalhadores consigam local para se reunir.

37 Por seu lado, o apoio que os metalúrgicos conseguem dos demais trabalhadores,
38 embora seja suficiente para impedir que a repressão se aprofunde e faça produzir um recuo
39 parcial, carece de maior conseqüência, devido, é claro, não à inexistência de um espírito de
40 solidariedade, mas sim devido às limitações do movimento sindical e à inexistência de sua
41 organização política. Tanto isso é verdade que as lideranças da greve são obrigadas a se
42 escorar no apoio, muitas vezes duvidoso, de aliados ocasionais, saídos do campo das classes
43 médias e da própria burguesia.

44 Não puderam os trabalhadores expressar de modo mais conseqüente todo o seu
45 apoio aos grevistas do ABCD, e essa impotência tenderá a continuar enquanto eles mesmos
46 não se organizarem politicamente em seu próprio partido.

47 É por isso que a idéia de um partido dos trabalhadores, ressurgindo no bojo das
48 greves do ano passado e anunciado na reunião intersindical de Porto Alegre, em 19 de janeiro
49 de 1979, tende a ganhar, hoje, uma irresistível popularidade. Porque se trata, hoje, mais do
50 que nunca, de uma necessidade objetiva para os trabalhadores.

51 Cientes disso também é que setores das classes dominantes se apressam a sair a
52 campo com suas propostas de PTB. Mas essas propostas demagógicas já não conseguem
53 iludir os trabalhadores, que, nem de longe, se sensibilizaram com elas. Esse fato comprova
54 que os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas fórmulas políticas elaboradas para
55 eles. Agora, chegou a vez de o trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu
56 futuro. Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque
57 acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e
58 devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas
59 procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o
60 conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos
61 insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do
62 PT.

63 O povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre
64 os rumos do país. E não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia
65 sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são as verdadeiras classes
66 produtoras do país.

67 É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos
68 patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o
69 acesso às conquistas da civilização e à plena participação política a nosso povo. Os males
70 profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por
71 uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da Nação. O instrumento capaz de
72 propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir
73 esta tarefa histórica, organizando por toda parte os núcleos elementares desse partido.

74 1. A sociedade brasileira vive, hoje, uma conjuntura política altamente
75 contraditória e, sob muitos aspectos, decisiva quanto a seu futuro a médio e longo prazos.
76 Vista do ângulo dos interesses das amplas massas exploradas, desde sempre marginalizadas
77 material e politicamente em nosso país e principais vítimas do regime autoritário que vigora
78 desde 1964, a conjuntura revela tendências extremamente promissoras de um futuro de
79 liberdades e de conquistas de melhores condições de vida. Dentre as tendências auspiciosas,
80 destaca-se a emergência de um movimento de trabalhadores que busca afirmar sua autonomia
81 organizatória e política face ao Estado e às elites políticas dominantes. Esse é, sem dúvida
82 alguma, o elemento inovador e mais importante da nova etapa histórica que se inaugura no
83 Brasil, hoje.

84 Contudo, a par dos dados auspiciosos da conjuntura política, coexistem também
85 perigosos riscos, que podem levar as lutas populares a novas e fragorosas derrotas. Aqui, cabe
86 destacar que o processo chamado de abertura política está sendo promovido pelos mesmos
87 grupos que sustentaram e defenderam o regime hoje em crise. Com a evidente exaustão de
88 amplos setores sociais com o regime vigente no país e com a crise econômica que abalou a
89 estabilidade dos grupos dominantes que controlam o aparelho de Estado, os detentores do
90 poder procuram agora, e até este momento com relativo êxito, reformar o regime de cima para
91 baixo. Vale dizer, pretendem reformar alguns aspectos do regime, mantendo o controle do
92 Estado, a fim de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico, que só a eles
93 interessa e que se baseia, sobretudo, na superexploração das massas trabalhadoras, através do
94 modelo econômico do qual sobressai o arrocho salarial.

95 Já está demais evidente que o novo governo militar pretende manter a
96 continuidade dessa mesma política econômica ditada pelo capital financeiro internacional,
97 agravada agora pelos planos de austeridade e recessão que já se esboçam. Isso significa que o
98 sofrimento, a miséria material e a opressão política sobre a população trabalhadora tenderão a
99 se manter e aprofundar.

100 O que significa Estado de Direito com salvaguardas? O que pretendem com
101 anistia restrita? O que visam com a propalada reforma da CLT [Consolidação das Leis do
102 Trabalho] e a da Lei de Greve, urdidadas secretamente? Qual o sentido da diminuição das penas
103 previstas na Lei de Segurança Nacional e da preservação do espírito que informa essa mesma
104 Lei? Esses e tantos outros fatos indicam que o regime busca reformar-se tentando atrair para
105 seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos oposicionistas, com vista a impedir
106 que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais
107 importante, sua concepção de democracia.

108 Em poucas palavras, pretendem promover uma conciliação entre os de cima,
109 incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos de baixo, as massas
110 trabalhadoras do campo e da cidade.

111 2. Essas afirmações não ignoram o fato de que o MDB foi utilizado pelas massas
112 para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio. Tampouco pretendem ignorar a
113 existência, entre seus quadros, de políticos honestamente comprometidos com as lutas
114 populares.

115 Isso, no entanto, não pode impedir e não nos impede de apontar as limitações que
116 o MDB – partido de exclusiva atuação parlamentar – impõe às lutas populares por melhores
117 condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação popular. O MDB,
118 por sua origem, por sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa
119 pró-capitalista, mas sobretudo por sua composição social essencialmente contraditória, em
120 que se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários,
121 enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e nas quais, logicamente, prevalecem
122 em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que
123 levantam algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que
124 insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de
125 nossas classes dominantes.

126 Aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de
127 elites liberais conservadoras, o MDB tem-se revelado, num passado recente, um conduto
128 impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras. Está na
129 memória dos trabalhadores a conduta vacilante de parcelas significativas de seus quadros
130 quando da votação da emenda Accioly, da lei antigreve e de outras medidas de interesse dos
131 trabalhadores.

132 Apegado a uma crítica formalista e jurídicista do regime autoritário, o MDB tem-
133 se revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam, de fato, nos interesses das
134 massas trabalhadoras.

135 Amplios setores das elites políticas e intelectuais das camadas médias da
136 população têm afirmado que “não soou a hora” de se dividir a oposição articulada no interior
137 do MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada.

138 Rechamos com veemência tal argumento. Primeiro, porque em momento algum
139 podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a
140 uma direção liberal conservadora, de extração privilegiada economicamente. Segundo, porque
141 não podemos aceitar que a frente das oposições se mantenha à custa do silêncio político da
142 massa trabalhadora, único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva.

143 Tampouco consideramos que a existência de partidos políticos populares venha a
144 contribuir para romper uma efetiva frente da luta dos verdadeiros democratas. O PT considera
145 imprescindível que todos os setores sociais e correntes políticas interessados na luta pela
146 democratização do país e na luta contra o domínio do capital monopolista unifiquem sua ação,
147 estabelecendo frentes interpartidárias que objetivem conquistas comuns imediatas e envolvam
148 não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que
149 abranja todos os aspectos da vida nacional.

150 3. O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente, que, tendo
151 transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas
152 empresas e os recursos do Estado, em geral, como molas mestras da acumulação capitalista. O
153 Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas estatais a sua função de atendimento
154 das necessidades populares e o desligamento das empresas estatais do capital monopolista.

155 O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra
156 dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e
157 consciente e que, como classe explorada, jamais deverão esperar da atuação das elites
158 privilegiadas a solução de seus problemas.

159 O PT entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma
160 democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a
161 participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e
162 descomprometido com a resolução dos problemas que afligem nosso povo e de pronto será
163 derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação – tão comuns na história
164 brasileira. Por isso, o PT proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia
165 efetivamente estável é a das massas exploradas do campo e das cidades.

166 O PT entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os
167 trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de
168 organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o PT proclama que
169 sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo
170 maior, que é estimular e aprofundar a organização das massas exploradas. O PT não surge
171 para dividir o movimento sindical, muito ao contrário, surge exatamente para oferecer aos
172 trabalhadores uma expressão política unitária e independente na sociedade. E é nessa medida
173 que o PT se tornará, inevitavelmente, um instrumento decisivo para os trabalhadores na luta
174 efetiva pela liberdade sindical.

175 O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência
176 sindical, reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da luta pela independência
177 política desses mesmos trabalhadores. Afirma, outrossim, que buscará apoderar-se do poder
178 político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados
179 pelas próprias massas trabalhadoras com vista a uma primordial democracia direta. Ao
180 anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os
181 trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do
182 país.

183 Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo,
184 sobretudo as manipulações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu
185 interior, representantes das classes exploradoras. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um
186 partido sem patrões!

187 As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que, hoje, sejam
188 anunciadas “sem erros do passado” ou “de baixo para cima”, não passam de propostas de
189 arregimentação dos trabalhadores para defesa de interesses de setores do empresariado
190 nacional. Se o empresariado nacional quer construir seu próprio partido político, apelando
191 para sua própria clientela, nada temos a opor, porém denunciaremos suas tentativas de iludir os
192 trabalhadores brasileiros com seus rótulos e apelos demagógicos e de querer transformá-los
193 em massa de manobra para seus objetivos.

194 O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos
195 Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar
196 com a relação de exploração do homem pelo homem.

197 O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado
198 dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores –
199 bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóia-frias, profissionais liberais,

200 estudantes etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades
201 democráticas e por participação política.

202 O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente
203 pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo. Um
204 partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio,
205 democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá
206 respeitando o direito das minorias de expressar seus pontos de vista. Respeitará o direito à
207 fração e às tendências, ressaltando apenas que as inscrições serão individuais. Como
208 organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência de
209 massas, que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores
210 populares, em especial dos trabalhadores, o PT irá promover amplo debate de suas teses e
211 propostas de forma a que se integrem nas discussões:

- 212 • lideranças populares, mesmo que não pertençam ao partido;
- 213 • todos os militantes, trazendo, inclusive, para o interior do debate partidário
- 214 proposições de quaisquer setores organizados da sociedade e que se considerem relevantes
- 215 com base nos objetivos do PT.

216 O PT declara-se comprometido e empenhado na tarefa de colocar os interesses
217 populares na cena política e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas e dos
218 movimentos sociais. Para esse fim, o Partido dos Trabalhadores pretende implantar seus
219 núcleos de militantes em todos os locais de trabalho, em sindicatos, bairros, municípios e
220 regiões.

221 O PT manifesta alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas
222 oprimidas do mundo.

223 A Comissão Nacional Provisória

224 1º de Maio de 1979

1 **Anexo II – Manifesto Aprovado pelo Movimento Pró-PT**

2 *Aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e*
3 *publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980.*

4 O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de
5 brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante
6 lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma
7 conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

8 A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem
9 sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo
10 começam a se fazer ouvir por meio de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a
11 riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus
12 interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas
13 mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma
14 sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo
15 capitalismo.

16 **Nascendo das lutas sociais**

17 Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida
18 pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições
19 de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu
20 que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos,
21 moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres,
22 negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender
23 seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o
24 atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

25 Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos
26 trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas, tendo de
27 enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política,
28 começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas

29 imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do
30 povo trabalhador.

31 Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão
32 dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus
33 problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

34 **Por um partido de massas**

35 O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos
36 trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos
37 comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce,
38 portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a
39 liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo.
40 Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo
41 formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os
42 explorados.

43 Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT
44 pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista.
45 Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos
46 a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de
47 todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas,
48 principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir
49 uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e
50 cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

51 Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles
52 comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência,
53 queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja
54 direção e programa sejam decididos em suas bases.

55 **Pela participação política dos trabalhadores**

56 Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só
57 beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os
58 mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por

59 todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos
60 e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

61 Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua
62 regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais
63 permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação
64 cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos
65 populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e
66 tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

67 O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente
68 pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades
69 parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas.

70 Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios
71 partidos políticos.

72 O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza
73 produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido
74 aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem
75 estar da coletividade. Para isso é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos
76 interesses populares. Mas esses interesses não prevalecerão enquanto o poder político não
77 expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se
78 efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da
79 sociedade.

80 Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o
81 povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for
82 dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade,
83 o que só será possível quando se criarem condições de livre intervenção dos trabalhadores nas
84 decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado
85 para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano
86 econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo
87 possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. O PT
88 manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

1 **Anexo III - Brasil, Urgente! Lula Presidente! Carta Aberta ao Povo Brasileiro**

2 O PT apresenta ao povo brasileiro o seu candidato à Presidência da República:
3 Luiz Inácio Lula da Silva.

4 O PT tem coragem de dizer a todos os brasileiros que, neste momento difícil,
5 existem saídas para a grave crise que foi criada pelos poderosos da Velha e da Nova
6 República.

7 O PT chama você a participar dessa briga para que a vontade do povo trabalhador
8 possa prevalecer acima dos interesses dos banqueiros, latifundiários, grandes industriais e
9 militares.

10 Nosso povo vive dias difíceis. A inflação reduz o poder de compra dos salários.
11 As medidas do Governo Sarney promovem o desemprego. Não se criam novas oportunidades
12 de trabalho para a juventude.

13 Essa situação tem razões que o PT quer novamente denunciar. O Governo Sarney
14 atendeu às exigências do FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI), bloqueou o
15 caminho da reforma agrária e pratica o arrocho salarial. A Nova República traiu as promessas
16 feitas na campanha das diretas em 84, mas os trabalhadores e o povo brasileiro demonstram
17 disposição de não mais continuar aceitando os desmandos deste Governo. Greves de
18 portuários, metalúrgicos, servidores públicos e outras categorias têm ocorrido em todo o país,
19 manifestando um claro desejo de acabar definitivamente com a farsa da Nova República,
20 apesar da repressão.

21 Embora ludibriados nas eleições de 86, os trabalhadores e o povo brasileiro não
22 desistiram de lutar por uma Constituição democrática, que reconheça os direitos populares e
23 que abra espaço à Reforma Agrária. Essa luta deu alguns resultados: a redução do mandato
24 ilegítimo de José Sarney e a inclusão de algumas reivindicações dos trabalhadores no projeto
25 da Comissão de Sistematização. Isso não está garantido. Todos sabem como os reacionários,
26 os conservadores reagiram a esses resultados: organizaram o tal centrão e modificaram as
27 regras do jogo do Congresso Constituinte.

28 Ninguém pode aceitar esse caminho! Vamos garantir os direitos do povo na
29 Constituição. Vamos sair às ruas para impedir que Sarney permaneça no poder por mais de 4
30 anos. Vamos às ruas para lutar pelos direitos dos trabalhadores, pela estabilidade, pelas 40
31 horas, pelo direito à moradia, pela reforma agrária, contra o pagamento da dívida externa.

32 Trabalhar pela candidatura de Lula é lutar pela conquista desses direitos.

1 **Anexo IV - Carta ao povo brasileiro**

2 O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar
3 o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há
4 em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político.

5 Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar
6 esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é
7 enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas
8 fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas.

9 Nosso povo constata com pesar e indignação que a economia não cresceu e está
10 muito mais vulnerável, a soberania do país ficou em grande parte comprometida, a corrupção
11 continua alta e, principalmente, a crise social e a insegurança tornaram-se assustadoras.

12 O sentimento predominante em todas as classes e em todas as regiões é o de que o
13 atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar
14 numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso
15 econômico, social e moral.

16 O mais importante, no entanto, é que essa percepção aguda do fracasso do atual
17 modelo não está conduzindo ao desânimo, ao negativismo, nem ao protesto destrutivo. Ao
18 contrário: apesar de todo o sofrimento injusto e desnecessário que é obrigada a suportar, a
19 população está esperançosa, acredita nas possibilidades do país, mostra-se disposta a apoiar e
20 a sustentar um projeto nacional alternativo, que faça o Brasil voltar a crescer, a gerar
21 empregos, a reduzir a criminalidade, a resgatar nossa presença soberana e respeitada no
22 mundo.

23 A sociedade está convencida de que o Brasil continua vulnerável e de que a
24 verdadeira estabilidade precisa ser construída por meio de corajosas e cuidadosas mudanças
25 que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer. A nítida preferência
26 popular pelos candidatos de oposição que tem esse conteúdo de superação do impasse
27 histórico nacional em que caímos, de correção dos rumos do país.

28 A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um
29 movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação
30 independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados
31 matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil.
32 Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas

33 significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta
34 coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.

35 O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo,
36 seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade
37 externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de
38 consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica
39 com políticas sociais consistentes e criativas. O caminho das reformas estruturais que de fato
40 democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais
41 competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a
42 produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências
43 energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista
44 e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública.

45 O PT e seus parceiros têm plena consciência de que a superação do atual modelo,
46 reclamada enfaticamente pela sociedade, não se fará num passe de mágica, de um dia para o
47 outro. Não há milagres na vida de um povo e de um país.

48 Será necessária uma lúcida e criteriosa transição entre o que temos hoje e aquilo
49 que a sociedade reivindica. O que se desfez ou se deixou de fazer em oito anos não será
50 compensado em oito dias. O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do
51 governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista.
52 Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo
53 país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade.

54 Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações
55 do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse
56 contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação.

57 À parte manobras puramente especulativas, que sem dúvida existem, o que há é
58 uma forte preocupação do mercado financeiro com o mau desempenho da economia e com
59 sua fragilidade atual, gerando temores relativos à capacidade de o país administrar sua dívida
60 interna e externa. É o enorme endividamento público acumulado no governo Fernando
61 Henrique Cardoso que preocupa os investidores.

62 Trata-se de uma crise de confiança na situação econômica do país, cuja
63 responsabilidade primeira é do atual governo. Por mais que o governo insista, o nervosismo
64 dos mercados e a especulação dos últimos dias não nascem das eleições.

65 Nascem, sim, das graves vulnerabilidades estruturais da economia apresentadas
66 pelo governo, de modo totalitário, como o único caminho possível para o Brasil. Na verdade,
67 há diversos países estáveis e competitivos no mundo que adotaram outras alternativas.

68 Não importa a quem a crise beneficia ou prejudica eleitoralmente, pois ela
69 prejudica o Brasil. O que importa é que ela precisa ser evitada, pois causará sofrimento
70 irreparável para a maioria da população. Para evitá-la, é preciso compreender que a margem
71 de manobra da política econômica no curto prazo é pequena.

72 O Banco Central acumulou um conjunto de equívocos que trouxeram perdas às
73 aplicações financeiras de inúmeras famílias. Investidores não especulativos, que precisam de
74 horizontes claros, ficaram intranqüilos. E os especuladores saíram à luz do dia, para pescar em
75 águas turvas.

76 Que segurança o governo tem oferecido à sociedade brasileira? Tentou aproveitar-
77 se da crise para ganhar alguns votos e, mais uma vez, desqualificar as oposições, num
78 momento em que é necessário tranqüilidade e compromisso com o Brasil.

79 Como todos os brasileiros, quero a verdade completa. Acredito que o atual
80 governo colocou o país novamente em um impasse. Lembrem-se todos: em 1998, o governo,
81 para não admitir o fracasso do seu populismo cambial, escondeu uma informação decisiva. A
82 de que o real estava artificialmente valorizado e de que o país estava sujeito a um ataque
83 especulativo de proporções inéditas.

84 Estamos de novo atravessando um cenário semelhante. Substituímos o populismo
85 cambial pela vulnerabilidade da âncora fiscal. O caminho para superar a fragilidade das
86 finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma
87 substituição competitiva de importações no curto prazo.

88 Aqui ganha toda a sua dimensão de uma política dirigida a valorizar o
89 agronegócio e a agricultura familiar. A reforma tributária, a política alfandegária, os
90 investimentos em infra-estrutura e as fontes de financiamento públicas devem ser canalizadas
91 com absoluta prioridade para gerar divisas.

92 Nossa política externa deve ser reorientada para esse imenso desafio de promover
93 nossos interesses comerciais e remover graves obstáculos impostos pelos países mais ricos às
94 nações em desenvolvimento.

95 Estamos conscientes da gravidade da crise econômica. Para resolvê-la, o PT está
96 disposto a dialogar com todos os segmentos da sociedade e com o próprio governo, de modo a
97 evitar que a crise se agrave e traga mais aflição ao povo brasileiro.

98 Superando a nossa vulnerabilidade externa, poderemos reduzir de forma
99 sustentada a taxa de juros. Poderemos recuperar a capacidade de investimento público tão
100 importante para alavancar o crescimento econômico.

101 Esse é o melhor caminho para que os contratos sejam honrados e o país recupere a
102 liberdade de sua política econômica orientada para o desenvolvimento sustentável.

103 Ninguém precisa me ensinar a importância do controle da inflação. Iniciei minha
104 vida sindical indignado com o processo de corrosão do poder de comprar dos salários dos
105 trabalhadores.

106 Quero agora reafirmar esse compromisso histórico com o combate à inflação, mas
107 acompanhado do crescimento, da geração de empregos e da distribuição de renda, construindo
108 um Brasil mais solidário e fraterno, um Brasil de todos.

109 A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um
110 círculo vicioso entre metas de inflação baixas, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento
111 da dívida pública.

112 O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando
113 dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de
114 nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo à
115 capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade
116 da economia.

117 Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma
118 tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para
119 o setor produtivo e para a exportação brasileira.

120 A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um
121 meio.

122 Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos
123 nossos credores.

124 Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a
125 dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar os seus
126 compromissos.

127 Mas é preciso insistir: só a volta do crescimento pode levar o país a contar com
128 um equilíbrio fiscal consistente e duradouro. A estabilidade, o controle das contas públicas e
129 da inflação são hoje um patrimônio de todos os brasileiros. Não são um bem exclusivo do
130 atual governo, pois foram obtidos com uma grande carga de sacrifícios, especialmente dos
131 mais necessitados.

132 O desenvolvimento de nosso imenso mercado pode revitalizar e impulsionar o
133 conjunto da economia, ampliando de forma decisiva o espaço da pequena e da microempresa,
134 oferecendo ainda bases sólidas par ampliar as exportações. Para esse fim, é fundamental a
135 criação de uma Secretaria Extraordinária de Comércio Exterior, diretamente vinculada à
136 Presidência da República.

137 Há outro caminho possível. É o caminho do crescimento econômico com
138 estabilidade e responsabilidade social. As mudanças que forem necessárias serão feitas
139 democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e
140 mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um Compromisso pela Produção,
141 pelo emprego e por justiça social.

142 O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O
143 país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdidas. O Brasil precisa
144 navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. É com essa convicção que
145 chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unirem em torno de um programa de
146 mudanças corajosas e responsáveis.

147 Luiz Inácio Lula da Silva
148 São Paulo, 22 de junho de 2002

1 **Anexo V - Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da**
2 **Silva, em cadeia nacional de rádio e TV, sobre as comemorações do Dia do Trabalhador**
3 **- 30 de abril de 2006**

4 Minhas amigas e meus amigos,

5 Amanhã é primeiro de maio. É o dia daquele que constrói o mundo: o trabalhador.
6 E da atividade humana mais nobre: o trabalho.

7 Este primeiro de maio tem para mim um significado especial, porque coincide
8 com o momento em que o Brasil celebra uma vitória histórica do trabalhador brasileiro: a
9 conquista da auto-suficiência em petróleo. E coincide, também, com uma série de outras
10 vitórias que o trabalhador tem conseguido, com muito esforço, no nosso país.

11 A auto-suficiência em petróleo é resultado do trabalho de várias gerações. O meu
12 governo teve a felicidade de contribuir para esta vitória, porém ninguém é mais responsável
13 por ela do que o trabalhador brasileiro, que a construiu de forma heróica, em mais de meio
14 século.

15 Como tudo que é feito de forma coletiva e solidária, a auto-suficiência trará
16 benefícios para todos. A partir de agora, estamos livres tanto de crises de abastecimento como
17 de oscilações agudas no preço do petróleo. A auto-suficiência vai nos ajudar, também, a
18 aumentar nossas reservas e a economizar recursos para melhorar a vida do nosso povo.

19 Com ela, o Brasil amplia sua inserção soberana no mundo. É mais um marco de
20 independência, como foi, igualmente, a nossa decisão de zerar a dívida com o FMI. Com estas
21 conquistas, estamos reduzindo a nossa vulnerabilidade externa e nos tornando mais fortes e
22 mais livres.

23 Meus amigos e minhas amigas,

24 Temos que ver a auto-suficiência em petróleo como um símbolo que aponta para
25 o futuro e nos cobra outras conquistas. Um símbolo de otimismo e de vitória sobre o discurso
26 derrotista que domina certos setores da vida nacional.

27 Se o Brasil venceu uma luta tão difícil, tem todas as condições de vencer muitas
28 outras batalhas. Com esforço e determinação, poderemos, sem dúvida, conseguir melhorar
29 ainda mais a qualidade da educação, da saúde, e de várias outras áreas, transformando por
30 completo a vida das famílias brasileiras.

31 É impossível fazer tudo isso em um prazo muito curto, mas em 39 meses de
32 governo temos avançado bastante nesta direção. No nosso país, o social agora é tratado

33 efetivamente como eixo do desenvolvimento. Seja através de modernos programas de
34 transferência de renda, seja através do apoio ao pequeno e médio empreendedor.

35 Para ficar em poucos exemplos, basta lembrar que nos últimos três anos, tiramos
36 mais de 3 milhões de pessoas da miséria. Só no setor privado, geramos quase quatro milhões
37 de empregos com carteira assinada. O Bolsa Família está acabando com a fome e a
38 desnutrição de 36 milhões de pessoas. E o crédito é uma realidade cada vez mais acessível ao
39 povo brasileiro.

40 Minhas amigas e meus amigos,

41 Estamos acostumados a medir os resultados da vida com números e tabelas. Elas
42 indicam os ganhos e as perdas; E o que aumenta e o que diminui. Muita coisa ainda precisa
43 melhorar no Brasil, mas nos últimos três anos a balança se inverteu em favor do brasileiro
44 comum, em especial do trabalhador.

45 Vejam: aumentou o emprego, a massa salarial, o salário mínimo, o micro-
46 crédito e a poupança interna. Diminuiu a inflação, a dívida externa e os juros para
47 trabalhadores e aposentados.

48 Tem aumentado a produção industrial, as exportações e a balança comercial. Tem
49 diminuído o risco-Brasil, a taxa de juros e a inadimplência.

50 Aumentou a produção de petróleo, a geração e a transmissão de energia e o
51 movimento do comércio. Diminuiu o fechamento de fábricas, a destruição das florestas e os
52 problemas de abastecimento.

53 Aumentaram os programas sociais, o investimento no ensino básico, as escolas
54 técnicas e as universidades federais. Diminuiu o analfabetismo, a evasão escolar e a
55 mortalidade infantil.

56 Tudo isso não acontece por acaso. Mas sim porque temos um projeto de nação e
57 um plano de governo. Isso acontece porque sabemos o que queremos e para aonde estamos
58 caminhando.

59 Meu amigo trabalhador e minha amiga trabalhadora,

60 Como ex-líder sindical, tenho a felicidade de poder dizer a vocês que depois de
61 décadas de perdas constantes, vivemos, hoje, num país onde a massa salarial voltou a crescer
62 e 90% dos acordos salariais estão sendo feitos acima da inflação.

63 Está tudo uma maravilha? Não. Muita coisa ainda precisa ser feita. Mas as
64 pessoas sentem sua vida melhorando e mais perspectiva de futuro. Sei que o valor do mínimo
65 ainda está longe do ideal, mas este ano já foi possível dar um aumento bem melhor e antecipar
66 o pagamento para o mês de abril.

67 Depois de garantirmos a estabilidade, e conseguirmos o mais baixo índice de
68 inflação dos últimos tempos, estamos agora reduzindo os juros em ritmo constante e sem
69 sobressaltos. Este mês, por exemplo, o Banco Central aplicou a sétima baixa consecutiva na
70 taxa Selic. E esta tendência vai continuar, estimulando a produção e melhorando o nosso
71 Índice de crescimento.

72 Meus amigos e minhas amigas,

73 Cada vez mais me convenço que a nossa principal riqueza é o trabalhador. E
74 quando falo trabalhador, falo de todos os brasileiros e brasileiras que nas mais diferentes
75 profissões constroem a riqueza desta nação.

76 Quero garantir a todos, e em especial à nossa juventude, que vamos continuar
77 investindo fortemente no setor produtivo e no setor social. Vamos dar ainda mais ênfase à
78 educação e ao desenvolvimento tecnológico. Vamos continuar agindo com responsabilidade,
79 porém com muita sensibilidade. Hoje podemos investir mais porque criamos as condições
80 para isso. Porém sem comprometer o equilíbrio fiscal e o controle da inflação.

81 O Brasil é um país vitorioso. A auto-suficiência em petróleo é um exemplo disso.
82 Poucos países, no mundo, conseguiram este feito. E na hora que atingimos este marco já
83 temos uma meta mais ambiciosa pela frente: a de sermos o país que vai revolucionar o uso da
84 bioenergia. Pois com a utilização do biodiesel, do álcool, e de outras fontes alternativas,
85 vamos nos transformar na maior matriz energética do mundo.

86 O Brasil será ainda mais vitorioso no dia em que estas conquistas beneficiarem a
87 todos os brasileiros. Estamos lutando fortemente para isso. E graças a Deus e a muito trabalho
88 temos conseguido bons resultados. Ao contrário do que se dizia, estamos provando que
89 distribuição de renda faz o país crescer.

90 A você, companheira e companheiro trabalhador, deixo o meu mais carinhoso
91 abraço.

92 Sei que temos ainda muito o que fazer, mas não posso deixar de confessar a minha
93 alegria porque, entre outras coisas, sei que, hoje, o trabalhador brasileiro está comendo
94 melhor; que o preço dos alimentos está mais baixo; e que ele pode comprar o material de
95 construção para melhorar sua casa.

96 O trabalhador que constrói esta nação está começando a construir sua
97 independência com as próprias mãos.

98 Boa noite, muito obrigado e um feliz primeiro de maio.

1 **Anexo VI - Pronunciamento à nação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da**
2 **Silva, em cadeia nacional de rádio e TV, por ocasião do Dia do Trabalhador – 29 de**
3 **abril de 2010**

4 Companheiras trabalhadoras e companheiros trabalhadores,

5 Esta é a última vez que falo com vocês como Presidente para comemorar o nosso dia,
6 o Dia do Trabalhador.

7 E falo como sempre falei nos últimos sete anos: olhando nos olhos de cada um de
8 vocês e trazendo, mais uma vez, boas notícias.

9 No dia 1o de Maio, graças a Deus, temos comemorado, ano após ano do meu governo,
10 o aumento do emprego, da massa salarial, do salário mínimo, do crédito e do poder de compra
11 do trabalhador.

12 Temos comemorado também o crescimento vigoroso da economia e a clara retomada
13 dos investimentos.

14 E temos celebrado o fato de que o Brasil construiu uma democracia sólida e firmou
15 um modelo de desenvolvimento baseado no crescimento sustentado, na distribuição de renda
16 e na diminuição da desigualdade entre as pessoas e entre as regiões.

17 Hoje temos orgulho do nosso país e somos respeitados pelo mundo.

18 Companheiras e companheiros,

19 Daqui a oito meses, deixarei a Presidência da República, cargo para o qual fui eleito
20 duas vezes, pelo voto de milhões de brasileiros.

21 Olhando para o calendário, meu período de governo está chegando ao fim.

22 Mas algo me diz que este modelo de governo está apenas começando. Algo me diz
23 fortemente em meu coração que este modelo vai prosperar. Sabe por quê?

24 Porque este modelo não me pertence: pertence a vocês, pertence ao povo brasileiro,
25 que saberá defendê-lo e aprofundá-lo, com trabalho honesto e decisões corretas.

26 Nesses últimos anos, o povo aprendeu a confiar em si mesmo. Aprendeu a não dar
27 ouvidos aos derrotistas e à turma do contra; aos que diziam que o Brasil tinha que se contentar
28 com um crescimento medíocre; aos que pregavam o conformismo diante da exclusão social e
29 da injustiça.

30 A experiência do meu governo mostrou o contrário. O Brasil tem todas as condições
31 de crescer a taxas robustas, na casa dos 5% ao ano e, assim, converter-se em uma das maiores
32 economias do mundo.

33 Basta manter um rumo claro e seguro, não perdendo de vista nunca que a inclusão
34 social é o grande motor do desenvolvimento econômico. Só reduzindo a pobreza, continuando
35 a retirar da miséria milhões de brasileiros, consolidaremos um amplo mercado interno de
36 massas, capaz de estimular e sustentar um longo período de crescimento econômico.

37 Porque não pode existir um país rico com um povo pobre. Não pode haver um país
38 forte com um povo miserável. Só é rico o país que descobre que o povo é sua maior riqueza.
39 Só é forte a nação que se constrói mobilizando a energia, os sonhos e as esperanças de sua
40 gente.

41 Este é o caminho que o Brasil aprendeu a trilhar nesses últimos anos. Estou seguro de
42 que nada ou ninguém será capaz de nos afastar desse rumo.

43 Minhas amigas e meus amigos,

44 Hoje, estamos vivendo uma era de firme retomada do crescimento econômico. Posso
45 dizer com orgulho que o Brasil deixou para trás as décadas de estagnação. Nem a crise
46 financeira internacional, a mais grave das últimas décadas, foi capaz de nos deter. Já
47 retomamos com vigor o caminho do desenvolvimento econômico.

48 Estamos vivendo também uma era de retomada do emprego e do trabalho. A taxa de
49 desocupação caiu fortemente nos últimos anos, de 12,3%, em 2003, para 7,2%, hoje.

50 Em sete anos, o Brasil gerou mais de 12 milhões de empregos com carteira assinada.
51 E, neste primeiro trimestre, mais 650 mil novos postos de trabalho formais, um recorde
52 absoluto. Já se prevê que o país vai gerar mais de dois milhões de empregos neste ano, o que
53 seria a melhor marca da nossa história.

54 O Brasil não tem apenas criado empregos. Tem também criado empregos melhores.
55 Em fevereiro deste ano, 50,7% dos trabalhadores tinham carteira assinada. Um salto e tanto
56 em relação a 2003, quando essa percentagem era de 43,5%.

57 Os salários também aumentaram no período. O salário mínimo, graças a um aumento
58 real de 74% ao longo do governo, é o mais alto dos últimos 40 anos. A massa salarial como
59 um todo cresceu 42% no mesmo período, em termos reais.

60 Também estamos vivendo uma era de fortíssima inclusão social, graças ao Bolsa
61 Família e a muitos outros programas do governo.

62 Nos últimos sete anos, 31 milhões de brasileiros entraram na classe média e 24
63 milhões saíram da linha da miséria. Deixamos de ser um país majoritariamente pobre. Hoje,
64 as classes A, B e C formam quase 70% da população.

65 Tudo isso está fazendo a roda da economia girar de forma sustentada. Como há mais
66 gente consumindo, o comércio vende mais e aí tem de encomendar mais da indústria, que tem

67 de investir mais e contratar mais trabalhadores, em um círculo virtuoso, que impulsiona o país
68 e seu povo para frente.

69 Minhas amigas e meus amigos,

70 Quando um país como o Brasil realiza algumas conquistas sempre esperadas, abrem-
71 se, imediatamente, novos desafios para o dia de amanhã. Mais que nunca, o Brasil está
72 preparado para o futuro. Mas é preciso que a gente continue tomando as decisões certas, nas
73 horas certas.

74 É isso que temos feito nos nossos projetos de longo e médio prazo, como o PAC-2 e o
75 Pré-Sal.

76 Logo, logo começaremos a explorar as gigantescas reservas de petróleo descobertas
77 pela Petrobrás no pré-sal.

78 Seus recursos não devem ser gastos em bobagens ou no custeio de despesas correntes.
79 Por lei, serão aplicados, obrigatoriamente, em educação, saúde, ciência e tecnologia, cultura e
80 meio ambiente.

81 Temos em mãos um passaporte para o futuro, e não podemos desperdiçar essa chance.

82 Temos pela frente grandes oportunidades: a realização da Copa do Mundo de 2014 e
83 das Olimpíadas de 2016, gerando investimentos, emprego e renda. Estou seguro de que o
84 Brasil mostrará ao mundo, mais uma vez, sua competência, criatividade e capacidade de
85 trabalho.

86 O Brasil é um país sem limites para crescer. Não apenas porque tem grandes riquezas
87 naturais. Mas principalmente porque tem um povo generoso, forte e criativo. Um povo
88 maduro que sabe escolher, que trabalha duro e não desperdiça oportunidades. Um povo que
89 soube trazer nosso país até aqui e que saberá continuar conduzindo nosso Brasil no rumo
90 certo.

91 Muito obrigado, e boa noite.